

Política de Ensino da Educação Integral em Tempo Integral de Palmas-TO

SEMED/Palmas-2025





PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

POLÍTICA DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO
INTEGRAL DE PALMAS-TO

Palmas, TO
2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

EXPEDIENTE

Eduardo Siqueira Campos

Prefeito de Palmas

Débora Guedes Leandro de Jesus

Secretária Municipal da Educação

Maria José Moura Barbosa Diniz

Secretária Executiva Pedagógica

Nilva Leal Gomes Bueno Oliveira

Superintendente de Gestão Escolar

Marta Mazely Rodrigues Leandro de Carvalho

Superintendente de Avaliação e Desempenho Educacional

Alex Rodrigues Freitas

Superintendente de Administração, Finanças e Planejamento

Ulisses Edgar Gomes Tavares

Superintendente do Programa de Gestão Compartilhada

Francisca Vera Alves Martins

Superintendente de Educação Inclusiva

Fabiana Lázara Luiz

Diretora do Ensino Fundamental

Franciêlda Almeida Paulino Avelino

Diretora da Educação Infantil

Ana Luíza de Sousa Amorim

Diretora de Avaliação, Estatística e Formação

Joneidson Marinho Lustosa

Diretor de Informação e Tecnologia da Educação

Gezyell Coelho Feitosa

Diretor de Projetos e Obras

Josiani Leisi Bosso Moura

Gerente de Apoio Pedagógica da Educação Fundamental, Urbana e Campo

ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ENSINO

Cirley Bandeira de Abreu

Maria das Graças Alves dos Santos

ASSESSORIA TÉCNICA

Bruno Pereira Martes

Ricardo Tadeu Marcílio Júnior

REVISÃO TEXTUAL

Cirley Bandeira de Abreu

Gilvânia Rosa de Souza

CAPA

Ronegleses Milhomem da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Cirley Bandeira de Abreu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

COMISSÃO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Nilva Leal Gomes Bueno Oliveira
Presidente

Alex Rodrigues Freitas
Coordenador Financeiro

Franciêlda Almeida Paulino Avelino
Coordenadora da Educação Infantil

Fabiana Lázara Luiz
Coordenadora do Ensino Fundamental

Hérica Borges Cabral Castro
Coordenadora de Recursos Humanos

Ana Luíza de Sousa Amorim
Coordenadora de Avaliação, Monitoramento e Formação

Gezyell Coelho Feitosa
Coordenador de Infraestrutura e Materiais

Joneidson Marinho Lustosa
Coordenador de Informação e Tecnologia da Educação

ESTRUTURA TÉCNICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DE PALMAS-TO

Cirley Bandeira de Abreu
Maria das Graças Alves dos Santos
Coordenadores Técnicos da Educação Integral em Tempo Integral

Bruno Pereira Martes
Coordenador Técnico do Ensino Fundamental da Educação Integral em Tempo Integral

Luana Cristina Santos Da Silva Bonfim
Coordenadora Técnica de Supervisão Educacional da Educação Infantil da Educação Integral em Tempo Integral

Maria de Lourdes Gonçalves da Silveira
Coordenadora Técnica de Supervisão Educacional do Ensino Fundamental da Educação Integral em Tempo Integral

Marcones Sousa Almeida
Coordenador Técnico de Avaliação e Monitoramento da Educação Integral em Tempo Integral



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Janeydes Alves Pereira Gaspar

Coordenadora Técnica de Formação da Educação Integral em Tempo Integral

Jardilene Gualberto Pereira Fôlha

Coordenadora Técnica de Currículo da Educação Infantil da Educação Integral em Tempo Integral

Ricardo Tadeu Marcílio Júnior

Coordenador Técnico de Currículo do Ensino Fundamental da Educação Integral em Tempo Integral

Jes-Anny da Silva Cunha Guimarães

Coordenador Técnico de Infraestrutura da Educação Integral em Tempo Integral

Tatianne Grazielle Gonçalves e Silva Milhomem

Coordenadora Técnica de Financeiro da Educação Integral em Tempo Integral

Ana Cleia Gomes da Silva

Coordenadora Técnica de Projetos e Programas Federais da Educação Integral em Tempo Integral

Andréia Aparecida Celestino Nunes

Coordenadora Técnica da Educação Especial da Educação Integral em Tempo Integral

Zandonaide Bezerra Sales

Coordenador Técnico da Educação do Campo da Educação Integral em Tempo Integral

Lucivane Sousa Costa

Coordenadora Técnica de Recursos Humanos da Educação Integral em Tempo Integral

Nerci Maria Rezende

Coordenadora Técnica de Inspeção da Educação Integral em Tempo Integral

Ana Paula Lino de Souza

Coordenadora Técnica do Censo Escolar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

REDADORES DA POLÍTICA DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Coordenação geral

Cirley Bandeira de Abreu

Maria das Graças Alves dos Santos

Redatores

Andréia Aparecida Celestino Nunes

Bruno Pereira Martes

Evelyn da Silva Santos Mateveli

Francijanes Alves de Sousa Sá

Gilvânia Rosa de Sousa

Jardilene Gualberto Pereira Fôlha

Jordana Fernandes Jácome

Juliana Tavares Machado Carvalho

Laís Aguiar da Silveira Mendes

Luana Cristina Santos da Silva Bonfim

Marcones Sousa Almeida

Maria Antônia Almeida Costa Andrade

Nayjla Lane Ramos Gonçalves

Poliane Martins Ribeiro

Ricardo Tadeu Marcílio Júnior

Suiany de Sousa Costa

Tatiana Costa Martins

COLABORADORES EXTERNOS

Ana Paula Lino de Souza

Carlos Presciliano de Sabóia Neto

Franciêlda Almeida Paulino Avelino

Gleiva Giuvannucci Alves

Joneidson Marinho Lustosa

Jordana de Oliveira Rocha Dantas

Leonardo Pugliesi Furtado

Nerci Maria Rezende

Silvana Gonçalves Próspero Lustosa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

CARTA DO PREFEITO

Caro(a) palmense:

Entre as prioridades para a área da educação da nossa atual gestão municipal está a educação integral, como cumprimento do Plano Municipal de Educação (PME) que prevê a ampliação da oferta da educação em tempo integral em pelo menos 50% de nossas escolas. Para isso, vamos trabalhar muito, começando pela construção de novas escolas e CMEIs para esse atendimento, privilegiando as comunidades mais vulneráveis da Capital.

Entendemos que o atendimento em tempo integral, aliado às boas propostas pedagógicas de nossas unidades educacionais, é fundamental no desenvolvimento e formação de nossas crianças, adolescentes e jovens.

Se falamos de educação integral, falamos de aluno. Essa é uma categoria que, entendemos, significa criança “na” escola com acompanhamento e assistência. E, nesse sentido, a centralidade da escola é condição *sine qua non* para que essa formação aconteça – da maneira mais completa possível - como formação cognitiva, afetiva, corporal, estética, emocional.

Entendemos que, assim como toda grande estrutura necessita de uma base sólida para se erguer e sustentar, a educação se baseia no conhecimento primordial, prestado desde a tenra infância, e é fundamental para todas as demais etapas acadêmicas. Pensando nisso, buscamos fazer com que as nossas escolas e CMEIs tenham as melhores estruturas e sejam equipadas com o que há de mais inovador e moderno e os nossos profissionais da educação, desde o vigia ao professor, sejam os mais capacitados e valorizados. Tudo isso visando ofertar uma educação de qualidade e referência no Tocantins.

Desejamos, então, que nessa missão de ensinar possamos, juntos, continuar a escrever a cada dia, a cada lição, a gloriosa história da educação palmense, levando a todos os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino à formação necessária ao seu futuro como cidadão, profissional e elo de um ciclo virtuoso de consciência cidadã.

A educação integral de qualidade é o nosso lema!

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

LISTA DE SIGLAS

ACE – Associação Comunidade Escola
ACCEI – Associação Comunidade Centro de Educacional Infantil
AEE – Atendimento Educacional Especializado
AT – Atendente Terapêutico
AVD – Atividades da Vida Diária
BNCC – Base Nacional Comum Curricular Nacional
CE - Currículo Educacional
CME – Conselho Municipal de Educação
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CNE – Conselho Nacional de Educação
CSA – Ciclo Sequencial da Alfabetização
DCT – Documento Curricular do Tocantins
EJAI – Educação de Jovens, Adultos e Idosos;
ERER – Relações Étnico-raciais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996)
PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola
PDI – Plano de Desenvolvimento Individualizado
PEA – Programa Escola das Adolescências
PEI – Plano Educacional Individualizado
PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNRA – Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens
PCCR – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração
PPC – Proposta Pedagógica Curricular
PPP – Projeto Político Pedagógico
SAEP – Sistema de Avaliação Educacional de Palmas
SEMED – Secretaria Municipal da Educação
SIGE – Sistema Integrado de Gestão Escolar
SRM – Sala de Recursos Multifuncionais
TEA – Transtorno do Espectro Autista
UE – Unidade Educacional



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processos logísticos SAEP 172

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução e Plano de Expansão de matrículas na educação Integral em Tempo Integral: 2024 a 2026 em Palmas-TO 57

Gráfico 2 - Evolução nos Anos Iniciais 169

Gráfico 3 - Evolução nos Anos Finais170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução e Plano de Expansão de matrículas na Educação Integral em Tempo Integral: 2024 a 2026 em Palmas-TO 12

Quadro 2 - Evolução do atendimento em Tempo Integral de 2007 a 2024 53

Quadro 3 - Organização curricular da Educação Infantil 90

Quadro 4 - Quantitativo de crianças e professores por turma 92

Quadro 5 - Currículo Integrado das Escolas de Tempo Integral139

Quadro 6 - Panorama organizacional do SAEP 171

Quadro 7 - Logística das Avaliações172

Quadro 8 - Currículo de ação – Ações intersetoriais de Palmas-TO 181



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	17
2.1 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	17
2.2 MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	21
2.3 PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - PEI	26
2.4 MODALIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL: EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO INDÍGENA	31
2.4.1 <i>Educação do Campo</i>	32
2.4.1.1 <i>Marcos legais e normativos da Política Nacional de Educação do Campo</i>	35
2.4.2 <i>Educação Indígena</i>	36
2.4.2.1 <i>Marcos legais e normativos da Política Nacional de Educação Indígena</i>	38
2.4.3 <i>Educação Escolar Quilombola</i>	40
2.4.3.1 <i>Marcos legais e normativos da Política Nacional de Educação Quilombola</i>	44
2.5 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	45
3 A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO	50
3.1 PLANO DE EXPANSÃO DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL E RECURSOS FINANCEIROS (2023 A 2026)	54
3.2 DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO	60
3.3 DA HORA ATIVIDADE DO PROFESSOR(A) DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO	66
3.4 DOS CRITÉRIOS DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO	68
4 AS ESPECIFICIDADES DA PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA À LUZ DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: EDUCAÇÃO INFANTIL	70
4.1 O(A) PROFESSOR(A) DA EDUCAÇÃO INFANTIL	72
4.2 PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	74
4.3 DIVERSIDADE E INCLUSÃO: AS CRIANÇAS, A DIVERSIDADE E A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS	77
5 TRIPÉ INDISSOCIÁVEL: CURRÍCULO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	79
5.1 CURRÍCULO, INTERAÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	79
5.1.1 <i>Eixos estruturantes: Interações e Brincadeira</i>	80
5.1.2 <i>O Currículo da Educação Infantil e a Educação Integral em Tempo Integral</i>	81
5.1.3 <i>Os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento, os Campos de Experiências e os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento</i>	85
5.1.4 <i>Múltiplas Linguagens na Educação Infantil</i>	86
5.1.5 <i>Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil: Uma Proposta Baseada na BNCC e em Práticas Inovadoras</i>	92



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

5. 2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	96
5. 3 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	97
5.3.1 Do Índice do Desenvolvimento da Educação Infantil de Palmas (IDEIP)	100
6 EDUCAÇÃO INFANTIL: OS ESPAÇOS, TEMPOS, TRANSIÇÕES E PARCERIAS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	101
6.1 OS SENTIDOS PARA OS ESPAÇOS	101
6.2 OS SENTIDOS PARA OS TEMPOS	110
6.3 REDE DE COLABORAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	114
6.4 TRANSIÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	115
7 AS ESPECIFICIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS	117
7.1 TRIPÉ INDISSOCIÁVEL: CURRÍCULO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	118
7.2 O CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL	120
7.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR	134
7.3.1 O Caderno de Ementas	134
7.3.2 Proposta de Matriz Curricular	139
7.4 APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL À LUZ DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	155
7.5 EDUCAÇÃO INTEGRAL E AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	164
7.5.1 O Sistema de Avaliação Educacional de Palmas-TO	168
7.5.2 Avaliação e Monitoramento do Programa Escola em Tempo Integral	174
8. ENSINO FUNDAMENTAL	176
8.1 O TEMPO NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL	177
8.2 OS ESPAÇOS NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL	178
8.3 AÇÕES INTERSETORIAIS	179
8.4 REGIME DE COLABORAÇÃO: INTERNA, ENTRE REDES, COM A FAMÍLIA E SOCIAL, GRÊMIOS ESTUDANTIS	183
8.5 TRANSIÇÕES NO ENSINO FUNDAMENTAL	185
REFERÊNCIAS	188



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

1 INTRODUÇÃO

O Tocantins, estado mais novo do Brasil, está localizado na Região Norte, tendo Palmas como sua capital. Trata-se de uma cidade planejada, com marco de criação em 20 de maio de 1989. De acordo com dados do censo de 2022, Palmas possui uma população de 302.692 (trezentos e dois mil seiscientos e noventa e dois) habitantes. O censo de 2022 revelou que houve um aumento na população da capital na ordem de 32,57%, em comparação com o censo de 2010. Nesse período, foram identificadas 74.360 (setenta e quatro mil e trezentas e sessenta) pessoas a mais comparando-se ao quantitativo de moradores registrados no censo anterior.

Com apenas 36 anos, Palmas é referência em educação integral em tempo integral, sendo palco de experiências exitosas nas unidades educacionais municipais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. A trajetória, no tempo e no espaço, de cada Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI e Escola de Tempo Integral - ETI possibilita perceber que cada unidade educacional (UE) possui características muito peculiares que as aproxima de um organismo vivo que cresce, se desenvolve, adapta-se ao meio e se expande conforme suas especificidades e identidades próprias.

A Prefeitura Municipal de Palmas-TO, por meio da Secretaria Municipal da Educação, iniciou o atendimento na perspectiva da educação integral em tempo integral no ano de 2007, quando inaugurou a primeira Escola de Tempo Integral, a ETI Padre Josimo Moraes Tavares, em 3 de outubro daquele ano. Localizada no Plano Diretor Norte esta unidade educacional foi o marco inicial de um percurso pedagógico de sucesso na capital tocantinense.

Neste contexto, para garantir educação de qualidade e com equidade, a educação de Palmas com vistas ao atendimento em tempo integral passa a contemplar, em seu currículo, a pesquisa científica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, e as tecnologias da comunicação e informação. Nessa direção, considera-se o desenvolvimento do estudante nas dimensões cognitiva, física, social, emocional, cultural e política, sendo que escola e território se encontram imbricados, com a finalidade de reconhecer, valorizar e mobilizar os diferentes saberes e vivências na comunidade escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

A evolução no atendimento aos estudantes dentro da perspectiva de educação em tempo integral em Palmas foi gradativa, com a “ideia de uma só rede com o padrão mínimo de qualidade escolar” (Souza, 2023, p. 74). O avanço quanto ao número de matrículas é evidente de 2007 a 2022, com uma pequena redução em 2023 devido ao grande aumento populacional no município, sendo necessário (re)pensar e (re)planejar novos rumos para atender todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em idade escolar.

Atualmente, a cidade de Palmas-TO oferta educação integral em tempo integral nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental e, segundo dados do Censo Escolar, INEP/MEC 2020 a 2024, a rede municipal de ensino de Palmas, atingiu a meta estabelecida no Plano Nacional da Educação - PNE (Meta 6). Isso se justifica porque, em 2020, o atendimento correspondeu, do total de matrículas consolidadas, a 32,2%; em 2021, 34,2%; em 2022, 31,4% e, em 2024, 32,2%, dos estudantes matriculados na rede pública, sendo superior a 25% (vinte cinco por cento) do atendimento à Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) no município, conforme preconizam o PNE e o PME.

Agora, com o Programa Escola em Tempo Integral, cada ente federativo, no ato da adesão e pactuação, possui metas pré-estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC. Em 2024, a meta pactuada para Palmas-TO foi de 571 novas matrículas em tempo integral, com declaração de 238 novas vagas em Creche, 78 em Pré-escola e 255 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No ciclo de 2025, a meta pactuada corresponde a 507 novas matrículas, sendo 427 da Creche e 80 da Pré-escola, ambas na etapa Educação Infantil. Já para 2026, no Plano de Expansão de matrículas em tempo integral, a pré-meta pactuada é de 606 novas matrículas contemplando unidades educacionais do Ensino Fundamental.

Quadro 1 – Evolução e Plano de Expansão de matrículas na Educação Integral em Tempo Integral: 2024 a 2026 em Palmas-TO

Ano/ciclo	Creche	Pré-escola	Anos iniciais	Anos finais	Total
2024	238	78	255	-	571
2025	427	80	-	-	507
2026	-	-	606	-	606

Fonte: Pré-meta/MEC/Palmas-TO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Em relação ao quantitativo de unidades educacionais com atendimento em tempo integral, atualmente, o Município de Palmas dispõe de 21 (vinte e uma) escolas do Ensino Fundamental e 3 (três) Centros Municipais de Educação Infantil, construídos ou em processo de adaptação de estrutura física e pedagógica para atender 100% em tempo integral. Outros 15 (quinze) CMEIs atendem parcialmente em tempo integral. Isto é, há nessas UEs algumas turmas apenas com atendimento em tempo integral.

Além destas unidades educacionais que já atendem em tempo integral, o município também realiza o atendimento na modalidade Jornada Ampliada em 5 (cinco) escolas do ensino fundamental, as quais ainda se encontram na lógica de turno e contraturno. Nesse sentido, a gestão municipal atual de Palmas trabalha para o maior alcance possível do atendimento em tempo integral.

A Lei nº 13.005/2014, em sua META 6 do PNE traz a seguinte redação: “Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da Educação Básica”. Embora tenha sido meta em nível nacional, o cenário não foi dos melhores, ocorrendo redução no atendimento em tempo integral de 17,6% em 2014 para 15, 1% em 2021 no país.

Face a essa meta, houve um aumento na desigualdade regional e entre estados, o que levou o MEC a promover esforço coletivo e coordenado para fomentar novas matrículas em tempo integral, a partir de 2023, instituindo assim o Programa Escola em Tempo Integral, regimentado pela Lei nº 14.640/2023 e regulamentado pelas Portarias nº 1.495/2023 e nº 2.036/2023.

No bojo dessa Política de Ensino em Tempo Integral, também são contemplados os seguintes eixos: governança e gestão, currículo, formação, avaliação e monitoramento, recomposição das aprendizagens, infraestrutura física e pedagógica, materiais didáticos e pedagógicos, ações intersetoriais (com pastas de saúde, assistência social, cultura e esportes, entre outros).

Nessa relação, são objetivos da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Palmas-TO:

1. Diagnosticar a realidade da rede municipal de ensino de Palmas, bem como onde ocorrerá a expansão de matrículas em tempo integral;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

2. Planejar e executar a distribuição e alocação das matrículas em tempo integral, considerando o art. 3º, da Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023;
3. Promover educação inclusiva e equitativa que busque mitigar as desigualdades educacionais relacionadas à raça, sexo, gênero e nível socioeconômico;
4. Garantir educação integral de qualidade, inclusiva, equitativa, sustentável e democrática para todos os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
5. Fortalecer as diferentes modalidades de ensino como Educação do Campo, Educação Especial, Educação Indígena e Educação Quilombola, por meio da ampliação da oferta de matrículas em tempo integral;
6. Elaborar proposta pedagógica pautada na interação e dialogismo¹, contemplando a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade como forma de implementação do Currículo Integrado, em consonância com as metas dos Planos Nacional e Municipal de Educação;
7. Garantir educação integral e fortalecer as dimensões pedagógicas e sociais no processo de ensino e aprendizagem;
8. Refletir e debater sobre a reorientação curricular na perspectiva da Educação Integral e Currículo Integrado;
9. Articular e promover ações intersetoriais;
10. Fomentar projetos inovadores em educação em tempo integral;
11. Produzir materiais de apoio e inovação pedagógica;
12. Produzir Caderno de Ementas com orientações para os componentes curriculares de acordo com a Matriz Curricular das escolas de tempo integral;
13. Qualificar a infraestrutura educacional dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e das escolas em tempo integral (ETI – padrão, adaptadas e campo);
14. Elaborar plano de avaliação diagnóstica, comparativa, contínua, formativa, somativa, qualitativa e participativa;

¹ O dialogismo implica a compreensão individual/coletiva como um processo no qual sua dinâmica lhe confere um caráter social e cultural determinante. Ou seja, o dialogismo refere-se às características interacionais e contextuais do discurso humano, de sua ação e de seu pensamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

15. Resignificar o tempo, os espaços escolares, os saberes e as relações sociais de ensino e aprendizagem na perspectiva da educação integral;
16. Assegurar condições de formação continuada que promovam a reflexão, o planejamento e trocas de experiências entre os servidores com atuação nas escolas e CMEIs em tempo integral.

Para alcançar os objetivos e metas propostas, a Secretaria Municipal da Educação criou, via portaria publicada no Diário Oficial do Município, a Comissão de Governança e Gestão e a Equipe Técnica de Elaboração, Institucionalização e Assistência Técnica da Política de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da rede municipal de ensino de Palmas.

Após a publicação da portaria que constituiu a Comissão de Governança e Gestão e a Equipe Técnica da Política de Educação Integral em Tempo Integral, os servidores e servidoras se debruçaram em leituras de estudo, planejamento estratégico das ações e diagnóstico para produzir a Política de Ensino da Educação em Tempo Integral do município.

Finalizada a elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral da rede municipal de ensino, esta foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação - CME para análise e aprovação. Trata-se de etapa fundamental, pois o Conselho Municipal de Educação tem o papel de garantir que esta política esteja alinhada às necessidades da comunidade escolar e à legislação vigente.

Ademais, o MEC reafirma que os Conselhos de Educação possuem o papel de assessorar, normatizar e deliberar acerca da Política de Ensino da Educação Básica em Tempo Integral, em consonância com o Manual de Atuação dos Conselhos de Educação no Programa Escola em Tempo Integral, o qual reúne orientações no âmbito do Programa. Este, por sua vez, foi produzido pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, pela União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação (UNCME) e pelo Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE), a partir de diálogos também realizados com o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Neste âmbito, cabe aos Conselhos de Educação, em cada ente federado, contribuir para materialização do princípio constitucional da gestão democrática da educação, garantindo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

a possibilidade da participação da sociedade civil nos processos de formulação, implementação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas e recursos públicos, de forma a colaborar com o aperfeiçoamento e desenvolvimento da Educação Básica em suas diversas etapas e modalidades.

A construção de uma caminhada conjunta e dialogada, de governança e de gestão democrática, entre o Poder Executivo e os Conselhos de Educação, está em consonância com o desenho do Programa Escola em Tempo Integral. Dessa forma, os atos normativos que regulamentam o Programa envolvem os Conselhos no processo de formulação e apreciação da Política de Educação Integral em Tempo Integral de cada ente federativo, uma vez que compete aos Conselhos de Educação o acompanhamento social e fiscalização da execução do Programa em nível local.

A Política de Ensino aprovada, com legislação exarada, assegura a efetivação das diretrizes da educação integral em tempo integral e a definição de estrutura e equipe técnica da Secretaria de Educação responsável pelo projeto de ensino em tempo integral, com função gratificada de acordo com o cargo exercido. Além disso, proporciona toda a organização necessária à implementação da Política de Ensino em Tempo Integral na rede educacional na esfera do município.

Por fim, cabe salientar que este documento contempla um conjunto de decisões, instrumentos e ações relevantes para atingir os objetivos propostos para a educação em tempo integral, a fim de garantir educação de qualidade e com equidade na rede municipal de ensino de Palmas-TO.

Na estrutura arquitetônica desta Política de Ensino, estão contempladas as diretrizes e os princípios da educação em tempo integral na perspectiva da educação integral, a definição de estrutura e equipe técnica da Secretaria responsável pela gestão, fontes de financiamento e orçamento, as decisões sobre a organização dos tempos/jornada escolar e dos espaços a serem utilizados, dos profissionais da Educação e de sua jornada, das diretrizes e do desenho da matriz curricular, da orientação às unidades educacionais para revisão e atualização das Propostas Pedagógicas Curriculares, das ações para a articulação intersetorial e com o território, das estratégias de monitoramento e avaliação, entre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

2 EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Fazer educação integral em tempo integral implica considerar o processo de ensino e aprendizagem, a participação dos estudantes e de toda comunidade escolar em distintas dimensões, como cognitiva, física, social, emocional, histórica, cultural, política, entre outras. Nesse âmbito, as ações são interligadas e o desenvolvimento dos bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos ocorre de forma contínua, ou seja, ao longo da vida. Além disso, os processos educativos relacionam-se a diferentes saberes, permeiam as diferentes áreas do conhecimento e não se limitam a componentes curriculares específicos.

Face as essas percepções sobre educação integral, compreende-se que, nesta lógica, tem-se uma educação que aproxima a escola da comunidade e valoriza os múltiplos saberes do indivíduo, além de promover a leitura crítica do mundo. Ao oferecer uma formação mais completa, a educação integral prepara os estudantes para os desafios da vida contemporânea, promovendo a cidadania, a criatividade e o pensamento crítico.

2.1 Princípios da Educação Integral em Tempo Integral

A educação integral emerge como um contraponto à fragmentação do conhecimento e à visão reducionista do processo educativo como preparação para o mercado de trabalho. Ela busca reintegrar as dimensões fragmentadas do ser humano, promovendo uma formação que abarque o intelectual, o emocional, o social e o físico. Essa abordagem responde à necessidade crescente de formar cidadãos e cidadãs capazes de enfrentar os complexos desafios da sociedade contemporânea, que demandam não apenas conhecimentos específicos, mas também criatividade, empatia, colaboração e capacidade crítica.

Sob a perspectiva do desenvolvimento integral do sujeito, as dimensões intelectual, físico, emocional, social e cultural encontram-se imbricadas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a compreensão teórica e reflexiva dos princípios da educação integral exige o conhecimento da história sobre a adoção da estratégia de extensão da carga horária em ambientes educacionais no Brasil, pois permite desmistificar a ideia de que a educação integral em tempo integral é algo novo, contemporâneo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Nesse contexto, vale ressaltar que a intencionalidade de instituir uma nova política pública para a educação nacional e pensar em educação integral enquanto ferramenta para a inclusão e emancipação de classes mais pobres, de acordo com Mariana (2011, p. 1), só veio a acontecer por conta da “indignação da classe operária da Europa no século XIX, ao perceber que a escolarização de suas crianças estava sendo utilizada como ferramenta de domesticação e treinamento de mão de obra capacitada, necessária às fábricas e à ânsia de acumulação capitalista”.

As origens do conceito de educação integral residem na resistência ativa de trabalhadores contra a alienação do processo produtivo, consolidado na Revolução Industrial. Nesse panorama, “observa-se o surgimento da escola enquanto instituição moderna que poderia cuidar da disciplina do enorme contingente de trabalhadores recém-usurpados das habilidades requeridas a um grau elevado de autonomia econômica na sociedade” (Mariana, 2011, p. 1).

Os estudos de Mariana (2011) demonstram que, na contramão da crescente necessidade de especialização de mão de obra para as indústrias e da alienação operária, – que refletia na educação oferecida aos filhos de operários, uma vez que as instituições escolares apresentavam os mesmos moldes das fábricas, com suas sirenes e produções em série – surgiu o anseio por uma educação que não aprisionasse o educando, segundo os desejos e projetos da elite e do Estado.

Foram, então, criados programas de educação e instituições que possibilitaram a restituição do acesso a conhecimentos e habilidades que haviam se perdido em face a novas carências do capitalismo industrial. Nessa direção, alguns exemplos de educação integral em tempo integral são apresentados, de forma resumida, neste documento.

I - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

Inicialmente, no Brasil, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova propõe a formação humana em suas diferentes dimensões, bem como integrar a escola à comunidade e às realidades contemporâneas. Dentre as características deste manifesto, pode-se destacar a reflexão sobre o atraso educacional brasileiro e a ideia de colocar o Estado como responsável pela educação pública. Nessa lógica, pretendiam reconstruir a sociedade pela educação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

seguindo os princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unicidade da escola, de forma a atender as etapas: educação infantil, ensino fundamental e educação superior.

Sob a influência europeia, de acordo com Sílvia Mota (2006, p. 4), “a ideia de uma educação que propunha trabalhar com um aluno de forma integral surgiu com o movimento da Escola Nova e foi desenvolvida, principalmente, por Anísio Teixeira, que além de elaborar alguns de seus princípios conceituais e práticos, construiu escolas modelos para consolidação desta educação”.

II - Escola Parque

Na década de 50, na cidade de Salvador-BA, foi criada a Escola Parque, idealizada por Anísio Teixeira. Essa escola experimental atendia crianças dos anos iniciais e incluía, em seu ensino, ações de socialização. Destaca-se, neste contexto histórico-social que a educação integral, na visão dos pioneiros da Escola Nova, não era apenas uma concepção da educação, mas, principalmente, um direito de todos.

A experiência da Escola Parque, de Anísio Teixeira (1900-1971), na qual as atividades desenvolvidas no espaço escolar deixavam de ser meramente cognitivas, transformando-se em momentos de vivências mediante práticas de aprendizagens não formais, dentre as quais atividades culturais e de lazer constituíram as primeiras experiências de educação integral no Brasil, de forma sistematizada.

III - O Programa dos Centros Integrados de Educação Pública

No Estado do Rio de Janeiro, o Programa dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), consistiu na criação de escolas em tempo integral, nas quais as crianças permaneciam durante todo o dia no ambiente escolar, participavam de atividades curriculares variadas e recebiam alimentação e cuidados básicos. Era um modelo que previa a abertura da escola à comunidade. A partir de então, compreende-se, na prática, que “não se trata apenas de aumentar o tempo de permanência do estudante na escola, mas oferecer qualidade durante o período em que ele se encontra no seu interior” (Cavaliere, 2009, p. 52).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Após essas ações oficiais de significativa preocupação com a saúde e educação da população infantojuvenil, nos estados federativos, a classe dominante desperta-se para a importância e urgência da efetivação da modalidade de educação em tempo integral, enquanto “Política Pública”, em âmbito nacional; percebendo-a capaz de integrar as ações sociais de saúde, segurança alimentar, educação, cultura, esporte, lazer e formação para o trabalho de forma abrangente e de considerável baixo custo-benefício.

IV - O Programa Mais Educação

O movimento da Escola Nova, nos idos de 1930, na modalidade de ensino em tempo integral, contribuiu para o debate público em 2007, o que contribuiu com a criação do Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 (Brasil, 2007) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.083/10 (Brasil, 2010). Esse Programa se constituiu como uma estratégia do MEC, com objetivo de viabilizar, para o Ensino Fundamental, atividades no contraturno das escolas que ofereciam essa etapa da Educação Básica, o que corroborou com a construção da agenda de educação integral no país, enquanto política pública educacional, assegurando critérios democráticos de acesso amplo, fácil e de extensa abrangência de atendimento social.

V - O Programa Escola em Tempo Integral

Como visto, muitos foram os caminhos trilhados até a instituição da Lei 14.640 de 31 de julho de 2023, a qual institui as bases legais e diretrizes para o Programa Escola em Tempo Integral no país.

O Programa visa consolidar a Política de Ensino em Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. A partir das diretrizes do Programa compreende-se que, independentemente da duração da jornada escolar, a educação integral compromete-se com “processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar formas de existir” (Brasil, 2018, p. 14).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

2.2 Marcos Legais da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental

A definição de um marco legal compreende toda e qualquer legislação (lei, decreto, portaria, instrução normativa, medida provisória, resolução etc.), concernente a uma demanda, seja ela social, política, econômica, cultural, educacional, entre outros tantos setores que implicam na organização dos referenciais que devem reger o convívio social harmonioso entre os cidadãos e cidadãs.

Neste contexto, ressalta-se que a proposição de uma Política de Educação Integral em Tempo Integral para o Município de Palmas-TO é fundamentada e refletida a partir do contexto histórico-social e político do Brasil, quando seus precursores vivenciaram o processo de real necessidade de transformação das práticas metodológicas da educação nacional, adaptada para garantir o atendimento gradual das necessidades e especificidades educacionais da realidade local.

Nessa direção, apresentam-se os principais marcos legais e teóricos que fundamentaram a Política de Ensino da Educação Integral em Tempo Integral no Município de Palmas, na implementação de ações que contemplem todas as dimensões do sujeito no processo educativo, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, por compreender que a “Educação não transforma o mundo, educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1979, p. 84).

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado, garantindo o pleno desenvolvimento do indivíduo e a sua preparação para o exercício da cidadania. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) complementa essa garantia, assegurando o direito à educação integral, que inclui o acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer.

Constam, na Constituição Federal Brasileira, três artigos que mencionam a educação integral, a saber: Art. 6º, Art. 205 e Art. 227. No Artigo 6º, a Educação é apresentada como um direito social; no Artigo 205º, a é um direito humano, sendo dever do Estado e da família promover e incentivar, em parceria com a sociedade, o pleno desenvolvimento do sujeito, a fim de exercer a cidadania e qualificá-lo para o trabalho. Já o Artigo 227º, assegura que é dever



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

da família, da sociedade e do Estado assegurar, dentre outros, o direito à educação.

Nessa direção, a Constituição Federal Brasileira garante o acesso, a permanência e a conclusão da Educação Básica com qualidade e equidade. Para tanto, é preciso reduzir as desigualdades entre diferentes grupos sociais, principalmente, a socioeconômica e a educacional, reconhecendo que é imprescindível aprimorar as políticas educacionais e suas estratégias de acesso, permanência e conclusão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 13 de julho de 1990, Lei nº 8.069/1990, em seu Art. 3º, destaca que é direito da criança e do adolescente o desenvolvimento integral, nas perspectivas física, moral, mental, espiritual e social, garantindo a eles “direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” (Brasil, 1990, art. 3º).

No artigo 53º, toda criança e todo adolescente têm direito a uma educação que o prepare para seu desenvolvimento pleno, para a vida em perspectiva cidadã e o qualifique para o mundo do trabalho. O estatuto também traz o conceito de educação integral em seu artigo 59º, o qual detalha que os municípios, estados e a União devem facilitar o acesso das crianças e adolescentes a espaços culturais, esportivos e de lazer, o que se configura como aspectos inerentes à educação integral. Em síntese,

Art. 53º. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes (...) o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (...).

Art. 59º. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude (Brasil, 1990, Art. 53, Art. 59).

Sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, em 20 de dezembro de 1996, alicerçou as bases da educação integral em tempo integral ao destacar a necessidade de expansão da jornada escolar. Nesta Lei, o trabalho com os estudantes volta-se para as diferentes áreas de conhecimento, em relação “aos conhecimentos clássicos e à realidade social e política, dando enfoque especial ao ensino da história do Brasil, sob a justificativa da necessidade de conhecer nossas matrizes constituintes e sentir-se pertencente à nação” (Brasil, 1996, p. 57-58).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) detalha os princípios e as diretrizes da educação brasileira, incentivando a expansão da jornada escolar e a oferta de atividades diversificadas para os estudantes. Além do exposto, destaca que é necessário direcionar esforços para a elaboração de uma base comum de conhecimentos e aprendizagens iguais para todos, atendendo às questões específicas de cada território, alinhado aos temas transversais.

No bojo desta lei, a referência a essa perspectiva de educação é fortalecida nos artigos 2º, 34 e 87. O Art. 2º preconiza que a finalidade da educação é garantir o pleno desenvolvimento do educando e prepará-lo para exercitar sua cidadania, o que também prevê uma educação que dialoga com os diversos setores da sociedade, reiterando os artigos da Constituição “Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996).

Os artigos 34 e 87 enfatizam a expansão da jornada escolar, com o intuito de mitigar, principalmente, as desigualdades socioeconômicas e educacionais.

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral (Brasil, 1996).

Outro marco de grande relevância para a propagação da educação integral em tempo integral foi aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, no qual foi criado a meta 21 do PNE, com a finalidade de garantir a ampliação da jornada escolar para, no mínimo 7 horas diárias de permanência no ambiente escolar, com o intuito de desenvolver práticas esportivas e culturais bem como garantir alimentação de qualidade aos bebês, crianças e adolescentes.

O Plano Nacional de Educação estabelece metas e indicadores para a expansão da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

educação integral, enquanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta a implementação de currículos que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes.

O turno integral e as classes de aceleração são modalidades inovadoras na tentativa de solucionar a universalização do ensino e minimizar a repetência. A LDB, em seu Art. 34, § 2º, preconiza a progressiva implantação do ensino em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino, para os alunos da educação infantil e do ensino fundamental. (...) Além do atendimento pedagógico, a escola tem responsabilidades sociais que extrapolam o simples ensinar, especialmente para crianças carentes. Para garantir um melhor equilíbrio e desempenho dos seus alunos, faz-se necessário ampliar o atendimento social, sobretudo nos municípios de menor renda, com procedimentos como renda mínima associada à educação, alimentação escolar, livro didático e transporte escolar (PNE I - 2001- 2010).

O intuito do PNE é universalizar o ensino e diminuir as taxas de retenção. Além disso, desde o primeiro PNE, as escolas de tempo integral devem ser prioritárias, especialmente, às crianças de famílias com baixa renda. Embora os esforços tenham sido relevantes no que tange a ampliação do número de matrículas em tempo integral, após 10 anos de sua aprovação, a meta da educação integral não foi atingida.

Neste contexto, para impulsionar a educação integral em tempo integral, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação Básica (FUNDEB), instituído pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. O FUNDEB tem como objetivo destinar recursos para todas as etapas da Educação Básica Pública, o que compreende creches, pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. O fundo é um complemento das verbas federais direcionadas à Educação. Após a aprovação do decreto que o criou, em 1º de julho de 2010, foi aprovada também uma portaria prevendo financiamento para a implantação da educação integral.

Face a esse decreto, a Educação Básica em tempo integral corresponde “à jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo” (Brasil, 2013, p. 10). Isso significa que, neste período, os bebês, as crianças e os adolescentes permanecem na Unidade Educacional com atividades voltadas à pesquisa científica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, e as tecnologias da comunicação e informação. Além do exposto, o FUNDEB destina 30% a mais dos recursos para as escolas em tempo integral, com a finalidade de manter a Educação Básica na modalidade de tempo integral.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Dentre as legislações apresentadas, outro marco legal de relevância são as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, as quais possuem o objetivo de “estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações, assegurando a integração curricular das três etapas seguintes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico” (Brasil, 2013, p. 10).

As diretrizes norteiam a educação integral na visão de “superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, privilegia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar dos bebês, de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento interpessoal entre todas as pessoas” (Brasil, 2013, p. 30). Nesse sentido, a Educação assume diferentes abordagens, norteadas por princípios e valores educacionais transgressores, valoriza a troca de saberes entre os múltiplos sujeitos e rompe com a ilusão da homogeneidade.

Após a homologação das diretrizes, foi sancionada pela Presidência da República em 25 de junho de 2014, a Lei nº 13.005/2014, que institui o PNE II - 2014 – 2024. Neste documento, a Meta 6 garante a oferta de “educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos 25% dos/as alunos/as da Educação Básica”. Essa expansão corresponde a um avanço para a educação integral, tornando essa modalidade da educação uma meta a ser atingida em todo o país, além de promover o desenvolvimento social, físico, cultural, emocional e intelectual de crianças, jovens e adultos, propiciando múltiplas aprendizagens.

Na sequência de bases legais que tratam da educação integral em tempo integral, em 2017, foi homologado o documento normatizador da Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular, que possui o objetivo orientar os entes federativos na formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares de todo o Brasil. Nele, “a Educação Básica deve visar à formação e o desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva” (Brasil, 2017, p. 14).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Nesse sentido, a criança e adolescente, o jovem, o adulto e o idoso se desenvolvem de forma integral, em sua totalidade e potencialidade.

Diante dessa percepção, a BNCC contempla e reconhece que, na Educação Básica, a formação e o desenvolvimento do sujeito devem ser globais, integral, o que rompe com visões arcaicas e reducionistas, quando privilegiam apenas conhecimentos cognitivos. Na direção de formação global, a educação promove “o acolhimento, o reconhecimento e o desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer a prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (Brasil, 2018, p. 14).

2.3 Programa Escola em Tempo Integral-PEI

A Lei nº 14.640/2023, foi criada com o intuito de fomentar a ampliação de matrículas na Educação Básica - que compreende da Educação Infantil ao Ensino Médio - em tempo integral e estender a jornada escolar com tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) semanais, superando a lógica de turno e contraturno. Dessa maneira, a escola assegura, além dos direitos de aprendizagem, a formação integral do sujeito.

A Portaria Nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, define as diretrizes do Programa Escola em Tempo Integral, no Capítulo I, art. 1º, Parágrafo único, cujas ações estratégicas visam:

- I - O aprimoramento da equidade e eficiência alocativa das matrículas nos sistemas de ensino;
- II - A reorientação curricular na perspectiva da educação integral;
- III - A formação de educadores;
- IV - O aperfeiçoamento da articulação intersetorial nos territórios; e
- V - O fomento de projetos inovadores em educação em tempo integral.

O Capítulo IV, art. 13, define os eixos estruturantes para garantir a qualidade e a equidade na implementação do Programa Escola em Tempo Integral. São eles:

- I - Eficiência e equidade na alocação das matrículas de tempo integral;
- II - Reorientação curricular e desenvolvimento profissional de educadores;
- III - Materiais de apoio e inovação pedagógica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

IV - Qualificação da infraestrutura educacional;

V - Fortalecimento de arranjos intersetoriais; e

VI - Avaliação quantitativa, qualitativa, formativa e participativa.

Nesse sentido, promover educação integral é uma proposta multidimensional, que implica em tempos, espaços, relações, sujeitos, saberes e materiais.

O Programa Escola em Tempo Integral oferece assistência técnica e financeira para o pleno alcance das metas projetadas, por meio de estratégias a serem seguidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, com a anuência dos seus respectivos conselhos. Além de fomentar a criação de novas matrículas, o programa se ancora na visão de ser humano e sociedade proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 2º, Lei nº 9394 de 1996) e da Constituição Federal (Artigos 3º e 205). Nesse âmbito, a educação não se limita ao desenvolvimento do cognitivo, ou seja, contempla as dimensões cognitiva, física, social, emocional, cultural e política, sendo a escola integrada ao território. Para esse fim, reconhece, valoriza e mobiliza diferentes saberes e práticas socioculturais.

O Programa Escola em Tempo Integral exige estrutura de Governança e Gestão e Equipe Técnica no âmbito do município na Secretaria da Educação.

Os membros da Comissão Municipal de Gestão e Governança da Política de Educação Integral em Tempo Integral deverão zelar pelo cumprimento e execução dos procedimentos administrativos, fundamentados e evidenciados por diagnósticos, a partir de mapeamento e análises estatísticas dos diversos aspectos que compõem a realidade local; de maneira a fundamentarem a elaboração de pareceres opinativos e deliberações sobre as proposições de ações que visem garantir o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos, de acordo com o expresso nas Portarias nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, e nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral e execução financeira no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, de que trata a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023.

Já os membros da Equipe Técnica de Elaboração, Institucionalização e Assistência Técnica da Política de Educação Integral em Tempo Integral desempenharão funções de acordo com eixos norteadores: currículo; avaliação e monitoramento; formação; infraestrutura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

materiais pedagógicos; financeiro e informação e tecnologia, diretrizes e orientações básicas para a elaboração e execução da política de educação integral, considerando a natureza e especificidades das competências e atribuições a serem implementadas por cada membro. Estas, por sua vez, relacionam-se com as portarias nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, e nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, elaboradas com base na Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023.

Nesse contexto, são funções da equipe técnica: coordenar, elaborar e institucionalizar a Política de Ensino em Tempo Integral, prestar suporte e assistência técnica, em âmbito municipal, ao Programa Escola Tempo Integral; planejar e desenvolver ações com a finalidade de atingir os objetivos e as metas da educação integral em tempo integral nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Para atingir a Meta 6 do PNE (2014-2024), o PEI ratifica que apenas os recursos financeiros para a criação de matrículas de tempo integral não solucionam o complexo desafio de organização dos sistemas de ensino e das escolas com matrículas em tempo integral. Logo, para aumentar a qualidade da Educação pública, o MEC e entes federativos disponibilizarão assistência técnica para os cinco eixos, a saber:

I - Ampliação das matrículas de tempo integral com alocação eficiente e equitativa

Para isso, promovem-se ações como:

- ✓ Formação da equipe técnica responsável pela gestão das matrículas de tempo integral na rede de ensino;
- ✓ Guias com orientações de gestão eficiente e equitativa das matrículas em tempo integral;
- ✓ Incentivo à adoção de critérios de equidade na alocação de matrículas;
- ✓ Incentivo à institucionalização de programas locais de escola em tempo integral.

II - Orientações curriculares para o fortalecimento do Currículo de Educação Integral e formação de lideranças da gestão pública, equipes técnicas e profissionais da Educação

Neste eixo, promovem-se as seguintes ações:

- ✓ Realização de seminários regionais para atualização, revisão e consolidação dos princípios e orientações curriculares por etapas da Educação Básica e modalidades de ensino;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ Distribuição de coleção de publicações sobre orientações curriculares para a educação integral em tempo integral por etapa da Educação Básica e modalidade;
- ✓ Formação de equipes técnicas de secretarias e gestores de escola para liderança pública para políticas de educação integral;
- ✓ Editais de fomento para pesquisa em educação em tempo integral;
- ✓ Planejamento e oferta de programas de aperfeiçoamento profissional para articuladores, gestores de escola e professores.

III - Oferta de materiais pedagógicos para apoio à oferta de tempo integral e reconhecimento dos projetos inovadores em educação integral em tempo integral

Para tanto, promovem-se ações voltadas à fomentação de:

- ✓ Mostra nacional, estadual e municipal de experiências em educação em tempo integral;
- ✓ Oferta de conjuntos de materiais pedagógicos acessíveis e diversos para UEs de educação infantil, ensino fundamental e médio vinculados às orientações curriculares para a educação integral;
- ✓ Edital de projetos inovadores de educação integral em tempo integral.

IV - Articulação da educação com os campos da saúde, assistência social, meio ambiente, cultura, esportes, ciência e tecnologia para prevenção às violências e vulnerabilidades, assim como proteção social e promoção de direitos sociais

Neste eixo, resolve-se entrelaçar:

- ✓ Estímulo e apoio aos arranjos intersetoriais, identificando o potencial educativo dos territórios;
- ✓ Articulação e institucionalização de políticas e programas sociais;
- ✓ Indução às parcerias intersetoriais regionais e locais.

V - Processo de acompanhamento e avaliação permanente com participação social no desenho, no aprimoramento, no acompanhamento e na avaliação da Política Educacional de Educação Integral em Tempo Integral

Para este eixo, propõe-se o acompanhamento e:

- ✓ Criação de plataforma para gestão, monitoramento e avaliação sistêmica da política;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ Criação de instrumentos para avaliação das iniciativas de educação integral em tempo integral;
- ✓ Estudos sobre indicadores para avaliação na perspectiva da educação integral em tempo integral;
- ✓ Constituição de grupo de trabalho para o acompanhamento e aprimoramento permanente do programa, com representantes das redes de ensino, das universidades, das organizações da sociedade civil, das associações de Conselhos de Educação.

Neste contexto, a Educação municipal de Palmas visa, além da ampliação do tempo, o desenvolvimento das aprendizagens, com um currículo integrado e integrador, capaz de articular múltiplas experiências, como as educativas, sociais, culturais e esportivas. Para tanto, faz-se necessário considerar diferentes espaços, bem como a participação da comunidade escolar em todos os processos educativos.

Dessa forma, a Secretaria da Educação de Palmas-TO, compreende que o esforço para viabilizar a alocação, expansão e distribuição de matrículas em tempo integral é a primeira condição para a promoção da equidade e reconhecimento da diversidade. Sendo assim, este documento congrega recomendações e orientações para a gestão eficiente e equitativa, de modo a mitigar desigualdades educacionais por raça, sexo, gênero e nível socioeconômico, bem como fortalecer as modalidades especiais de ensino: Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Especial e Educação Profissional.

Neste âmbito, para que esse fortalecimento ocorra, é preciso considerar a legislação própria de cada modalidade, bem como suas diretrizes, especificidades na oferta e condições de permanência, a contemplar ampla variedade de condições e culturas presentes na rede de ensino.

Este documento foi desenvolvido sob a lógica de normatização, orientação, e recomendação advindas da legislação pertinente ao Programa Escola em Tempo Integral, a respeitar a autonomia, as capacidades institucionais e experiências prévias de cada unidade educacional que compõem a rede municipal de ensino de Palmas-TO.

A composição da comissão de governança e gestão e da equipe técnica da Política de Educação Integral em Tempo Integral contempla membros de diferentes setores da Secretaria Municipal da Educação de Palmas e foi pensada de acordo com as especificidades do PEI,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

a contemplar técnicos/as com habilidades para discutir sobre legislação e normas, inspeção, recursos humanos e físicos, financiamento, proposta pedagógica, currículo, formação inicial e continuada, parcerias, gestão, avaliação e monitoramento, recomposição das aprendizagens, além de coordenador/a da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Para tanto, a equipe técnica responsável pela implementação do PEI é composta por profissionais de diversas áreas, garantindo uma abordagem multidisciplinar e abrangente.

Nessa lógica, entende-se que a garantia do direito à educação integral de qualidade, inclusiva e equitativa, sustentável e democrática para todos os bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos depende de esforço intencional e coletivo de todos os que atuam na Educação Básica, em diálogo constante e permanente com a sociedade e, portanto, é responsabilidade e compromisso de todos os cidadãos e cidadãs palmenses.

2.4 Modalidades de Ensino em Tempo Integral: Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena

As modalidades de Educação do Campo, Quilombola e Indígena no Brasil são parte fundamental do compromisso constitucional e ético com a diversidade, a fim de respeitar e valorizar as especificidades culturais, sociais e históricas de cada população. O atendimento em tempo integral nessas modalidades representa uma política de inclusão e fortalecimento das identidades, voltada ao desenvolvimento integral dos estudantes na capital Palmas.

O atendimento em tempo integral propõe a ampliação das oportunidades de aprendizagem e a construção de um currículo que dialogue com as realidades locais, possibilitando um ensino contextualizado que vai além da sala de aula, promovendo a formação de cidadãos conscientes de seu papel em suas comunidades e na sociedade.

A Educação do Campo, a Educação Quilombola e a Educação Indígena possuem características próprias que refletem os contextos em que estão inseridas. A Educação do Campo busca atender estudantes em áreas rurais, abordando conteúdos e práticas pedagógicas que dialoguem com o cotidiano do campo e valorizem as práticas e saberes agroecológicos e familiares. A Educação Quilombola, por sua vez, é orientada pelas tradições e valores das comunidades quilombolas, com a missão de fortalecer a identidade e a cultura afro-brasileira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Já a Educação Indígena tem como pilares a interculturalidade e o bilinguismo, promovendo um ensino que contemple a língua materna e o respeito aos saberes tradicionais indígenas. Essas modalidades, regulamentadas por diretrizes específicas, visam à inclusão educacional e ao reconhecimento dos direitos sociais e culturais das comunidades.

No território de Palmas, a modalidade de Educação do Campo está presente em cinco escolas, todas com atendimento em tempo integral, refletindo um esforço para solucionar as demandas educacionais das comunidades rurais. Quanto às modalidades da Educação Escolar Indígena e da Educação Escolar Quilombola, ainda não há oferta, uma vez que não existem aldeias indígenas nem comunidades quilombolas formalmente reconhecidas no município. No entanto, é importante ressaltar que há estudantes dessas origens matriculados em instituições de ensino tanto urbanas quanto rurais. Essa diversidade de matrículas evidencia a necessidade de uma perspectiva educacional que considere as especificidades culturais e sociais de todos os estudantes.

Dentro desse contexto, a política de atendimento em tempo integral do Município de Palmas tem como objetivo abranger todas as modalidades de ensino, cumprindo as exigências legais, promovendo uma perspectiva inclusiva e garantindo o direito à educação para todos. A proposta visa proporcionar um ambiente educativo que respeite e valorize as identidades desses estudantes, além de integrar práticas pedagógicas que promovam o reconhecimento de suas heranças culturais, permitindo uma formação mais ampla e contextualizada, que atenda às necessidades de aprendizado e desenvolvimento de cada um.

2.4.1 Educação do Campo

A Educação do Campo no Brasil surge como uma resposta às necessidades educacionais das populações rurais, que enfrentam desafios únicos devido à sua localização e modos de vida. Historicamente, a educação formal no Brasil focou predominantemente nas áreas urbanas, deixando de lado as especificidades das comunidades rurais.

Originada dos movimentos sociais e das organizações populares, a luta pelo direito à terra e pela sobrevivência contribuiu para afirmar o campo como um espaço de trabalho e de vida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

A Constituição de 1988, aliada ao processo de redemocratização, impulsionou debates que ampliaram os direitos sociais para as populações rurais, incorporando direitos educacionais fundamentais. Esse compromisso do Estado e da sociedade brasileira com uma educação inclusiva foi consolidado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que, em seu artigo 28, define políticas direcionadas às especificidades das comunidades camponesas:

Art. 28. Na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996).

Posteriormente, o Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001, propôs as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. A Educação do Campo, como direito, atende às particularidades culturais, sociais e econômicas dessas populações. Essa modalidade de ensino visa não apenas à formação dos estudantes, mas também à valorização dos saberes locais, promovendo a autonomia e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Um breve histórico revela avanços significativos, especialmente a partir da década de 2000, com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001), quando iniciativas governamentais e movimentos sociais passaram a pautar a necessidade de políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino. A criação de escolas do campo, a formação continuada de professores e a elaboração de currículos contextualizados são alguns dos marcos alcançados.

Contudo, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de recursos didáticos e a necessidade de capacitação de educadores para lidar com essa realidade específica. Apesar dessas dificuldades, as potencialidades são enormes, uma vez que as escolas do campo podem se tornar espaços de transformação social e cultural, promovendo o desenvolvimento sustentável e a valorização das práticas tradicionais.

No contexto de Palmas, a Educação do Campo se torna relevante, pois a cidade é cercada



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

por áreas rurais que abrigam uma população com rica diversidade cultural e um modo de vida que integra a agricultura, a pecuária e a agroecologia.

O fortalecimento da educação do campo em tempo integral em Palmas é necessário para garantir que os estudantes do contexto rural tenham acesso a uma educação de qualidade, que reconheça e respeite suas identidades.

Além disso, as escolas rurais têm o potencial de atuar como centros de referência para a promoção de práticas sustentáveis e para a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas realidades, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e social das comunidades rurais.

A Educação Escolar do Campo fundamenta-se em concepções e práticas pedagógicas que, por meio de um currículo específico, promovem a aprendizagem como um processo de apropriação e construção de conhecimentos ligados à vida e cultura dos sujeitos rurais. Reconhece-se, portanto, a importância de fortalecer nas escolas do campo um trabalho pedagógico que valorize as línguas, os conhecimentos e as práticas culturais deste grupo, além das áreas do conhecimento, competências e habilidades, assegurando, assim, condições adequadas de acesso, permanência e aprendizagem.

Nesse sentido, o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem essa realidade pode contribuir para superar a visão preconceituosa do campo como um espaço de atraso, distante do conhecimento científico. Nessa discussão, os estudos de Arroyo (2007, p. 159) ressaltam que as condições da Educação Escolar no campo “são marcantes na secundarização do campo e na falta de políticas para o campo em todas as áreas públicas, saúde e educação de maneira particular. O campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade.” Assim, a superação dessa dicotomia entre campo e cidade exige uma compreensão das relações sociais, históricas, políticas, econômicas, culturais e ambientais que estruturam esses territórios e influenciam sua organização.

A busca por uma educação de qualidade no campo é um desafio que requer esforços conjuntos entre o governo, a sociedade civil e as comunidades locais. Para que a Educação do Campo cumpra seu papel, é fundamental que haja um investimento contínuo em infraestrutura,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

formação de professores e adequação curricular que respeite às especificidades regionais. A promoção de uma educação que integre teoria e prática, valorizando os saberes locais e incentivando a participação ativa da comunidade, é essencial para a construção de um ensino que realmente atenda às necessidades dos estudantes. Assim, a educação do campo em tempo integral não é apenas uma questão de inclusão, mas uma estratégia importante para o fortalecimento da cidadania e a promoção da justiça social.

2.4.1.1 Marcos legais e normativos da Política Nacional de Educação do Campo

- ✓ Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- ✓ Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 21/2002, aprovado em 5 de junho de 2002 - Responde consulta sobre possibilidade de reconhecimento das Casas Familiares Rurais.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 1/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006 - Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 30/2006, aprovado em 5 de abril de 2006 - Consulta sobre a aplicação da Resolução nº 5/2005 do Conselho Estadual de Educação de Rondônia.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 23/2007, aprovado em 12 de setembro de 2007 - Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 3/2008, aprovado em 18 de fevereiro de 2008 - Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
- ✓ Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.
- ✓ Parecer CNE/CP nº 22/2020, aprovado em 8 de dezembro de 2020 – Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ Parecer CNE/CEB nº 7/2022, aprovado em 9 de novembro de 2022 – Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

2.4.2 Educação Indígena

A Educação Indígena no Brasil é um tema de grande relevância e complexidade, enraizado em séculos de história, cultura e resistência. Desde o primeiro contato dos povos indígenas com os colonizadores europeus, em 1500, as práticas educacionais tradicionais desses povos têm enfrentado desafios impostos por diferentes políticas e modelos de ensino.

O debate sobre a Educação Indígena ganhou força nas últimas décadas do século XX, com o reconhecimento da necessidade de uma educação diferenciada, que respeite e valorize as culturas indígenas. A Constituição de 1988 representou um avanço ao assegurar aos povos indígenas o direito a uma educação escolar específica e diferenciada. Na década de 90, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, reforçou esse compromisso, estabelecendo que a educação escolar indígena deve ser comunitária, bilingue e intercultural.

Esse período também viu a criação de diversas escolas indígenas, voltadas para a preservação das línguas e culturas nativas, além de promover uma educação contextualizada. Atualmente, a educação indígena enfrenta novos desafios e oportunidades. A adoção de políticas públicas, como o Programa Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI), visa assegurar uma educação de qualidade que favoreça o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas e valorize suas tradições. Além das políticas públicas voltadas especificamente às escolas indígenas, há no contexto das escolas não indígenas o compromisso, por meio da Lei 11.645/08, da obrigatoriedade de fomentar discussões sobre as culturas e a história dos povos indígenas do Brasil no ambiente escolar.

A Educação Escolar Indígena é parte integrante da Educação Nacional, sendo obrigação do Estado fornecê-la, conforme estabelece a Constituição Federal. Esse modelo educacional inclui todas as etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

e Ensino Médio, assim como diversas modalidades, entre elas a Educação Especial, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

É importante que o currículo da Educação Escolar Indígena seja flexível, adaptando-se aos contextos políticos e culturais em que a escola se insere e aos interesses de seus participantes. Como componente dinâmico, ele organiza tempos, espaços e atividades pedagógicas, além de influenciar as relações sociais na escola e sua interação com a sociedade. O currículo reflete as relações de poder e as formas de construção do conhecimento escolar, inserindo-se em processos sociopolíticos e culturais que contribuem para a construção das identidades.

A avaliação na Educação Escolar Indígena é um elemento importante no processo de ensino e aprendizagem, e deve conectar-se ao projeto político-pedagógico e em harmonia com o currículo e as metodologias utilizadas. Ela deve respeitar as características culturais e as práticas educacionais indígenas, com foco em dimensões participativas e de protagonismo indígena, promovendo a autonomia dos estudantes. A avaliação prioriza aspectos qualitativos, diagnósticos e formativos, considerando as experiências de vida e as características dos estudantes. Abordagens padronizadas e excludentes são inadequadas, pois desconsideram o direito à diferença e à aprendizagem na educação indígena.

O direito à educação escolar diferenciada para os povos indígenas representa um compromisso do Estado com a valorização e respeito à diversidade cultural, linguística e histórica desses povos. Esse modelo educativo busca garantir um ensino que reflita as especificidades culturais indígenas, promovendo o uso de suas línguas, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a preservação de suas práticas culturais, além de fortalecer o vínculo comunitário e a identidade étnica. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica:

Nas últimas décadas, as comunidades indígenas têm buscado construir projetos de educação escolar diferenciada em contraposição à tradição assimilacionista e integracionista. A instituição escolar ganhou, com isso, novos papéis e significados. Abandonando de vez a perspectiva integracionista e negadora das especificidades culturais indígenas, a escola indígena hoje tem se tornando um local de afirmação de identidades e de pertencimento étnico. O direito à escolarização nas próprias línguas, a valorização de seus processos próprios de aprendizagem, a formação de professores da própria comunidade, a produção de materiais didáticos específicos, a valorização dos saberes e práticas tradicionais, além da autonomia pedagógica, são exemplos destes novos papéis e significados assumidos pela escola. (Brasil, 2013, p. 283).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Diante desse contexto, a discussão sobre a política de escolas de tempo integral ganha relevância, reforçando sua proposta de educação humanizadora. Elas oferecem uma oportunidade singular para a valorização das diferentes culturas que formam a identidade brasileira, possibilitando uma imersão mais profunda nas diversas práticas culturais e línguas nativas, trazendo à luz uma gama de elementos que auxiliam na construção de identidades e pertencimento ao seu próprio “mundo”.

A educação indígena em tempo integral visa oferecer uma formação que valorize as especificidades culturais e linguísticas dos povos indígenas, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Esse modelo integra os conteúdos curriculares com saberes tradicionais, transformando a escola em um espaço de diálogo entre o conhecimento formal e a cultura indígena. Ao ampliar o tempo de permanência, cria oportunidades para vivências que respeitam a identidade cultural e incentivam a autonomia dos jovens indígenas.

Implementar a educação indígena em tempo integral envolve enfrentar desafios como a adaptação de materiais didáticos, a formação de professores com uma visão intercultural e o fortalecimento do vínculo entre a comunidade e o ambiente escolar. Esse modelo de ensino demanda que o currículo seja ajustado para dialogar com as práticas culturais, histórias e línguas indígenas, assegurando que os estudantes indígenas tenham acesso a uma educação de qualidade sem se afastar de sua identidade cultural.

A promoção de uma educação de qualidade, que respeite e valorize as culturas indígenas, é necessária para o fortalecimento das identidades e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse sentido, é importante ressaltar todo o arcabouço legal que orienta o debate sobre as possibilidades de construção de uma educação inclusiva, equânime e condizente com a história do Brasil.

2.4.2.1 Marcos legais e normativos da Política Nacional de Educação Indígena

- ✓ Portaria nº 28, de 12 de abril de 2024: Institui a Comissão Nacional de Avaliação e Apoio à Produção de Material Didático e Literário Indígena - Capema, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - Secadi/MEC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ Parecer CNE/CEB nº 14, de 11/11/2015 - trata das Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos Indígenas na Educação Básica em decorrência da Lei nº 11.645/2008.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 09, de 07/10/2015 - estabelece orientações para a promoção do acesso de Povos Indígenas de recente contato a processos educacionais.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 01, de 07/01/2015 - institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências, de acordo com o Parecer CNE/CP nº 06/2014.
- ✓ Portaria nº 98, de 06/12/2013 - regulamenta a ação Saberes Indígenas na Escola e define suas diretrizes complementares.
- ✓ Portaria nº 1.062, de 30/10/2013: institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais – PNTEE.
- ✓ Portaria MEC nº 389, de 09/05/2013: cria o Programa Bolsa Permanência que estabelece valores diferenciados para estudantes indígenas e quilombolas, reconhecendo suas vulnerabilidades socioeconômicas na permanência e êxito no percurso acadêmico.
- ✓ Resolução CNE/CEB nº 5, de 22/06/2012: define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 13, de 10/05/2012: trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 10, de 05/10/2011: trata da oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio.
- ✓ Lei nº 12.416, de 09/06/2011: altera a Lei no 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 01, de 10/02/2011: responde a questionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas a respeito da transformação deste colegiado em órgão normativo, tendo em vista as características e especificidades da Educação Escolar Indígena.
- ✓ Portaria nº 1.061, 30/10/2013: institui a Ação Saberes Indígenas na Escola.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ Parecer CNE/CP nº 06, de 02/04/2014 - institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas.
- ✓ Decreto nº 6.861, de 27/05/2009: dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em Territórios Etnoeducacionais (TEE).
- ✓ Lei nº 11.645, de 10/03/2008: altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09.01/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- ✓ Resolução CNE/CEB nº 3, de 10/11/1999: fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 14, de 14/09/1999: dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.
- ✓ Decreto nº 26, de 4/02/1991: atribui ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI.
- ✓ Portaria Interministerial (MJ e MEC) nº 559, de 16/04/1991: dispõe sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas.
- ✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/, de 20/12/1996, Artigos 26-A, Artigo 35 A, Parágrafo 3º, Artigo 78, 79: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- ✓ Decreto nº 5.051, de 19/04/2004: promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, substituído pelo Decreto 10.088 de 05/11/2019.
- ✓ Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988: Artigos 210, 215, 231, 232.

2.4.3 Educação Escolar Quilombola

A oferta da Educação Escolar Quilombola é necessária para assegurar o direito à educação de qualidade para os povos quilombolas, reconhecendo sua importância dentro do sistema educacional brasileiro. Esta educação diferenciada deve respeitar e valorizar as particularidades culturais e históricas das comunidades quilombolas, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e relevantes para sua realidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, os quilombos são "grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida".

No Brasil, as comunidades quilombolas são diversas e possuem grande variedade, estando espalhadas por todo o território nacional, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Segundo os estudos de Fôlha e Rocha (2023, p. 03) "Os quilombolas estão entre os principais agentes sociais que formam a Amazônia [...]. Suas características são marcadas pelas especificidades do grupo, como: as formas de conviver e comunicar, as representações dos lugares e a relação contígua com a natureza". E mesmo "em tempos contemporâneos, as crianças quilombolas experimentam as manifestações culturais, os saberes e fazeres herdados da ancestralidade e ressignificam no cotidiano, a sua memória na inter-relação com o território" Rocha e Fôlha (2024, p. 10).

O reconhecimento público de uma educação específica voltada para as comunidades quilombolas tem se desenvolvido gradualmente, por meio da atuação dos movimentos quilombolas, do reconhecimento na CONAE, do apoio do Conselho Nacional de Educação e do comprometimento da União.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, aprovada e Parecer CNE/CEB Nº. 16/2012, representam uma conquista dos movimentos sociais. Segundo Brasil (2020) as diretrizes foram constituídas na base, a partir da luta da população negra, mais especificamente do movimento quilombola. É preciso uma transformação no sistema educacional brasileiro, tendo em vista que as referidas diretrizes orientam os sistemas de ensino a valorizarem os saberes, as tradições e o patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, algo impensável em outras épocas.

Desse modo, a Educação Escolar Quilombola organiza prioritariamente:

o ensino ministrado nas instituições educacionais, fundamentando-se, informando-se e alimentando-se de memória coletiva, línguas reminiscentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (DCNEB 2013, p. 424).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão (2013) definem que a Educação Escolar Quilombola requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, os quais devem observar os princípios constitucionais, a BNCC e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem estudantes quilombolas fora de suas comunidades de origem.

Como integrante da educação nacional, a Educação Escolar Quilombola é dever do Estado, de acordo com o Art. 208 da Constituição Federal, e abarca dentro de si todas as etapas e modalidades da Educação: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como nas modalidades: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A educação escolar quilombola, ofertada em tempo integral, busca proporcionar uma formação ampla e contínua para estudantes quilombolas, respeitando e valorizando as especificidades culturais dessas comunidades. Ao oferecer atividades durante todo o dia, essa modalidade apresenta a finalidade de ampliar as oportunidades de aprendizado e o desenvolvimento integral, incluindo práticas pedagógicas que refletem e preservam o patrimônio cultural e os conhecimentos tradicionais quilombolas.

Em relação ao material didático e de apoio pedagógico, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios também “deverão assegurar, por meio de ações cooperativas, a aquisição e a distribuição de livros, obras de referência, literaturas infantil e juvenil, material didático-pedagógico e de apoio pedagógico que valorizem e respeitem a história e a cultura das comunidades quilombolas” (Brasil, 2013, p. 438).

O currículo é considerado uma arena política e um território em disputa, como nos diz Arroyo (2011). O currículo da Educação Escolar Quilombola deve considerar os aspectos gerais apontados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013), bem como as especificidades das comunidades quilombolas. Este, por sua vez, vai além da transmissão de conhecimentos historicamente acumulados, pois está ligado a relações de poder e à construção de identidades sociais e culturais. Ele reflete a história e organização da sociedade,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

sendo necessário questionar por que certos objetos de conhecimento são excluídos, especialmente os que representam a realidade sociocultural quilombola.

A Educação Escolar Quilombola busca integrar conhecimentos tradicionais com contextos global, nacional, regional e local, destacando cultura, ancestralidade, oralidade, etnodesenvolvimento e lutas territoriais. Para isso, é necessário promover a participação ativa das comunidades quilombolas, permitindo a construção de um currículo flexível e aberto em parceria com lideranças locais e educadores.

Nesta perspectiva de um currículo diferenciado, o calendário escolar também inclui as celebrações nacionais e locais de forma significativa, além de questionar quais datas são comemoradas e o envolvimento da comunidade. Esse processo pode ser feito por meio de assembleias e reuniões que permitam a escuta e participação da comunidade na escolha das celebrações, respeitando o caráter laico da escola pública. As comemorações devem estar acompanhadas de discussões pedagógicas, tornando-se culminância das atividades em sala de aula para que possa ser explorado seu sentido histórico e cultural. Assim, datas tradicionais podem ser ressignificadas priorizando aquelas com relevância para a comunidade e promovendo a compreensão das lutas e transformações históricas.

Diante dos avanços do Brasil na luta antirracista, o Dia Nacional da Consciência Negra ganha destaque como o ápice de várias atividades pedagógicas realizadas nas escolas para discutir a cultura afro-brasileira e africana. Essa data simboliza o reconhecimento da resistência cultural, política e social da população negra, sendo regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96. Segundo a LDB, o calendário escolar deve incluir o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, conforme estabelecido pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

No que tange a avaliação na Educação Escolar Quilombola deve ser diagnóstica, participativa, processual e formativa, reconhecendo o valor das experiências históricas e culturais dos estudantes. Uma avaliação articulada com o projeto político-pedagógico e com a proposta curricular, respeitando o processo de aprendizagem e formação humana dos estudantes. Além disso, é fundamental envolver as lideranças quilombolas nas discussões sobre avaliação institucional, evitando critérios homogeneizantes e valorizando a forma de aprendizagem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

desses estudantes. Os métodos avaliativos devem considerar a vivência comunitária, as tradições, o trabalho, e a oralidade, conectando esses elementos à formação acadêmica e pessoal.

Sobre o processo formativo inicial e contínuo de gestores e professores para a Educação Escolar Quilombola, nota-se que enfrenta desafios devido à invisibilidade e ao desconhecimento do tema nos currículos de licenciatura e na produção acadêmica. Para atender a essas necessidades, é preciso que os cursos de formação incluam a história das lutas quilombolas, o direito à terra e à realidade sociocultural quilombola. A formação continuada, em colaboração com instituições de ensino superior, ONGs e pesquisadores, visa aprimorar o ensino para responder adequadamente à complexidade das demandas educacionais quilombolas.

A garantia da educação escolar quilombola depende de uma ação colaborativa, principalmente na implementação da oferta do atendimento em tempo integral. As políticas voltadas para essa modalidade de ensino serão implementadas por meio da integração entre diversos sistemas educacionais, que, no contexto do regime de colaboração, estabelecerão suas competências e responsabilidades conjuntas.

2.4.3.1 Marcos legais e normativos da Política Nacional de Educação Quilombola

- ✓ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família.
- ✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e orienta a elaboração de diretrizes nacionais de aprofundamento de cada uma das áreas do conhecimento, dentre elas as especificidades da Educação Quilombola.
- ✓ Lei no 10.639, de 09/01/2003, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país.
- ✓ Lei nº 11.645, de 10/03/2008, altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09/01/2003, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.
- ✓ Resolução CNE/CEB nº 8/2012, aprovada em 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão (2013).
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 8/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020 – Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 3/2021, aprovado em 13 de maio de 2021 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 8, de 10 de dezembro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 7/2022, aprovado em 9 de novembro de 2022 – Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio.

2.5 Educação Especial e Educação Inclusiva

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, ao integrar estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação às escolas regulares, promove a valorização da diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A oferta de educação integral em tempo integral amplia ainda mais as possibilidades de inclusão, proporcionando um tempo mais extenso para a oferta de serviços e recursos especializados.

A LDB define a Educação Especial como uma modalidade de ensino oferecida preferencialmente na rede regular, destinada a estudantes com necessidades educacionais especiais. A LDB determina que a Educação Especial deve permear todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sendo ofertada, preferencialmente, na rede regular para estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades e superdotação.

A Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, encontra seu fundamento em um conjunto de leis e teorias que defendem o direito de todos os estudantes à educação, independentemente de suas características, garantindo a qualidade do ensino e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

o desenvolvimento integral de cada um. Nesse sentido,

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivos, a oferta do atendimento educacional especializado, a formação dos professores, a participação da família e da comunidade e a articulação intersetorial das políticas públicas, para a garantia do acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no ensino regular (MEC, 2010. P. 6).

No contexto da educação integral em tempo integral, essa fundamentação se fortalece, uma vez que a jornada escolar ampliada permite a oferta de serviços e recursos especializados que atendam às necessidades dos educandos público-alvo da educação especial. A educação integral em tempo integral, por sua vez, oferece um contexto ainda mais favorável para a inclusão, ao proporcionar um tempo maior para a oferta de serviços e recursos especializados.

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um espaço escolar especialmente projetado para oferecer suporte individualizado aos estudantes, com equipamentos, recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva. O objetivo é otimizar o processo de ensino e aprendizagem, promovendo a inclusão e o desenvolvimento cognitivo. Esse espaço desempenha um papel fundamental na inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Conforme Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, para compor a Sala de Recursos Multifuncionais são disponibilizados equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferta do Atendimento Educacional Especializado.

As escolas de ensino de integral em tempo integral proporcionam um atendimento individualizado e especializado na SRM, contribuindo para que os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação participem ativamente das atividades escolares, desenvolvam suas habilidades e competências e superem as barreiras para a aprendizagem.

Além disso, a SRM fomenta a troca de experiências e conhecimentos entre os professores, enriquecendo a prática pedagógica e elevando a qualidade do ensino para todos os estudantes. Dentro das unidades escolares pode haver mais de uma SRM, a depender



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

da demanda por esse serviço, que pode variar de acordo com as diferentes necessidades educacionais dos estudantes.

As salas de recursos multifuncionais devem manter seu efetivo funcionamento, com oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE aos alunos público-alvo da educação especial matriculados em classe comum de ensino regular, devidamente registrado no Censo Escolar/INEP (MEC, 2010, p. 16).

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço que “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade educacional que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC 2010, p.21). Neste contexto, o Atendimento Educacional Especializado visa oportunizar condições de aprendizagem aos que necessitam de metodologia e recursos diferenciados para avançar e participar efetivamente do processo educacional.

No que se refere ao professor(a) do AEE, para exercer essa função dentro da Sala de Recursos Multifuncionais, de acordo com a Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, (...), o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial.

O(a) professor(a) do AEE desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão escolar. De acordo com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC, 2010), dentre suas funções destaca: oferecer um atendimento individualizado ou em pequenos grupos aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, visando complementar ou suplementar à escolarização.

Portanto, é imprescindível elaborar e implementar adaptações curriculares, tanto individuais quanto coletivas, para garantir o acesso e a participação dos estudantes nas atividades escolares. Selecionar, produzir e organizar materiais pedagógicos e recursos de acessibilidade que atendam às necessidades específicas de cada educando. E, por fim, oferecer orientações e apoio aos professores da sala regular, promovendo a troca de experiências e a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

No decorrer do AEE, o tempo de atendimento de cada estudante pode variar de acordo com as demandas individuais, sempre considerando o tempo de engajamento necessário para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

o desenvolvimento das atividades propostas e suas necessidades específicas.

Para o estudante ter acesso ao AEE, será necessária a apresentação do laudo médico, com a Classificação Internacional de Doenças (CID), de acordo com o “Art. 2º. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

No que tange ao atendimento e acompanhamento do estudante dentro da sala de aula, será disponibilizado um Profissional de Apoio Escolar. Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessárias, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os 27 procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas, em consonância com Lei n.º 13.146, de julho de 2015 e Nota Técnica n.º 24/2013/MEC/SECADI/DPEE.

Para exercer as atividades nas unidades educacionais, o encaminhamento de profissionais de Apoio Escolar na Educação Especial deverá seguir a indicação prevista no laudo médico e o documento requerente será protocolado pela escola junto à Secretaria Municipal da Educação.

Em relação ao atendimento e acompanhamento dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação será feito por um(a) assistente de sala no Ensino Fundamental e disponibilizado um(a) professor(a) para o acompanhamento pedagógico.

Faz-se saber, que o Assistente de Sala, é um profissional que ajuda a conduzir o processo pedagógico, com foco nas necessidades de aprendizagem dos educandos com deficiência. O seu papel é acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, ajudando-os a adquirir conhecimento e a superar as barreiras que possam encontrar.

Todas as ações para o atendimento e inclusão dos educandos devem ser previstas no Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades educacionais. É importante que toda a equipe



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

diretiva e a comunidade escolar se apropriem da legislação vigente, assim como fazer o possível para explorar os recursos disponíveis, promover formações internas para os educadores sobre Educação Especial, Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado, bem como garantir a acessibilidade na unidade.

Nessa direção, para que haja a efetividade da inclusão, é fundamental que toda a comunidade escolar participe ativamente do processo. Esse contato contínuo cria condições para que os envolvidos elaborem estratégias que dialoguem com as singularidades de cada criança.

Nas ETIs, será tida como pertinente a redução da jornada escolar dos educandos público-alvo da educação especial, considerando a totalidade das suas necessidades, incluindo atendimento clínico terapêuticas tais como: neuropsicológico, neuropsicopedagógico, psicopedagógico, psicológico, fonoaudiológico, terapia ocupacional dentre outros profissionais.

Vale ressaltar que, conforme a Lei Nº. 14.254, se a necessidade de intervenção terapêutica for verificada, esta deve ocorrer por serviços de saúde adequados, com uma equipe multidisciplinar. Este suporte complementar é crucial para que além da educação formal, todos recebam cuidados específicos de acordo com condições particulares.

A educação inclusiva exige uma mudança de paradigma que vai além da simples inclusão física dos alunos nas escolas. É necessário promover uma cultura escolar inclusiva, que valorize a diversidade e reconheça as diferentes formas de aprender. A formação continuada dos professores é essencial para que possam desenvolver as competências necessárias para suprir as necessidades dos alunos com deficiência, utilizando estratégias pedagógicas diversificadas e recursos tecnológicos acessíveis.

Portanto, ao planejar a inclusão efetiva dentro de uma unidade de ensino em tempo integral, é indispensável uma avaliação multiprofissional que determine as necessidades, especificidades e demandas de cada estudante, possibilitando a adequação do tempo de permanência escolar e a adaptação do currículo, a fim de garantir que todos os aspectos de seu desenvolvimento sejam considerados.

A escola ou CMEI de tempo integral deve ser vista como um espaço para desenvolver potencialidades, mas também precisa ser adaptável para atender às diversas demandas de seu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

público e, se não houver essa adaptação, é importante ver outra instituição parcial que atenda às necessidades desse estudante.

A Educação Inclusiva exige uma mudança de paradigma, que vai além da simples inclusão física dos alunos nas escolas. É necessário promover uma cultura escolar inclusiva, que valorize a diversidade e reconheça as diferentes formas de aprender.

A formação continuada dos professores é fundamental para que possam desenvolver as competências necessárias para atender às necessidades dos estudantes público-alvo da educação especial, utilizando estratégias pedagógicas diversificadas e recursos tecnológicos acessíveis. “A inclusão educacional é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização” (MEC, 2010, p. 05).

3 A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO

Em sua trajetória histórica Palmas-TO se destaca como um município pioneiro na implementação da educação integral em tempo integral, construindo um modelo próprio a partir de um processo contínuo de estudos e pesquisas. Essa iniciativa visa garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, promovendo a equidade e a permanência na escola. Caracteriza-se, portanto, como um processo contínuo de estudos, pesquisas e experimentos realizados com contribuição de diversos segmentos da sociedade palmense, preocupados e comprometidos em instituir uma política pública educacional capaz de garantir, não somente o direito à educação para todos – meio urbano e rural, mas também a oferta de uma educação de qualidade com equidade, que assegure a permanência na escola com sucesso para a continuidade da escolarização do estudante.

Palmas traz consigo o legado de ser uma cidade planejada e, portanto, a inerente responsabilidade de constituir-se em um referencial de promoção e inovação de Educação nesta modalidade, a fim de implementar um plano de governo pautado em políticas públicas eficazes e eficientes. Para tanto, é preciso que se promova educação de excelência e qualidade de vida moderna, em conformidade com os princípios de sustentabilidade e preservação da vida,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

não só em seu âmbito geopolítico, mas também nacional (Calixtre; Biancarelli; Cintra, 2014).

A partir de abril de 2005, a proposta de educação integral para o Município de Palmas começou a ser pensada, mediante a criação do Grupo de Estudos, formado por profissionais da Universidade Federal do Tocantins-UFT, da Universidade do Tocantins-UNITINS, técnicos da SEMED e servidores (professores/as e gestores/as) da educação. O grupo contava, em sua composição, com as contribuições de estudiosos das políticas educacionais e da área de currículo, os quais dedicaram-se diuturnamente aos trabalhos de coordenação e orientação dos estudos e análises necessárias à elaboração de uma proposta político-pedagógica com diretrizes curriculares específicas. Ou seja, diferenciadas, para a oferta de uma educação em tempo integral de boa qualidade às comunidades urbanas e fora do espaço urbano de Palmas-TO.

A partir do diagnóstico realizado, foram estabelecidas metas e ações para a melhoria da qualidade da educação nas escolas urbanas e do campo. Dentre as ações implementadas, destacam-se a oferta de cursos de formação continuada para professores, a elaboração de materiais didáticos específicos e a adequação da infraestrutura das escolas. No Relatório da Secretaria Municipal da Educação (SEMED, 2009), incluíram-se ações para melhoria da educação em tempo integral relacionadas à adequação curricular, formação de professores, estimativa de custo da merenda escolar, ampliação e adequação da estrutura física.

Dentre as ações realizadas, “foram oferecidos cursos de formação continuada, com carga horária de 360 horas, representando um investimento na ordem de R\$ 140.057,91 (cento e quarenta mil, cinquenta e sete reais e noventa e um centavos), captados junto ao Governo Federal, por meio do Plano de Trabalho – PTA PECAMPO, recurso este, que também contemplava a elaboração e confecção de material complementar para a escola do Campo” (Palmas, 2009, p. 2).

O Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica da SEMED fundamentou seus estudos em leituras e reflexões numa vasta literatura de experiências em educação integral em tempo integral em outros estados brasileiros; a fim de contribuir com a implantação da proposta para o Município de Palmas, enquanto política pública educacional, com especial atenção às avaliações e considerações feitas sobre as estratégias implementadas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

os resultados obtidos. Para tanto,

como aporte teórico, *buscou-se*, na História da Educação Brasileira, as bases teóricas e conceituais capazes de permitir a compreensão da maneira pela qual a concepção de educação integral desenvolve-se no Brasil. A leitura e a reflexão sobre os estudos de Melchior (1997), Castro (2011), Cunha (1988), Dourado (1999), subsidiou-nos sobre as questões que envolvem financiamento e gestão da educação brasileira (Alves, 2013).

No ano de 2013, a proposta educacional em tempo integral foi expandida para 13 escolas municipais, oferecendo diferentes modelos de organização. Essa expansão permitiu atender a um número maior de estudantes e diversificar as atividades oferecidas, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.

A proposta foi estruturada em 05 diferentes alternativas de organização, a saber:

- ✓ **Escola Padrão de Tempo Integral** – teve início em 2007, atendeu, em média, 1.200 alunos, em uma jornada de nove horas e meia de atividades diárias, em um espaço de 8.200m² de área construída.
- ✓ **Projeto Salas Integradas (SIN)** - primeira experiência de ampliação de jornada escolar nesta rede, iniciada em 2005, tendo por objetivo ampliar o currículo do Ensino Fundamental de 800 para 960 horas anuais, por meio de atividades artísticas, culturais e esportivas. Este projeto foi incorporado ao Programa Mais Educação, em 2011, atendendo 2.730 alunos, em 11 escolas de jornada parcial.
- ✓ **Escola de Tempo Integral no Campo** - implantada em 2008 em cinco escolas, com atendimento de 2^a a 5^a feira, em uma jornada diária de 08 horas.
- ✓ **Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI)** - nessa modalidade, as crianças de 0 a 3 anos de idade foram atendidas em tempo integral, em uma jornada diária de 10 horas.
- ✓ **Escola de Tempo Integral de Jornada Ampliada** – teve início em 2008, em três unidades educacionais, que receberam reformas e ampliações de seus espaços para atendimento inicial de 8 horas diárias, passando para nove horas e meia, incluindo oferta de almoço, em 2010.

Como observado, a Prefeitura Municipal de Palmas, por meio da Secretaria Municipal da Educação, tem investido gradativamente na expansão de matrículas em tempo integral a cada ano.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Em 2025, conta com 3 (três) Centros Municipais de Educação Infantil, com a atendimento 100% em tempo integral e 21 (vinte e uma) unidades educacionais do Ensino Fundamental atendendo 100% na modalidade de tempo integral. Já com atendimento de jornada ampliada há, atualmente, 5 (cinco) escolas, a saber: Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva, Escola Municipal Henrique Talone, Escola Municipal Anne Frank, Escola Municipal Crispim Pereira Alencar, Escola Municipal Maria Júlia.

Neste contexto, para melhor visualização do progresso do atendimento em tempo integral nas unidades educacionais de Palmas, apresenta-se o Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - Evolução do atendimento em tempo integral de 2007 a 2024.

Ano	Unidades Educacionais em Tempo Integral - ETIs	Arquitetura
2007	Padre Josimo Morais Tavares	ETI Padrão
2008	Eurídice Ferreira de Mello	ETI Padrão
	Marcos Freire	Adaptada
	Aprígio Thomaz de Matos	Escola do Campo - Adaptada
	Professora Sueli Pereira de Almeida Reche	Escola do Campo - Adaptada
	Luiz Nunes de Oliveira	Escola do Campo - Adaptada
2009	Cora Coralina	Adaptada
2011	Daniel Batista	Adaptada
	Caroline Campelo Cruz da Silva	Padrão
2012	Monsenhor Pedro Pereira Piagem	Adaptada
	Olga Benário	Adaptada
2013	Vinícius de Moraes	Adaptada
	Almirante Tamandaré	ETI Padrão
2014	Luiz Gonzaga	Adaptada
	Anísio Spínola Teixeira	ETI Padrão
	Santa Bárbara	Adaptada
2015	Luiz Rodrigues Monteiro	Adaptada
	Professor Fidêncio Bogo	Escola do Campo - Padrão
2016	Profª Margarida Lemos	ETI Padrão
2023	Centro Municipal de Educação Infantil Profª Juscéia Garbelini	CMEI - Padrão
2024	Centro Municipal de Educação Infantil Terezinha Evangelista	CMEI - Padrão
	Centro Municipal de Educação Infantil Araras	CMEI - Padrão
	Francisca Brandão Ramalho	Adaptada
	João Beltrão	Escola do Campo - Adaptada
	Obs.: além dos 3 (três) CMEIs supra relacionados, outros 15 (quinze) atendem algumas de suas turmas em tempo integral.	

Fonte: Elaboração própria, SEMED/Palmas-TO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Por fim, para um aprofundamento do conhecimento sobre a realidade de cada Escola de Tempo Integral e Centro Municipal de Educação Infantil de Palmas, no apêndice deste documento, foram incluídas fichas técnicas detalhadas e trajetória. Essas fichas contêm informações sobre a história de cada unidade, a comunidade atendida, a oferta de atividades, os resultados obtidos, os desafios enfrentados e indicadores de desempenho. A disponibilização desses dados detalhados visa facilitar a análise e o acompanhamento da implementação da Política de Educação Integral em Tempo Integral no município, além de servir como referência para futuras pesquisas e estudos sobre o tema.

3.1 Plano de expansão de matrículas em tempo integral e recursos financeiros (2023 a 2026)

O presente plano tem como objetivo principal expandir a oferta de educação em tempo integral no Município de Palmas, no período de 2023 a 2026. Essa iniciativa, alinhada com as diretrizes nacionais e com as demandas da comunidade, visa proporcionar aos estudantes uma educação de qualidade, integral e equitativa, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida.

A educação em tempo integral, além de ampliar a carga horária escolar, oferece aos estudantes um conjunto diversificado de atividades que vão além da sala de aula, como oficinas, projetos, atividades esportivas e culturais, dentre outras. Essa modalidade de ensino promove o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a ampliação do conhecimento e a formação de cidadãos mais críticos e engajados. Nesse sentido, um plano de expansão para escolas de tempo integral envolve várias etapas, estratégias e a mobilização de recursos humanos, financeiros e estruturais.

A Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, dispõe sobre critérios e procedimentos operacionais em relação à distribuição, repasse e prestação de contas do apoio financeiro ao Programa Escola em Tempo Integral para fomentar novas matrículas e atingir a Meta 6 do PNE (e Meta 4 do PME), superando a lógica de turno e contraturno, em todos os estados, Distrito Federal e municípios, em decorrência da adesão e pactuação de metas no Programa Escola em Tempo Integral.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Os recursos são calculados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação SEB/MEC e encaminhados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a relação dos entes aptos ao recebimento dos recursos, na forma prevista pela Portaria nº 1.495, de 2023, de acordo com o Termo de Pactuação do Programa. Em relação às transferências dos valores, estas são realizadas em caráter suplementar, sem a exigência de celebração de convênio, acordo, contrato ou instrumento congêneres e os repasses caem em conta específica do ente no Banco do Brasil, criada pelo FNDE.

Destaca-se que os valores de repasses são divulgados em sítio eletrônico do FNDE, com percentual referente a despesas correntes e capital. De acordo com o estabelecido pela Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, os recursos financeiros do PEI serão aplicados, exclusivamente, em despesas para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino (art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394/1996). Para a distribuição, repasse e prestação de contas, consideram-se os dispositivos normativos que regem o Programa Escola em Tempo Integral, a saber: Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023; Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023; e a Resolução FNDE nº 18, de 27 de setembro de 2023.

Como os recursos serão aplicados exclusivamente em despesas de manutenção e para o desenvolvimento do ensino, é necessário elaborar planejamento para as despesas de acordo com as condições da rede e a Política de Educação em Tempo Integral do ente. Nesse sentido, a Política de Educação em Tempo Integral local tem a função de orientar o planejamento de despesas possíveis e o uso dos recursos do Programa Escola em Tempo Integral.

Para tanto, consideram-se:

a) Legalidade: obediência ao uso dos recursos quanto às normas constitucionais e infraconstitucionais e enquadramento das despesas entre aquelas voltadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme atos normativos do Programa;

b) Diagnóstico/Planejamento: elaboração de diagnóstico das necessidades das escolas e de planejamento da execução dos recursos no sentido de garantir condições dignas e mínimas para a expansão da matrícula de tempo integral na perspectiva da educação integral;

c) Finalidade educativa: a execução financeira estará a serviço da melhoria das aprendizagens e desenvolvimento dos estudantes quando atrelada à intencionalidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

pedagógica e à diversificação das experiências educacionais na oferta do tempo integral;

d) Inclusão e diversidade: cada Secretaria de Educação é constituída por uma amostra diversa de territórios sociais e etnoculturais, presentes em escolas do campo, escolas quilombolas e indígenas.

O apoio financeiro do MEC visa melhorar, valorizar e estar a serviço das diferenças étnico-raciais e socioculturais, bem como garantir infraestrutura, arquitetura e organização que eliminem barreiras de acesso, permanência, qualidade, equidade e participação dos estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Ademais, identificar e distribuir os recursos entre escolas em contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica ou ainda aquelas com condições precárias de oferta do tempo integral.

Nessa lógica, a participação dos gestores é de suma importância, tendo em vista que eles conhecem suas realidades e os principais desafios a serem superados. Para tanto, o planejamento e diagnóstico para a utilização dos recursos do fomento à expansão do tempo integral devem ocorrer por meio de consulta, diálogo e tomada de decisão com a gestão escolar, assim como os fóruns de tomada de decisão e deliberação com o Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres.

Neste contexto, o apoio financeiro ao Município de Palmas-TO será destinado a reformas, adaptações, construção de salas de aula, aquisição e produção de materiais pedagógicos, compra de livros didáticos de Educação Física, Língua Inglesa, dentre outros componentes curriculares não disponibilizados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD); e formação continuada para os profissionais da Educação que trabalham em escolas com atendimento igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 semanais.

Dessa forma, esse planejamento tem como finalidade causar o menor impacto ao atendimento dos estudantes, condições de trabalho aos profissionais da Educação, propostas pedagógicas curriculares educativas e formação continuada, nos termos do Art. 70 da Lei nº. 9.394/1996: Art. 70. Além do exposto, o PEI precisa ser acompanhado e avaliado pelos responsáveis técnicos de acordo com a aplicação do recurso financeiro, bem como o tempo de execução dentro do prazo estabelecido pelos normativos legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

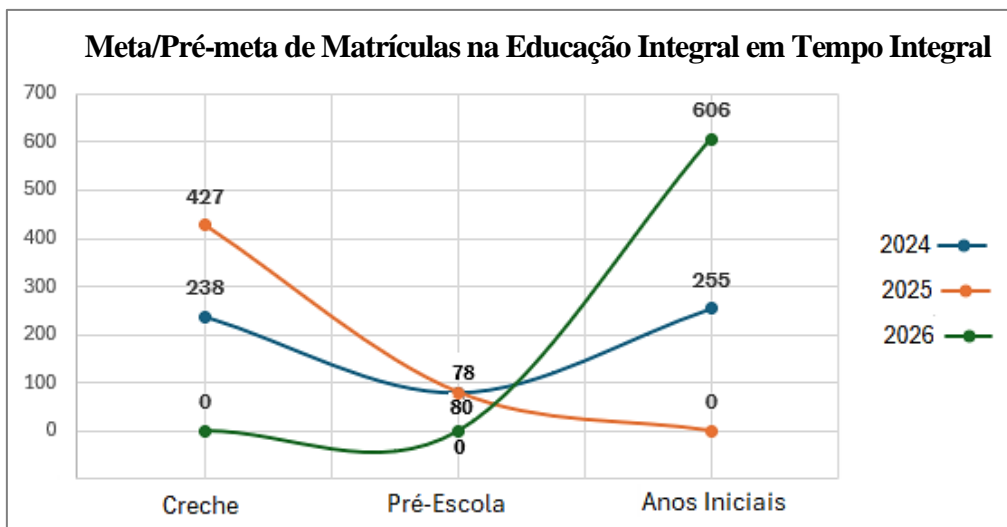
Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Com o Programa Escola em Tempo Integral, cada ente federativo, no ato da adesão e pactuação, possui metas pré-estabelecidas pelo MEC. Em 2024, a meta para Palmas-TO foi de 571 novas matrículas em tempo integral, com declaração de 238 novas vagas em Creche, 78 em Pré-escola e 255 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para o ciclo de 2025, a pré-meta pactuada corresponde a 507 novas matrículas, sendo 427 da Creche e 80 da Pré-escola, ambas na etapa Educação Infantil.

Já para 2026, no Plano de Expansão de matrículas em tempo integral, a pré-meta pactuada é de 606 novas matrículas contemplando unidades educacionais do Ensino Fundamental.

Para exemplificar a evolução e plano de expansão de matrículas em tempo integral na rede municipal de ensino de Palmas, no período de 2024 a 2026, apresenta-se o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Evolução e Plano de Expansão de Matrículas na Educação Integral em Tempo Integral: 2024 a 2026 em Palmas-TO.



Fonte: Elaboração própria – SEMED/Palmas-TO.

Os recursos do Programa Escola em Tempo Integral podem ser utilizados tanto em despesas de capital como em despesas correntes (conhecidas como de custeio). O valor por matrícula corresponde a R\$ 4.510,20 (quatro mil quinhentos e dez e vinte centavos). Palmas pactuou 571 matrículas em 2024, sendo que 70% refere-se a despesas correntes – aquelas para manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, que não contribuem,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital - não integrarão o patrimônio; e 30% capital - aquelas despesas necessárias para a utilização e a conservação dos bens existentes e para a realização de atividades nas escolas participantes, tais como o pagamento de contas de energia elétrica, a aquisição de materiais de consumo e a remuneração de profissionais contratados para a realização de atividades-meio, necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino - , totalizando um repasse de 2.575.356,59 (dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e cinquenta e nove centavos). Em relação aos valores para 2025, correspondem 2.286.717,03 (dois milhões duzentos e oitenta e seis mil e três centavos), sendo que deste valor, 80% são destinados para despesas de capital e 20% para despesas correntes.

De acordo com o planejamento da Educação de Palmas, serão destinados recursos para: a) aumento da área já construída, como a construção de novas salas, de quadras poliesportivas, refeitórios, banheiros, laboratórios, auditórios; aquisição de equipamentos, maquinário de laboratório, computadores e notebooks, modems e roteadores para conexão à internet, mobiliário para salas de aula, bibliotecas, laboratórios, obras literárias tocantinenses e de referência para as bibliotecas, sala multiuso, brinquedoteca ou sala de jogos, ateliê ou sala ambiente para atividade artística, salas para coordenação pedagógica, despensas, vestiários, implantação ou cobertura de quadras esportivas, pátios e parquinhos de brincar, centrais de gás, etc.

No que se refere a despesas correntes, Palmas utilizará para aquisição de materiais de utilização direta pelos alunos e professores, com o desenvolvimento de atividades pedagógicas, artísticas, científicas, tecnológicas, socioambientais, esportivas e recreativas na escola; realização de atividades curriculares complementares e integradas ao currículo e/ou à formação continuada dos profissionais da Educação; exposições em feiras ou mostras de ciências da natureza, ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura, esporte, lazer, ciência e tecnologia, direitos humanos e socioambiental. Essas ações devem estar previstas na Política de Educação Integral em Tempo Integral, com cunho educativo e para a melhoria da aprendizagem dos estudantes e desenvolvimento integral, previstas na Política de Ensino da Educação Integral em Tempo Integral.

Neste contexto, são necessárias as oficializações de demandas e execução financeira de acordo com as prioridades elencadas, a saber:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- I. Aquisição de literatura tocantinense, com a finalidade de implementação do currículo, relacionado às especificidades do território, de distribuição gratuita para os estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, matriculados em escolas de tempo integral;
- II. Construção de 9 (nove) salas de aula, adequação (reforma) do refeitório e de sala de descanso para os servidores e da quadra poliesportiva nas unidades educacionais do ensino fundamental que ofertam/ofertarão educação em tempo integral;
- III. Construção de salas amplas nos Centro Municipais de Educação Infantil que ofertam/ofertarão educação em tempo integral;
- IV. Construção de salas de tênis de mesa com capacidade para cinco mesas, após diagnóstico da rede municipal;
- V. Construção de Parquinho Infantil em todas as escolas em tempo integral, com atendimento da educação Infantil e 1º e 5º ano do Ensino Fundamental;
- VI. Reforma de piscinas infantil e semiolímpica, após diagnóstico da rede municipal;
- VII. Cobertura de Campo de Futebol Society e instalação de grama sintética, após diagnóstico da rede municipal;
- VIII. Aquisição de livros didáticos de Língua Inglesa de distribuição gratuita para os estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, matriculados em escolas de tempo integral;
- IX. Aquisição de materiais de consumo para promoção das artes e cultura (música, dança, teatro, artes visuais, arte circense, literatura, cultura popular etc.), considerando a promoção e valorização da história e cultura das nações e povos africanos e afrobrasileiros, os povos indígenas originários do Brasil e a cultura popular local;
- X. Compra de materiais didáticos, considerando a promoção e valorização da história e cultura das nações e povos africanos e afro-brasileiros e os povos indígenas originários do Brasil;
- XI. Aquisição de materiais escolares, considerando a acessibilidade para estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação e ainda para a educação de surdos;
- XII. Compra de materiais esportivos, considerando as diversas práticas esportivas e a acessibilidade para estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

e com altas habilidades ou superdotação e ainda para a educação de surdos, como bolas, raquetes, cordas, redes, colchões para práticas esportivas, coletes, joelheiras, luvas e uniformes etc.

XIII. Aquisição de kits para robótica e programação;

XIV. Aquisição de materiais de utilização direta pelos alunos e professores, com o desenvolvimento de atividades pedagógicas, artísticas, científicas, tecnológicas, socioambientais, esportivas e recreativas na escola;

XV. Realização de atividades curriculares complementares e integradas ao currículo;

XVI. Plano de Formação continuada dos profissionais da Educação no Ciclo de 2025 a 2026;

XVII. Participação em exposições, feiras ou mostras de ciências da natureza, ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura, esporte, lazer, ciência e tecnologia, direitos humanos e socioambiental.

Diante do exposto, além de recursos financeiros, Palmas vislumbra uma educação integral de qualidade e com equidade para bebês, crianças e jovens, garantindo uma escola pública sonhada pela sociedade, efetivamente, democrática.

3.2 Dos profissionais da Educação Integral em Tempo Integral do Município de Palmas-TO

A educação integral em tempo integral exige um corpo docente altamente qualificado e comprometido com a construção de um ensino de qualidade. Neste contexto, a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação é fundamental para garantir a efetiva implementação do currículo e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Neste contexto, a atuação dos profissionais da educação integral em tempo integral apresenta desafios, como a necessidade de constante atualização para acompanhar as novas demandas da sociedade, a carga horária extensa e a necessidade de desenvolver habilidades para trabalhar em equipe e em diferentes áreas do conhecimento.

Para enfrentar esses desafios, a SEMED/Palmas oferece um programa de formação continuada aos profissionais da educação integral, que inclui cursos, oficinas e programas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

desenvolvimento profissional. Essas ações visam fortalecer as competências dos professores e garantir a atualização constante dos conhecimentos pedagógicos.

A qualidade e equidade da Educação Básica dependem dos profissionais da Educação, sendo necessária formação inicial e continuada para cargo e/ou função desempenhada no ambiente escolar e/ou na Secretaria Municipal da Educação, de acordo com as especificidade e objetivos das diferentes etapas de ensino da Educação Básica, o que corresponde da Educação Infantil ao Ensino Médio, na perspectiva da educação integral em tempo integral.

Nesse sentido, quaisquer políticas públicas educacionais devem ter como eixo estruturante o currículo (Brasil, 1996; Brasil, 2017; Tocantins, 2019), tendo em vista que o que se ensina e como se ensina na escola é parametrizado por documentos oficiais, sendo o mais recente a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

No Município de Palmas-TO, a Lei Nº 2.998, de 30 de novembro de 2023, dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação Básica e, de acordo com o Art. 4º, o ingresso na carreira do profissional de Educação dar-se-á mediante concurso público de provas ou provas e títulos, por área de atuação.

Na perspectiva da educação integral em tempo integral, as diretrizes são definidas pelo Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640/2023 e regulamentado pelas Portarias nº 1.495/2023 e nº 2.036/2023. Nestes documentos, garante-se a permanência dos/as estudantes no ambiente escolar com o mínimo de 7h diárias ou 35h semanais, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, assegurando a Reorientação Curricular e adequações ao quadro de servidores da Educação com jornada de trabalho em escolas de tempo integral.

Segundo o PEI-ETI, para o professor da escola de educação integral em tempo integral, é preciso considerar:

- a escuta e o diálogo com a categoria docente e os profissionais da Educação da Rede na busca de arranjos e soluções que devem se adequar à realidade local;
- a valorização profissional garantida pela gestão pública local por meio do compromisso e instrumentos para a melhoria das condições laborais, do plano de carreira e da formação;
- a elevação ou compatibilização da remuneração do professor em face da jornada de tempo integral para que possa exercer suas funções em uma única escola e participar efetivamente da vida da comunidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- a melhoria da infraestrutura física das escolas com ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e o desenvolvimento integral;
- o debate curricular nos cursos de formação inicial (PEI, ETI, 2024, p. 36-37).

Sob esse âmbito, estender jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral pressupõe reconhecer que essa prática ocorre muito além da sala de aula e envolve as demais pessoas da escola. Isso significa que os demais profissionais, “como aqueles dedicados ao apoio aos estudantes, à alimentação escolar, à limpeza, ao atendimento à comunidade, desempenham não apenas a função de assistência na permanência do estudante na escola, como também de função educadora”. Sendo assim, as Secretarias de Educação junto às escolas precisam promover processos formativos para todos que contribuam com a implantação da jornada de tempo integral.

Nessa lógica, o ensino e a aprendizagem no contexto escolar se dão com a implementação do Currículo Integrado e Integrador, a contemplar práticas pedagógicas de forma interdisciplinar e/ou transdisciplinar. Isso implica diretamente no quadro de profissionais da Educação que exerce suas funções em instituições de ensino em tempo integral. Dessa forma, o quadro de professores para as Etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em tempo integral, em consonância com o currículo (Matrizes Curriculares), é composto por profissionais com habilitação em diferentes licenciaturas, a saber:

I. Para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), o quadro de professores, de acordo com o currículo, contempla as seguintes licenciaturas de Nível Superior:

1. Pedagogia e/ou Normal Superior;
2. Educação Física;
4. Arte (Artes Visuais, Dança, Teatro, Música);
5. Letras/Língua Inglesa;
6. Letras/Libras.

II. Para os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), o quadro de professores, de acordo com o currículo, contempla as seguintes licenciaturas de Nível Superior, em consonância com as áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, o que corresponde as áreas do conhecimento de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

e Ensino Religioso e Temas Contemporâneos Transversais.

Neste âmbito, o quadro de professores, para garantir a efetiva implementação do currículo, deve ser composto por profissionais com licenciatura em:

1. Letras/Língua Portuguesa;
2. Arte (Artes visuais, Dança, Teatro, Música);
3. Letras/Língua Inglesa;
4. Letras/Libras;
5. Educação Física;
6. Matemática;
7. História;
8. Geografia;
9. Ciências Biológicas ou Biologia;
10. Pedagogia.

Além destas licenciaturas, para atender as especificidades da Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena, de acordo com a Resolução 1, de 3 de abril de 2001, a qual estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em seu Art. 5º, assegura que as propostas pedagógicas das escolas do campo devem respeitar as diferenças e o direito à igualdade, a contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos da terra, sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Para tanto, ao quadro de professores descrito no tópico II, acrescentam-se profissionais que atendam as especificidades da Educação do Campo, com licenciaturas em:

1. Educação do Campo;
2. Agroecologia.

III. Da Supervisão Pedagógica, o profissional deve ter formação em curso superior de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em Supervisão e/ou Administração.

IV. Da Orientação Educacional, o profissional deve ter formação em curso superior de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional.

V. Do Analista Educacional, o profissional deve ter curso de Ensino Superior completo, conforme área de atuação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

VI. Do Técnico Administrativo Educacional, o profissional deve ter Ensino Médio completo, conforme área de atuação.

VII. Do Profissional de Apoio para Estudantes com Deficiências, o profissional deve ter Ensino Médio completo e cursos de aperfeiçoamento profissional na área de atuação, com no mínimo 120h em AEE.

VIII. Do Assistente de Sala para Estudantes com Deficiências, o profissional deve ter Ensino Superior Completo em Pedagogia e Pós-graduação em AEE.

De acordo com a Lei Nº 2.998, de 30 de novembro de 2023, em seu Art.40, aos integrantes do quadro dos profissionais da Educação Básica no desempenho de suas atividades, além dos deveres comuns aos demais servidores públicos do município, cumpre:

- I. preservar as finalidades da Educação Nacional fundamentadas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana;
- II. promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extraescolares em benefício dos educandos e da coletividade a que serve a escola;
- III. esforçar-se em prol da educação integral do educando, mediante a utilização de processo que acompanhe o avanço científico e tecnológico e sugerir também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;
- IV. assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;
- V. respeitar o educando como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado;
- VI. comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional por meio da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos;
- VII. manter em dia registros, escriturações e documentação inerentes à função desenvolvida e à vida profissional;
- VIII. preservar os princípios democráticos da participação, da cooperação, do diálogo, do respeito à liberdade e da justiça social;
- IX. conhecer e respeitar a legislação educacional vigente;
- X. desempenhar suas atividades profissionais, observados os princípios e fins da educação brasileira;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- XI. desenvolver estudos e oferecer sugestões para melhoria do sistema de ensino;
- XII. exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- XIII. cumprir as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere à Educação;
- XIV. zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação da classe.

Ainda em consonância com a Lei Nº 2.998, de 30 de novembro de 2023, em seu Art. 41, é vetado, ao profissional da Educação Básica, respeitada a legislação específica:

- I. ministrar aulas particulares remuneradas a seus alunos;
- II. desrespeitar os direitos da criança e do adolescente ou deixar de comunicar à autoridade competente maus tratos que estes venham a sofrer;
- III. ausentar-se do local de trabalho sem prévia autorização da autoridade competente;
- IV. valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de terceiros;
- V. utilizar pessoal ou recursos materiais do local de trabalho em serviços ou atividades particulares;
- VI. exercer atividade incompatível com o exercício do cargo e com o horário de trabalho;
- VII. impedir que os educandos participem de atividades escolares em razão de qualquer carência material.

Diante das especificidades desta política pública e de acordo com as diretrizes e os princípios da educação em tempo integral na perspectiva da educação integral, o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640/2023 e regulamentado pelas Portarias nº 1.495/2023 e nº 2.036/2023, assegura na forma desta lei a melhoria contínua das condições laborais dos profissionais da Educação, assim como a valorização de suas jornadas e processos formativos para a dedicação à educação em tempo integral. Além do exposto, os documentos normativos do PEI garantem a legalidade de alterações que contemplem a efetiva implementação do currículo relacionadas aos profissionais da Educação e de sua jornada.

Promovem, também, as adaptações para o fortalecimento da Educação para as relações étnico-raciais, de forma transversal e interdisciplinar. Nessa lógica, a educação integral em tempo integral ocorre por meio de estabelecimento de metas e de estratégias que promovam



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

a redução da desigualdade étnico-racial, socioeconômica, territorial, de gênero, o público-alvo da educação bilíngue de surdos, o público-alvo da educação especial, dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, da Educação do Campo, Quilombola e Indígena, promovendo a valorização da diversidade cultural e a construção de uma sociedade mais justa e equânime.

3.3 Da Hora Atividade do professor(a) da Educação Integral em Tempo Integral do Município de Palmas-TO

A hora atividade do(a) professor(a) é prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que garante o limite máximo de 2/3 (dois terços) para o trabalho direto com os estudantes, sendo o restante da sua carga horária destinado à preparação das aulas, formação continuada, planejamento e atividades de avaliação, realização de atividades extraclasse, organização e avaliação das atividades pedagógicas, além de estudos e atualização.

Em Palmas, a Portaria de nº 0680, de 20 de abril de 2015 dispõe sobre a hora-atividade dos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino de Palmas e estabelece a jornada de trabalho semanal desses profissionais, destinada ao planejamento e demais atividades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. No bojo da referida portaria, consta a seguinte informação:

Art. 2º A jornada de trabalho do professor em regência da sala de aula e do suporte pedagógico (supervisor e orientador educacional) deve assegurar 1/3 (um terço) da jornada semanal de trabalho para hora-atividade.

A hora atividade do(a) professor(a) é compreendida por 8 (oito) horas da jornada de trabalho de 40 (quarenta) destinadas ao planejamento, aperfeiçoamento profissional, a elaboração de avaliação, dentre outras atividades pedagógicas, acompanhado pelo(a) supervisor(a) pedagógico(a).

A Portaria de nº 0680, de 20 de abril de 2015, organiza essa jornada por Componente Curricular, fases da Educação Infantil ou ano escolar dos anos iniciais, fazendo-se necessária a atualização deste tópico, tendo em vista que, com a homologação da BNCC, o currículo é integrado e organizado por área do conhecimento. Nesse sentido, para a Política de Ensino da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Educação Integral em Tempo Integral é de fundamental importância que o planejamento aconteça de forma inter/transdisciplinar por área do conhecimento, além dos momentos de formação continuada e permanente, ofertados em nível de rede.

Diante dessa realidade, a hora atividade deve ser organizada em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da rede de ensino, o que garante que as práticas pedagógicas estejam alinhadas à Base Nacional Comum Curricular e ao Documento Curricular do Tocantins. Esse planejamento tem como finalidade assegurar os princípios da educação integral, sendo o currículo o eixo estruturante para toda e qualquer ação no contexto educacional.

Além do exposto, assegura-se que a organização e a gestão de tempos e espaços educativos impulsionem a aprendizagem contextualizada, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, assim como preconizam a BNCC e o DCT. Nessa direção, fortalece o reconhecimento de saberes das diferentes matrizes éticas, raciais e culturais no currículo, privilegiando o cultivo e a aprendizagem de relações interpessoais saudáveis, éticas e inclusivas.

Neste contexto, a Política de Ensino da Educação Integral em Tempo Integral, prioritariamente para os momentos de Formação Continuada e Planejamento Coletivo em rede, em consonância com as áreas do conhecimento, segue a organização descrita, cabendo adequação à realidade da escola, a saber:

I – Educação Infantil, para o(a) professor(a) com habilitação em Pedagogia:

- a) berçário: terça-feira;
- b) creche: quarta-feira;
- c) pré-escola: sexta-feira.

II– Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

- a) segunda-feira: planejamento de professores(as) do 1º ano e do 2º ano;
- c) quarta-feira: planejamento de professores(as) do 3º ano, 4º ano e 5º ano.

III– Anos finais do Ensino Fundamental:

- a) segunda-feira: planejamento de professores(as) da área de linguagens e seus respectivos componentes curriculares (Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Texto , Arte – Arte Visuais, Teatro, Educação Física – Jogos, Esportes, Dança – e Língua Inglesa);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- b) terça-feira: planejamento de professores(as) da área de Matemática e seus respectivos componentes curriculares: Matemática e Educação Financeira;
- c) quarta-feira: planejamento de professores(as) da área de Ciências Humanas e seus respectivos componentes curriculares, História e Geografia – Cultura e Sociedade, Interculturalidades, Projeto de Vida, Filosofia e Ensino Religioso;
- d) quinta-feira: planejamento de professores(as) de Ciências da Natureza e seus respectivos componentes, Ciências, Letramento Científico, Educação Agroecológica e/ou Animal.

Nessa direção, os momentos em rede, com o grupo de professores(as) por área do conhecimento, configuram-se como fazer Educação para além dos muros da sala de aula, tendo vista que possibilita a integração/ interação do conhecimento de forma inter/transdisciplinar. Por esse âmbito, os saberes são contextualizados e os estudantes são protagonistas do processo de ensino e aprendizagem. Ademais, orienta o(a) professor(a) na sua prática docente, contextualiza saberes de diferentes realidades, o que pode tornar a ação de ensinar prazerosa e o aprendizado se efetiva na e fora da escola.

3.4 Dos critérios de Matrícula na Educação Integral do Município de Palmas-TO

Os critérios de matrícula na rede municipal de ensino de Palmas-TO foram regulamentados no Diário Oficial do Município, na edição de 6 de novembro de 2023, por meio da Portaria GAB/SEMED, Nº 0370, de 19 de outubro de 2023. As matrículas na rede de ensino de Palmas são realizadas pelo Sistema Integrado de Matrícula de Palmas-SIMPALMAS, para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Segundo o PEI, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, as matrículas em tempo integral devem priorizar bebês, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, baixa renda, deficiência física, medida socioeducativa e pertencente à família monoparental para assegurar os direitos de aprendizagem, desenvolvimento integral e prevenção às violências.

Neste contexto, a classificação dos cadastros possui critérios estabelecidos, de forma distinta, em duas etapas de matrículas, sendo a primeira no início do ano, estabelecida em calendário da Secretaria Municipal da Educação e, a segunda, de forma contínua, ao longo do ano letivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Na primeira etapa de matrículas, os cadastros são classificados conforme o quantitativo de vagas, priorizando o(a) estudante com maior pontuação, obedecendo os seguintes critérios:

- I. Esteja em situação de vulnerabilidade socioeconômica – (25 pontos);
- II. Esteja contemplada/o no Programa Bolsa-Família – (23 pontos);
- III. Ter Pai/Mãe com vínculo empregatício no turno em que pleiteia a vaga, com renda total de até 1,5 salário-mínimo, com comprovação de carteira de trabalho e/ou declaração do empregador – (20 pontos);
- IV. Esteja sob medida socioeducativa – (15 pontos);
- VII. Seja pertencente à família monoparental - apenas um(a) é responsável pela criação do(a) filho(a), sem cônjuge ou companheiro(a) – (10 pontos);
- VIII. Seja estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotada(o) – (9 pontos).
- IX. Unidade educacional mais próxima da residência (8 pontos);
- X. Tenha irmão(s) matriculado(s) na UE, da primeira opção, onde deseja a vaga (7 pontos);
- XI. Tenha pais ou responsável legal com alguma deficiência ou doença crônica que impossibilite cuidar da criança e/ou educando – (6 pontos);

Na segunda etapa de matrículas, os cadastros novos ou editados serão classificados conforme a quantidade de vagas, exclusivamente, tendo como critério:

- I) a data/hora de solicitação junto ao Sistema de Matrículas Integradas de Palmas (SIMPalmas);
- II) esteja em situação de vulnerabilidade socioeconômica; e
- III) contemplado(a) no Programa Bolsa-Família.

Ao constar na lista dos classificados o nome do(a) estudante, os pais/responsáveis devem comparecer, dentro do período de 5 (cinco) dias úteis, na unidade educacional em que está sendo ofertada a vaga, com a documentação necessária para efetivação da matrícula. Assevera-se que, após publicação da classificação no SIMPalmas, obedece-se ao que está regulamentado na Portaria N° 0370/2023, como o horário de funcionamento da Secretaria Escolar, orientação junto à Secretaria Municipal da Educação, por meio de contato telefônico da SEMED e/ou via e-mail institucional: matriculas@semed.palmas.to.gov.br, entre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

4 AS ESPECIFICIDADES DA PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA À LUZ DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: EDUCAÇÃO INFANTIL

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Educação Infantil passou a ser oficialmente reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica. Este marco legal iniciou um processo intrincado de debates, estabelecimento e solidificação das consequências político-institucionais atreladas ao aspecto pedagógico dessa fase educativa. Esse desenvolvimento institucional evidenciou a necessidade de uma profunda reflexão, por parte das redes educacionais e dos estabelecimentos de ensino, sobre as temáticas curriculares relevantes.

Neste contexto de reconhecimento e valorização, emerge uma caracterização que enfatiza a perspectiva unificada de cuidar e educar como aspectos inseparáveis. Essa visão pedagógica planeja e estrutura o currículo de forma integrada, considerando seus momentos, locais, cenários, interações, vínculos, recursos e outros elementos, tratando-os como parte de uma construção sociocultural e histórica.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998), essa abordagem não apenas reflete uma mudança na forma de pensar a educação das crianças pequenas, mas também demanda uma reconfiguração das práticas pedagógicas, as quais devem considerar a complexidade da aprendizagem e desenvolvimento infantil em seus múltiplos aspectos.

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E, a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos (Brasil, 2018, p. 35).

A evolução legal e estrutural da Educação Infantil no Brasil é marcada por um aparato legal que redefiniu sua abrangência e importância dentro do sistema educacional brasileiro. Inicialmente, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o atendimento em creches e pré-escolas a crianças de zero a 6 anos era responsabilidade do Estado e da família. Isso significava que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

era obrigação do governo fornecer educação inicial a todas as crianças nesta faixa etária, reconhecendo sua importância desde os primeiros anos de vida.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, ocorre um passo adicional na consolidação da Educação Infantil, integrando-a oficialmente à Educação Básica. Este movimento elevou a Educação Infantil ao mesmo nível de importância do Ensino Fundamental e do Ensino Médio dentro do sistema educacional, garantindo-lhe status e reconhecimento legal como a primeira etapa da Educação Básica.

A alteração na LDB em 2006, representa outro marco importante, pois antecipou o início do Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, alterando a faixa etária atendida pela Educação Infantil que passou a ser de zero a 5 anos. Essa alteração refletiu uma reorganização no sistema educacional para acomodar a mudança na idade de ingresso ao Ensino Fundamental, garantindo, assim, que a Educação Infantil abrangesse todas as crianças antes dessa transição.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil (Brasil, 2010) destacam a importância da educação integral como um processo que visa ao desenvolvimento pleno da criança, considerando a dimensão física, emocional, cognitiva, social e cultural. Esse conceito propõe uma abordagem que vai além da simples transmissão de conhecimentos, integrando as diferentes linguagens e proporcionando experiências que valorizem as formas próprias de cada criança aprender e se desenvolver.

As diretrizes enfatizam ainda a importância de um ambiente de aprendizagem que estimule a curiosidade, a criatividade e o relacionamento social, buscando formar cidadãos críticos e autônomos. Além disso, a educação integral implica na colaboração entre família, comunidade e instituições de ensino, fortalecendo a rede de apoio e a participação de todos os envolvidos no processo educativo.

Posteriormente, foi publicado outro documento regulador da Educação Infantil, a BNCC (Brasil, 2018), representando um esforço colaborativo e participativo, com origem no Plano Nacional de Educação de 2014, o qual estipula a criação de uma base curricular comum até 2016.

Em 2015, o MEC estabeleceu uma comissão técnica responsável pela elaboração da proposta inicial da BNCC, inspirada tanto em diretrizes nacionais quanto em experiências



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

educacionais internacionais bem-sucedidas. Essa proposta inicial foi disponibilizada para consulta pública em todo o país, permitindo a incorporação de contribuições de uma grande quantidade de participantes, incluindo educadores, especialistas em educação, gestores escolares e a sociedade em geral. Após um cuidadoso processo de revisão e ajustes, a versão final da BNCC foi publicada em 2017, sendo oficialmente homologada as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em dezembro do mesmo ano. Nesse interim,

A aprovação pelo Conselho Nacional de Educação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (Resolução CNE/ CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017) criou para a Educação Infantil o desafio de manter a especificidade e a identidade já construída na etapa. Também propôs uma organização de situações educativas mediadoras da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças diversas das organizações curriculares referentes aos demais níveis de ensino (Oliveira, p. 192, 2021).

No cerne dessas percepções, compreende-se que a legislação e as diretrizes pedagógicas estabelecidas, desde a última década do século XX até o presente, não somente oficializaram a Educação Infantil como parte fundamental da Educação Básica, mas também propiciaram a base para uma profunda transformação na maneira como a educação das crianças era concebida até então. Este movimento em direção a uma visão integrada da educação na primeira infância demonstra um compromisso com o desenvolvimento pleno das capacidades infantis, articulando de maneira coesa e coerente os aspectos de cuidado e educação, dentro de um marco sociocultural e histórico muito significativo.

4.1 O(a) professor(a) da Educação Infantil

Existe uma complexidade e uma singularidade na Educação Infantil dentro do sistema educacional, pois ser professor(a) nesta fase é uma tarefa complexa que exige além da qualificação e identificação com trabalho pedagógico infantil, sendo necessário compartilhar essa identidade profissional com os docentes de diferentes níveis educacionais, e ao mesmo tempo, valorizar a especificidade de cada etapa de ensino.

Essa identidade profissional comum sublinha a importância da docência como uma prática integrada aos objetivos mais amplos do sistema educacional. Por outro lado, cada etapa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

exige a mobilização de saberes, competências, habilidades e disponibilidades específicas. Tais demandas estão intrinsecamente ligadas a finalidade social de cada etapa do processo educativo e às necessidades e demandas dos sujeitos atendidos, sejam eles bebês, crianças, adolescentes ou adultos.

Especificamente na Educação Infantil, a finalidade se concentra no compartilhamento do cuidado e da educação das crianças até os cinco anos de idade, juntamente com as famílias e a comunidade. Esse objetivo reflete uma visão integral do desenvolvimento das crianças, e não apenas reforça a importância da aprendizagem, mas também reconhece o valor do cuidado como parte integrante da educação.

Para atingir essa finalidade, é fundamental que os profissionais desenvolvam ações baseadas em um conhecimento profundo sobre a criança e seu meio, a sociedade e o papel das interações. Isso inclui a interação entre adultos e crianças, entre as próprias crianças, e entre as crianças e o ambiente social. Essas particularidades são vistas como fundamentais para o seu bem-estar, desenvolvimento e sua participação na cultura. Sendo assim, é necessário adotar uma abordagem pedagógica que seja ao mesmo tempo inclusiva, holística e profundamente enraizada no entendimento das dinâmicas sociais, culturais e individuais que influenciam o desenvolvimento infantil.

Aos profissionais da Educação Infantil, infunde-se o processo contínuo de percepção política da prática pedagógica, na busca por trajetórias em âmbito institucional, coletivo e pessoal, que construam significados reais e se constituam, de forma concomitante, de aspectos teóricos e empíricos, em diálogo às prerrogativas de formação em nível superior e em serviço, conforme preconizado no Art. 87, da LDB:

A formação profissional e a construção da identidade dos professores e professoras da Educação Infantil constituem elementos centrais das políticas e práticas em Educação Infantil. Essa questão envolve tanto a formação e a habilitação profissional quanto às condições de trabalho e a carreira profissional nas redes de ensino que oferecem essa etapa da educação (Silva, 2013, p. 31). Precariedade nas condições de trabalho, baixa remuneração e ausência de carreira são aspectos que caracterizam a realidade de muitas redes de ensino (Vieira; Souza, 2010). Reconhecer e valorizar o trabalho docente na Educação Infantil implica exigir políticas de carreira e salariais justas para com professoras e crianças (Brasil, LEEI, p. 68).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

O caráter científico do processo de formação continuada toma por conceito uma Pedagogia com estatuto específico, cujo objeto de estudo volta-se à complexidade das ações inerentes às situações educativas.

O profissional da Educação Infantil é compreendido enquanto sujeito ativo em sua construção epistemológica, com respaldo de políticas públicas que estimulem a profissionalização, tendo em vista a experiência docente ser pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino (Art. 67, LDB n.º 9394/1996).

4.2 Perfil dos Profissionais da Educação Infantil

Para além de um sentido delimitado, o perfil dos profissionais da Educação Infantil relaciona-se aos tipos de práticas e formas de envolvimento entre as crianças, famílias/adultos cuidadores, profissionais da Educação e o conhecimento, em face às interações pautadas na sensibilidade, estimulação e autonomia.

O Projeto Político Pedagógico, enquanto instrumento reflexivo de relançamento das práticas educativas, deve expressar a autonomia de cada Centro de Educação Infantil na identificação e visibilidade do perfil de seus profissionais, e socializar para toda comunidade escolar. Nesse âmbito,

Em âmbito Político Pedagógico no Município de Palmas-TO, o perfil dos profissionais da Educação Infantil transversa à concepção de criança enquanto sujeito de direito, centro do processo de aprendizagem em relações sociais manifestadas em práticas cotidianas, pautadas pelo desenvolvimento ético, estético e político (Brasil, 2017).

O envolvimento dos pais ou responsáveis, tanto em debates da proposta educativa da instituição de Educação Infantil, quanto em sua rotina, exige organização e receptividade por parte dos educadores, que devem ter clara a compreensão de que a interação com as famílias é fator primordial para o exercício do magistério nesta etapa da educação. Sendo assim, alguns fatores inerentes à prática docente na etapa da Educação Infantil são necessários, a saber:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

I Identidade Intelecto-profissional

Formação acadêmica em nível superior, em atendimento às prerrogativas da Lei n.º 9394/96, em curso de Licenciatura, em busca contínua pelo aperfeiçoamento intelectual que promova ações de permanente avaliação e articulação entre os saberes docentes e as especificidades das crianças para garantir um processo inclusivo. A formação Intelecto-profissional dos professores da Educação Infantil, em âmbito da formação inicial, continuada e em serviço, deve construir-se em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular, a partir das práticas educacionais organizadas em torno das relações sociais e identidades das crianças (Parecer CNE/CEB n.º 20/2009).

II. Identidade Histórico-vivencial

A identidade e profissionalização da docência é transversal às relações interpessoais, construídas dentro dos espaços da educação formal da Educação Infantil, em dinâmicas de trocas e partilhas de histórias de vida, informações, conhecimentos, saberes e experiências. Os processos de autoria, fundamentais na Educação Infantil, em formação integral das crianças, concomitantemente aos espaços de atendimento em tempo integral, devem reconhecer e valorizar os diferentes contextos, experiências e vivências dos sujeitos. As relações intrapessoais em perspectiva de acesso à cultura, informação e conhecimento são responsáveis pelo capital cultural dos professores da Educação Infantil; em fortalecimento à alta autoestima, autoconfiança e senso ético de responsabilidade coletiva. As relações interpessoais, em articulação com as vivências estéticas, devem refletir as diversas nuances da realidade a partir do reconhecimento da criança como indivíduo geracional, em convívio com as pessoas e em aproximação dos contextos naturais; voltando a prática docente à “curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza” (Brasil, 2010, p. 26).

III. Identidade Pedagógica-curricular

Reconhecimento da função sociopolítica e pedagógica docente junto aos grupos etários da Educação Infantil, a partir de uma prática mediadora com vistas ao desenvolvimento integral



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

da criança (Art. 29 LDB 9394/1996); expressa na garantia de uma práxis equitativa e individualizada, quanto ao acesso às vivências coletivas, que ao mesmo tempo, são fruto da cultura existente e construções cotidianas da cultura das infâncias, consolidando um projeto de sociedade democrática (Art. 3º, Inciso I, CF 1988). A escuta ativa docente é premissa para que a criança esteja no centro do processo de mediação da aprendizagem, em identificação e valorização dos contextos multiculturais e suas famílias. A prática pedagógica deve priorizar o currículo vivo e dinâmico da Educação Infantil, em consonância ao compromisso com a formação leitora (Lei n.º 5.108 de 2019), em perspectiva lúdica, brincante e que respeite a produção de cada criança em meio aos contextos coletivos.

IV. Formação acadêmica inicial do(a) professor(a) e atribuições

Em consonância à Lei Municipal n.º 2.998, de 30 de novembro de 2023, a formação inicial docente para atuar na Educação Infantil remete ao curso superior de Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior e Educação Física, sendo necessária a inclusão de outras licenciaturas de nível superior, a fim de garantir a efetiva implementação do currículo.

A) Professor(a) de Referência Educacional

Curso Superior em Pedagogia ou Normal Superior – Atua junto à sua turma de referência.

B) Professor(a) de Linguagem Corporal

Curso Superior em Educação Física Licenciatura – Atua junto a todas as turmas em diferentes espaços.

C) Professor(a) Linguagem Artística

Curso Superior de Pedagogia, Normal Superior e/ou Arte (Artes Visuais, Dança, Teatro, Música), com especialização em Arte e Educação ou Experiência mínima com linguagem artística, comprovada por 1 ano. Atua junto a todas as turmas, sendo responsável pela organização e preparação do espaço: Ateliê.

D) Professor(a) de Libras

(Curso Superior em Letras/Libras).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

E) Professor(a) de Linguagem Literária

Curso Superior de Pedagogia ou Normal Superior e/ou Letras/Português). Atua junto a todas as turmas. É responsável pela organização e preparação do espaço: biblioteca.

F) Monitor de Desenvolvimento Infantil – Educação Infantil

O(a) Monitor(a) de Desenvolvimento Infantil na Educação Infantil é o(a) servidor(a) lotado(a) no CMEI ou Escola que atenda turmas de Educação Infantil, responsável pela mediação dos processos de cuidado, interação e aprendizagem dos bebês e crianças pequenas, em consonância com a Proposta Pedagógica da unidade e os marcos legais da Educação Infantil.

G) Profissional de Apoio Escolar

Este profissional exerce atividades relacionadas à alimentação, higiene e locomoção do educando com deficiência e atua em todas as atividades escolares que se fizerem necessárias, em todos os níveis e modalidades de ensino. A formação exigida para este profissional é de nível médio.

4.3 Diversidade e Inclusão: as crianças, a diversidade e a valorização das diferenças

O Brasil é uma nação marcada pela diversidade, abrigando indivíduos de variadas etnias e nacionalidades. Essa diversidade enriquece a cultura brasileira e gera desafios devido às distintas diferenças culturais entre os grupos que residem no país. É fundamental educar crianças desde tenra idade para respeitar as diversidades, incluindo variados estilos de vestuário, etnias, cores de pele, crenças religiosas e condições sociais. Durante o período de desenvolvimento infantil, os pequenos desenvolvem-se em âmbito formativo quanto à personalidade e identidade, começando a compreender também as regras sociais que orientam a interação humana.

As crianças, naturalmente, não apresentam resistência a diferentes grupos e tradições. Iniciar o aprendizado sobre as diversas culturas presentes, no Brasil e ao redor do mundo, desde cedo, sendo para o desenvolvimento de uma visão mais aberta e tolerante em relação às tradições e costumes alheios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

No Tocantins, existem identidades culturais relevantes. Segundo o DCT (Tocantins, 2019), essa riqueza cultural se estende às crianças que vivem em áreas rurais, incluindo agricultores, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, geraizeiros, negros, indígenas, quilombolas, e outros que experienciam uma infância rica em pluriétnicidade e pluralidade cultural. Esta diversidade é protegida e valorizada por marcos legais iniciados pela Constituição de 1988, e reforçados por outros documentos específicos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Este último assegura às crianças o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como indivíduos em desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais.

Além dessa diversidade cultural e social, a inclusão é enfatizada como um processo contínuo, que vai além da mera inserção de pessoas com deficiências em contextos sociais dos quais geralmente estão excluídas. Ela é vista como uma luta por participação plena e democrática em todas as esferas da vida, incluindo a educação. Esse contexto inclusivo facilita a interação das crianças com novos saberes e conhecimentos, reconhecendo suas capacidades e limitações individuais e promovendo um desenvolvimento global. Portanto, a inclusão não se limita a aspectos específicos como saúde, lazer ou educação, mas é um movimento abrangente que busca garantir o direito de participação máxima de todos os cidadãos, em todas as áreas da sociedade.

Esta abordagem inclusiva, não apenas reconhece as particularidades de cada criança, mas também promove uma educação holística que integra todos os aspectos de sua vida, garantindo uma participação plena e democrática na sociedade. Assim, a educação para a diversidade e a inclusão anda de mãos dadas, formando indivíduos capazes de respeitar e valorizar a pluralidade cultural e humana em todas as suas interações.

É vital reconhecer que a educação que respeita a diversidade e a inclusão não deve se restringir somente às crianças. É igualmente importante que os adultos adotem uma postura aberta e tolerante. Muitos comportamentos, atitudes e valores das crianças são influenciados por suas interações com adultos de referência, tornando essencial que os adultos também pratiquem e promovam esses princípios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

5 TRIPÉ INDISSOCIÁVEL: CURRÍCULO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este tópico traz aspectos teóricos e metodológicos acerca de currículo, que articula o desenvolvimento das crianças em dois eixos: as interações e a brincadeira, a partir dos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento da educação infantil em cinco campos de experiência: O eu, o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons, cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação, Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações (Brasil, 2017). Sobre a formação docente na educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e para a qualidade do ensino, a considerar formação inicial e continuada para que as práticas pedagógicas contemplem todas as fases desta etapa. Já quanto à avaliação, trata-se de um processo contínuo e formativo, o que implica em acompanhar o desenvolvimento das crianças e identificar suas potencialidades e dificuldades.

5.1 Currículo, Interações e Práticas Pedagógicas

A concepção sobre criança e infância é uma construção social, histórica e cultural que se consolida nos diferentes contextos, produzida a partir de múltiplas variáveis como etnia, classe social, gênero e condições socioeconômicas das quais as crianças fazem parte. Essas concepções não são estáticas, mas sim fluídas e culturalmente construídas, refletindo as normas, valores e práticas de uma determinada época e contexto sociocultural.

Neste contexto, ao considerar tais elementos e a sua relação com a imagem de criança, construída no tempo e na história, pode-se afirmar a existência de múltiplas infâncias e de várias formas de ser criança. Entretanto, a concepção de criança que respalda a Educação Infantil parte de um ser holístico, potente e com condições de ser protagonista ativo da sua história.

A nossa imagem das crianças não as considera mais isoladas e egocêntricas, não as vê apenas envolvidas com objetos, não enfatiza apenas os aspectos cognitivos, não reduz os sentimentos nem o que é ilógico e não considera com ambivalência o papel do domínio afetivo. Em vez disso, a nossa imagem da criança é rica de potencial, forte, poderosa, competente e, acima de tudo, conectada aos adultos e às outras crianças (Malaguzzi, p. 10, 1993).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) definem a criança como um sujeito histórico e de direitos que por meio das interações, relações e práticas cotidianas vivenciadas, constrói sua identidade pessoal e coletiva. Ela brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e elabora sentidos sobre a natureza e a sociedade.

Reconhece-se a existência das diversas infâncias, que refletem as diferentes realidades e experiências vivenciadas. Para Sarmento (2007), a infância é apresentada como uma categoria geracional, que dispõe de um conjunto de traços comuns às diferentes crianças, como a ludicidade, a interatividade, a fantasia e a capacidade.

A concepção de criança e as manifestações de infâncias são fenômenos complexos, que refletem as dinâmicas sociais, culturais e históricas de uma determinada sociedade. É fundamental reconhecer e valorizar a diversidade de infâncias, no sentido de promover políticas públicas e práticas educacionais significativas que garantam os direitos fundamentais e o desenvolvimento integral.

5.1.1 Eixos estruturantes: Interações e Brincadeira

A BNCC foi elaborada com o intuito de integrar os princípios fundamentais de educar e cuidar, sublinhando a importância de criar um ambiente que favoreça, tanto ao aprendizado, quanto ao bem-estar das crianças, respeitando suas peculiaridades durante a infância. Essa estruturação foi ancorada em dois eixos estruturantes e essenciais para o desenvolvimento infantil: as Interações e a Brincadeira.

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização (Brasil, p.37, 2017).

O eixo das interações foca nos processos de comunicação e relacionamento que a criança estabelece com outras pessoas e com o mundo à sua volta. Estas interações são fundamentais não apenas para o desenvolvimento socioemocional, mas também para a aquisição de conhecimento. Através das interações, as crianças aprendem a se expressarem, a compreenderem os outros e a construir sua própria identidade. Assim, as interações atuam



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

como um catalisador para o aprendizado e a formação de conceitos sobre si mesma e sobre o ambiente que a cerca.

Por sua vez, as brincadeiras são reconhecidas como atividades lúdicas essenciais para o desenvolvimento e expressão das crianças. A BNCC eleva o ato de brincar a um patamar de atividade educativa intrínseca, através da qual desenvolve habilidades cognitivas, físicas, emocionais e sociais. A brincadeira é vista como um direito de aprendizagem, indispensável ao contexto educacional infantil, dado que promove o avanço no raciocínio, o desenvolvimento do pensamento crítico, a socialização, a compreensão do meio em que está inserida, a satisfação de desejos, bem como o aprimoramento de habilidades, conhecimentos e criatividade.

Portanto, os eixos Interações e Brincadeira, na BNCC, destacam a importância de abordagens educativas que valorizem o papel central da comunicação, da relação social e da ludicidade no desenvolvimento infantil. Reconhecendo essas atividades como essenciais e propondo uma educação que prepare para a vida em sociedade, ao mesmo tempo em que respeite e promova a individualidade, criatividade e capacidade de aprender de forma significativa.

5.1.2 O Currículo da Educação Infantil e a Educação Integral em Tempo Integral

De acordo com a DCNEI (2010), o currículo da Educação Infantil é um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. Neste sentido, o currículo emerge e se concretiza a partir dos encontros como “acontecimentos dialógicos entre culturas, histórias, representações e narrativas, que congregam diversas etnias, faixas etárias, gerações sendo traduzidas em ações” que envolvem a criança no seu dia a dia nas unidades de Educação Infantil, como algo vivo e dinâmico, não havendo assim possibilidade de desvinculá-lo da vida cotidiana.

A LDB 9394/96, em seu Artigo 26, afirma que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Lei n.º 9394/1996).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Diante disso, é proposto a articulação da Base Nacional Comum Curricular às características da cultura, por meio de diversas linguagens, para garantir uma educação integral, em tempo integral para as instituições de Educação Infantil, do Município de Palmas-TO. Nessa direção, respeita a integralidade das ações pedagógicas no currículo, de modo a propiciar ampliação, aprofundamento e diversificação curricular, visando ao desenvolvimento infantil que fundamenta o processo de aprendizagem das crianças.

O Plano Nacional de Educação (PNE), firmado pela lei 13.005 de junho de 2014 em sua Meta n.º 6, prevê que até 2024 a educação em tempo integral deve ser ofertada em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da Educação Básica. Em consonância com o PNE, a rede pública municipal de Palmas implantará os Centros Municipais de Educação Infantil em Tempo Integral com base na Portaria nº 1495, de 2 agosto de 2023. Na ampliação do tempo escolar, leva-se em consideração as especificidades, as dimensões da sua rede física e de pessoal, além das concepções que defendem a Educação Infantil.

A organização da Matriz Curricular da UE de tempo integral deve configurar não apenas um simples aumento de carga horária, mas a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, bem como de afirmação, proteção e resgate de direitos. Para isso, é preciso que haja um espaço-tempo a ser utilizado de forma sistemática e intencionalmente para promover o desenvolvimento humano e social; a construção de identidades e exercício da autonomia e o respeito à diversidade étnico-racial e cultural, de gênero e de crenças.

Para além do exposto, deve-se ter a clareza de que os Centros Municipais de Educação infantil em tempo integral constituem-se locais privilegiados para o desenvolvimento integral de bebês e crianças. E que o princípio orientador da forma de propor situações de aprendizagem não se relaciona somente com o tempo, mas com as intencionalidades das práticas pedagógicas escolares.

É elementar frisar a importância de explorar na Educação Infantil o espaço natural, o desemparedamento das crianças, promovendo experiências psicomotoras, sensoriais e sociais, interagindo com o ambiente, ressaltando a importância dessa interação com o espaço orgânico, e assim, facilitando o desenvolvimento infantil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Admite-se afirmar que as unidades educacionais estão inseridas em espaços com paisagens naturais diversificadas. Algumas têm como acesso a simplicidade de uma estrada de chão batido, cercada pela rica vegetação típica do cerrado, enquanto outras, encontram-se localizadas em áreas cheias de árvores frutíferas e muito verde, e ainda têm aquelas que possuem uma vista estonteante para a Serra do Lajedo.

Faz-se necessário que as atividades realizadas contemplem o espaço natural local, como atividades ao ar livre ou debaixo de uma árvore. Essas atividades devem explorar os elementos da natureza, criando situações e histórias que possam surgir espontaneamente, possibilitando o conhecimento e interação do docente com as crianças. Dessa forma, traz oportunidades para construção de projetos investigativos de turma, com intencionalidade pedagógica, respeitando as particularidades da criança campesina e seu espaço.

Esse olhar possibilita a garantia de práticas que permitam as crianças viverem suas infâncias com todas as possibilidades e a força que a vida do campo proporciona. Desde o rio, o riacho, as árvores, a produção de alimentos, os animais, o sol, a flora, o artesanato, as brincadeiras tradicionais, as histórias e lendas, os “causos” e os contos, as cantigas e músicas, as cirandas, tudo são contribuições e recursos para a ação pedagógica.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

A Educação Infantil se consolida por meio da concepção que vincula o Cuidar e o Educar, sendo dimensões indissociáveis em todos os momentos do cotidiano das unidades educacionais. Desta forma, a criança também pensa e organiza o currículo com os seus tempos, espaços, ambientes, interações, relações, materiais, dentre outros, como construção sociocultural e histórica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) trazem em seu texto o fundamento dessa importância de valorização:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem: reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais; (...) valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural (Brasil, p. 24).

A Educação Infantil do Campo deve trazer em sua proposta uma educação diferenciada com um modelo particular de ensino para a população campesina, estabelecendo um vínculo entre a comunidade que está inserida, buscando uma forma de ensino e aprendizagem condizente com os princípios, cultura e práticas tradicionais do campo.

Diferente dos demais níveis da educação, a Educação Infantil não tem currículo que denote especificidades de componentes curriculares. De acordo com a DCNEI (2010), o currículo da Educação Infantil é um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Neste sentido, o currículo emerge e se concretiza a partir de encontros como acontecimentos dialógicos entre culturas, histórias, representações e narrativas, que congregam diversas etnias, faixas etárias, gerações sendo traduzidas em ações que envolvem a criança no seu dia a dia nas unidades de Educação Infantil, como algo vivo e dinâmico, não havendo assim, possibilidade de desvinculá-lo da vida.

No campo, esse currículo emergente é amplo e cheio de possibilidades, como o cerrado tocantinense, os festejos e festas culturais, a terra, o cultivo, a fauna e a flora, tudo são temáticas inerentes ao currículo, servindo como fio condutor que leva à aprendizagem significativa. As diretrizes enfatizam a importância de “valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural; ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis” (DCNEI, 2010).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

5.1.3 Os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento, os Campos de Experiências e os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento

Os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento são conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Quando assegurados, oferecem condições para as crianças aprendam e se desenvolvam. Representam um compromisso ético, político e estético com a promoção da equidade, da justiça social e do bem-estar de todos os bebês e crianças. Estes direitos são fundamentados em uma perspectiva de educação integral, que reconhece a criança como sujeito de direitos e respeita suas especificidades.

O DCT (2019, p. 50) destaca que “os direitos de aprendizagem e desenvolvimento norteiam as práticas e interações, garantindo a diversidade de convívio com seus pares e adultos, o que possibilita a aprendizagem e socialização”. Além disso, evidencia a importância da compreensão desses direitos para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

A efetivação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento exige o envolvimento de todos os profissionais no fazer pedagógico, bem como o fortalecimento de práticas que valorizem as relações de convivência, as diversas formas de brincar, explorar, expressar e a participação ativa no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

O currículo da Educação Infantil está organizado nos seguintes campos de experiências: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamentos e imaginação; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Esta organização considera eixos estruturantes as interações e a brincadeira, bem como os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Conforme a BNCC (2017, p. 42) “os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural”. Nesta discussão, o DCT (2019) ressalta que os campos de experiência não podem ser trabalhados como divisões de área, ou componentes curriculares, a proposta é explorar de forma transdisciplinar todos os campos, levando em consideração que, é imprescindível organizar o espaço, materiais, dividir pequenos grupos, gerir o tempo, realizar os registros, estimular a participação e interação das crianças.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Por fim, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento são constituídos pelas aprendizagens essenciais que os bebês e as crianças desenvolvem nos diversos campos de experiências. Elas envolvem: habilidades, comportamentos e conhecimentos. No entanto, a BNCC (2017, p. 46), destaca “que há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças e este fato precisa ser considerado na prática pedagógica”.

5.1.4 Múltiplas Linguagens na Educação Infantil

É impossível cogitar e criar aprendizagens na Educação Infantil sem pensar nas múltiplas linguagens, pois “um trabalho de Educação Infantil, que tem as manifestações infantis e as interações como centro de sua proposta, não pode deixar de considerar a linguagem como eixo que perpassa todas as instâncias” (Corsino, 2009, p. 7). Isso se dá porque as múltiplas linguagens são parte integrante na criança. Edwards, Gandini e Forman (1999) apontam para a importância das múltiplas linguagens para o desenvolvimento infantil:

As crianças pequenas são encorajadas a explorar seu ambiente e a expressar a si mesmas através de todas as suas “linguagens” naturais ou modos de expressão, incluindo palavras, movimento, desenhos, pinturas, montagens, escultura teatro de sombras, colagens, dramatizações e música (Edwards; Gandini; Forman, 1999, p. 21).

O trabalho com as múltiplas linguagens na Educação Infantil encontra respaldo nos artigos 6º e 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, no que se relaciona com a promoção de experiências expressivas na música, nas artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura.

As propostas curriculares da Educação Infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis (Brasil, Parecer 20/2009).

Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, as propostas pedagógicas devem respeitar o princípio estético, abarcando diferentes manifestações artísticas e culturais.

A influência da ludicidade e da estética são condições essenciais para a formação humana.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Ao associar o lúdico às diversas manifestações expressivas, manifesta-se as mais diversas demonstrações de sensibilidade, imaginação, invenção e demonstração de sentimentos.

As manifestações expressivas e artísticas não precisam ficar concentradas num único dia ou período entre disciplinas escolares, que não podem compor o cotidiano das crianças nas creches e pré-escolas, mas ganhar espaços cada vez maiores, esparramando-se no dia a dia de adultos e crianças de forma a remover certezas e provocar estranhamentos. Para isso, importa partir de algumas premissas: incentivar a curiosidade e a exploração; garantir experimentos que considerem a plurissensorialidade; garantir às crianças a comunicação por diferentes linguagens, o protagonismo e o prazer em descobertas com seus pares de idades iguais e diferentes nos desafios com os quais se defrontam (Gobbi, 2010).

As práticas pedagógicas devem promover um mergulho nas mais diferentes linguagens, favorecendo o contato com vários gêneros e formas de expressão, bem como vivências com outras crianças e grupos culturais.

As creches e pré-escolas constituem-se também como lugares em que o valor cultural e artístico dos diferentes grupos sociais estão presentificados na forma como o espaço é organizado, em materiais com os quais as crianças brincam e criam desenhos, esculturas, danças, pinturas cotidianamente (Gobbi, 2010).

As culturas são marcadas pelo encontro das crianças com seus pares e adultos dentro e fora da instituição. Cabe à Educação Infantil englobar em seu currículo a cultura brasileira e promover encontros étnicos, estéticos, de gênero e etários que promovam diversas criações artísticas.

I. Linguagem Corporal

No espaço escolar, as propostas que recomendam a consciência corporal são essenciais porque brincando e explorando o espaço, as crianças se organizam tanto nos aspectos motores e sensoriais, como no emocional, ampliando assim, seu conhecimento de mundo. Ao propor um trabalho com o corpo, busca-se a construção de uma aprendizagem que tem uma possibilidade de ação sobre o mundo.

A consciência sobre o corpo se adquire com o tempo, pois depende das experiências e interações deste com o meio ambiente. É por meio do corpo que o ser humano se constitui como sujeito e estabelece relações com os outros e com o mundo, e por meio dele interage e se movimenta como cidadão, construindo histórias de vida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

A linguagem do movimento é uma forma de expressão e consta nos eixos de trabalho da Educação Infantil; ela favorece a diversidade cultural e as múltiplas facetas de saberes que circulam na sociedade. As crianças necessitam e têm direito a um ensino de qualidade e a expressão corporal proporciona uma rede de significados para suas vidas.

A linguagem corporal é essencial para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo das crianças, permitindo que elas se comuniquem de maneira mais rica e significativa. Por isso, as potencialidades pedagógicas do movimento e da cultura corporal precisam ser utilizadas de maneira perspicaz como uma estratégia de aprendizagem de múltiplos conceitos. Ressalta-se que a cultura corporal precisa ser construída culturalmente e coletivamente, por isso é importante que o trabalho pedagógico dos professores seja desenvolvido por meio projetos diferenciados que estimulem o processo criativo e o senso estético das crianças.

II. Linguagem Artística

O(a) professor(a) precisa dar oportunidades para que a criança se expresse de forma espontânea e pessoal, porém é importante que consiga analisar o contexto da atividade e quais benefícios trará para o desenvolvimento da criança. Para tanto, busca proporcionar atividades artísticas que expressem sentimentos e pensamentos. Para alcançar esse objetivo, é necessário planejar, orientar e avaliar as propostas, com o olhar de um observador atento e sensível, buscando sempre novas técnicas e recursos para explorar a Arte na sala de atividades, a fim de contribuir com o desenvolvimento das crianças. Lavelberg (2003, p. 12) afirma que:

É necessário que o professor seja um “estudante” fascinado por arte, pois só assim terá entusiasmo para ensinar e transmitir [...] a vontade de aprender. Nesse sentido, um professor mobilizado para a aprendizagem contínua, em sua vida pessoal e profissional, saberá ensinar essa postura a seus estudantes.

Essa linguagem envolve diversas formas de arte, como pintura, música, teatro e dança, permitindo que os pequenos explorem suas emoções e interajam com o mundo ao seu redor. Essas atividades tornam o aprendizado mais envolvente e significativo, respeitando o tempo e as necessidades das crianças.

Esse contato com as diferentes formas de Arte oportuniza às crianças a exploração



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

ao conhecimento, à brincadeira, desenvolvendo uma visão transformadora por meio de um vínculo com a realidade. Isso pode contribuir para analisar a compreensão do mundo no qual vivencia essas experiências, favorecendo a ligação entre a fantasia e a realidade.

O uso e a aprendizagem da Arte na Educação Infantil estão ligados aos interesses de quem aprende, pois serão autores de suas próprias histórias, quando conseguem incorporar as manifestações artísticas às suas vidas, tornando essa prática um instrumento pedagógico que irá contribuir na construção do sujeito.

III. Linguagem Literária

A arte literária, em diferentes linguagens, visa à formação integral da criança com formas, cores, movimentos e palavras etc. Nesse sentido, os textos literários podem ampliar a visão de mundo da criança, de maneira que ela se desenvolva como indivíduo autônomo que pensa, sente e age na sociedade.

Para Barbosa (2009), a linguagem implica a possibilidade de construir significados, por isso exerce a função de comunicação, de expressão e de transmissão de saberes, envolvendo o compartilhamento dos sentidos produzidos em diferentes formas de expressão, ações corporais, visuais, gestuais, languageiras, nas relações interpessoais da criança.

Ler é um ato de apropriação da cultura e a prática de leitura literária, como prática social, faz parte do mundo e da cultura. Para assimilar as práticas sociais de leitura, a criança interage no meio em que vive, nas relações com a família, com os amigos e na escola. Ao interagir com os textos literários, nos diálogos com a professora e com as outras crianças, a/o estudante aperfeiçoa sua atitude como pequeno(a) leitor(a). Nesse sentido, é indispensável criar condições para que as crianças tenham experiência com os livros e outros suportes como revistas, vídeos, filmes, nos quais se apoiam os textos literários.

Diante do exposto, para melhor compreensão da Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil, segue o detalhamento no Quadro 3.

(A organização curricular da Educação Infantil contempla os anos: Berçário I, Berçário II, Maternal I, Maternal II, Pré-escola I e Pré-escola II).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Quadro 3 - Organização Curricular da Educação Infantil.

Implantação: A partir de 2025				Dias letivos anual: 200			
Turno: Matutino e Vespertino				Dias letivos semanais: 05			
Atendimento: Tempo Integral				Carga horária diária: De 07 a 10 horas			
DCNEI / BNCC / DCT	FINALIDADE Desenvolvimento Integral	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	LINGUAGENS CULTURAIS	BERÇÁRIO I E II Bebês: 0 a 1 ano e 11 meses	MATERNAL I E II Crianças bem pequenas: 2 anos e 3 anos e 11 meses	PRÉ-ESCOLA I E II Crianças pequenas: 4 anos a 5 anos e 11 meses	
	EIXOS ESTRUTURANTES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA Interações e a Brincadeira			Carga Horária Semanal		Carga Horária Anual	
	DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO Conviver Brincar Participar Explorar Expressar Conhecer-se			– O eu, o outro e o nós. – Corpo, Gestos e Movimentos. – Traços, sons, cores e formas. – Escuta, fala, pensamento e imaginação. – Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.	Linguagem Corporal (5 horas/ semana) Linguagem Artística (3 horas/ semana) Linguagem em Espaço de Leitura (2 horas/ semana)	35 a 50	1400 a 2000
Carga Horária Total	40h	10h	35h a 50h	1400h a 2000h			

OBSERVAÇÕES:

- ✓ É preciso garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se.
- ✓ Os campos de experiências são trabalhados numa perspectiva transdisciplinar, evitando-se, dessa maneira, a fragmentação do conhecimento nas diversas áreas ou componentes curriculares.
- ✓ O tempo dedicado às refeições, ao sono e às demais atividades pedagógicas relacionadas ao cuidado contam como carga horária semanal e anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ As experiências da linguagem corporal, artística e de leitura contemplam a cultura e as características regionais/ locais da sociedade palmense.
- ✓ As linguagens corporais são propostas/vivências/experiências de psicomotricidade, planejadas e ministradas pelo(a) professor(a) de Educação Física, acompanhadas pelo(a) professor(a) da turma, realizadas nos diversos espaços da unidade escolar, prioritariamente na miniquadra;
- ✓ As linguagens artísticas são propostas/vivências/experiências das diversas manifestações artísticas, planejadas pelo(a) professor(a) atelierista e acompanhadas pelo(a) professor(a) da turma, realizadas no espaço do Ateliê e Laboratório de Aprendizagem ou espaço similar.
- ✓ As linguagens literárias são propostas/vivências/experiências voltadas para a leitura enquanto prática social e cultural, planejadas e ministradas pelo(a) professor(a) da biblioteca, e acompanhadas pelo(a) professor(a) da turma.
- ✓ (Na descrição presente no corpo do texto, lembrar que o(a) **professor(a) da linguagem corporal, atelierista e o professor/profissional da biblioteca** são profissionais que planejam e ministram as propostas, enquanto o(a) professor(a) referência, acompanha).

Organização do atendimento pautada no Regimento Escolar Municipal de Educação Infantil

- ✓ Berçário I - crianças de seis meses e um ano e onze meses – 5 por professor
- ✓ Berçário II - crianças de um ano a um ano e onze meses – 8 por professor
- ✓ Maternal I - crianças de dois anos a dois anos e onze meses – 12 por professor
- ✓ Maternal II - crianças de três anos a três anos e onze meses – 15 por professor
- ✓ Pré-escolar I e II - crianças de 4 anos e 5 anos – 20 por professor

Recomendação do atendimento em tempo integral

Buscando sempre atender melhor nossas crianças, o atendimento em tempo integral na Educação Infantil exige mais do que apenas aprendizagem; é essencial que haja conforto e cuidado contínuo. Portanto, recomendamos que as salas não sejam superlotadas, a fim de garantir uma melhor organização e desempenho do trabalho docente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Quadro 4 – Quantitativo de crianças e professores por turma.

Distribuição de crianças por turma, de professores e MDI (Monitor do Desenvolvimento Infantil)			
Turma	Quantitativo de professores	Quantitativo de MDI (Ajuste depende do quantitativo de professores)	Quantitativo de crianças por sala
Berçário I	5 professores	2 MDI	25 crianças
Berçário II	3 professores	2 MDI	24 crianças
Maternal I	3 professores	2 MDI	30 crianças
Maternal II	2 professores	2 MDI	30 crianças
Pré-escolar I	2 professores	2 MDI	30 crianças
Pré-escolar II	2 professores	2 MDI	30 crianças

5.1.5 Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil: Uma Proposta Baseada na BNCC e em Práticas Inovadoras

O trabalho pedagógico da Educação Infantil segue as legislações referentes a esta etapa: a LDB/96, a DCNEI/2010, BNCC/2017 e o DCT/2019. As propostas a serem planejadas devem ter intencionalidade pedagógica e garantir o desenvolvimento integral da criança através de práticas que envolvam interações e o brincar. É essencial que o planejamento e implementação das propostas/atividades tenham o senso de continuidade, ludicidade e significatividade, que provoquem a reflexão e ação da criança. O tempo, os espaços da instituição, as diferentes linguagens e os espaços lúdicos garantem os direitos de aprendizagem, articulados aos campos de experiência e asseguram os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil tem como finalidade assegurar os meios e condições objetivas para alcançar a formação integral do desenvolvimento da criança. Esta organização precisa constar no PPP de cada instituição, assim como os objetivos, as metas e as ações do processo de aprendizagem a serem desenvolvidos na e pela unidade educacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

A organização do trabalho pedagógico deve levar em consideração as ações essenciais que os professores irão elaborar, como: Planejamento Pedagógico, Planejamento de contextos de aprendizagem e Projetos investigativos de turma. Neste sentido, a equipe diretiva da unidade tem autonomia para organizar a equipe discente e supervisionar o trabalho de elaboração do planejamento pedagógico, do planejamento de contextos e dos projetos investigativos de turma, da execução dos projetos institucionais em rede, bem como a produção de materiais pedagógicos, a interação com as crianças/famílias, a orientação e correção dos registros e instrumentos de avaliação do processo de aprendizagem das crianças, elaborados pelas professoras e a realização dos momentos formativos internos.

Em conformidade com a BNCC (2017), uma Educação Infantil de qualidade deve assegurar o cuidado físico e emocional das crianças. Nesta perspectiva, é necessário entender que o planejamento precisa abranger uma organização de espaço, tempo e materiais, onde o(a) professor(a) pode organizar a turma em um grande grupo ou em pequenos grupos para o momento de construção de conhecimento por parte das crianças e realização das atividades pedagógicas. Nesse sentido,

a primeira tarefa é a de construção de contextos educativos complexos que permitam a emergência das possibilidades múltiplas e que participem no processo de construir participativamente o conhecimento”(…), a segunda tarefa situa-se no coração relacional desse modo pedagógico, que o define como espaço de interação e escuta, a serviço da diferenciação pedagógica” (...), a terceira tarefa é a de, dialogando com a história, escolher reflexivamente uma gramática pedagógica que permita pertencer a uma comunidade aprendente que partilhe um modo de fazer pedagógico, contribuindo para a construção do conhecimento sobre esse modo de fazer (Oliveira-Formosinho, 2007, p.19).

Neste sentido, o planejamento precisa ser pensado e repensado mediante contextos, mas também é necessário que se pense naquele planejamento que acontece fora dos contextos, ou seja, na rotina. Portanto, as atividades podem ser divididas em momentos livres, dirigidos e de higiene pessoal que são pontos de partida para que o(a) professor(a) elabore um planejamento coerente com a sua realidade e que seja tão eficaz a ponto de levar a criança a aprender e a construir seu próprio conhecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

I. Estrutura da organização pedagógica

Momentos optativos: Pensados e organizados com a intencionalidade de que crianças e adultos transitem livremente pelos espaços, nos quais existem diversos materiais que garantem a realização das atividades. Nesses momentos, as crianças podem optar pelos espaços, materiais e pelos companheiros.

Momentos livres: Estimulam a liberdade de movimento das crianças, fundamental para o desenvolvimento psicomotor. No entanto, o(a) professor(a) deve propor limites de espaço, tempo e materiais em diálogo com os processos de autoria e autonomia da criança.

Momentos conduzidos: Nesse momento, as atividades podem ser desenvolvidas em pequenos grupos. O(a) professor(a) fará antecipadamente os combinados com os grupos, considerando o contexto fora da sala de aula, para que o processo de aprendizagem das crianças possa ser devidamente observado; respeitando assim o conceito de criança ativa.

Ao planejar atividades, é essencial estabelecer rituais que promovam o bem-estar, como associar o horário do almoço com a chegada de um familiar. É igualmente importante considerar as microtransições, que são pequenos momentos de transição entre atividades, como sair de uma atividade agitada para realizar uma refeição. Essa alternância entre ritmo de atividades é importante para desenvolver habilidades específicas e ajudar as crianças a se regularem emocionalmente durante esses períodos, que podem incluir alimentação, tempos no parque, ou movimentos entre atividades dentro e fora da sala de aula.

Conforme os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2018), saúde, nutrição e bem-estar são fundamentais para o desenvolvimento infantil e devem integrar as práticas educativas por meio de cooperação entre gestores, profissionais, famílias e outros setores da sociedade. Além disso, ao desenvolver propostas de atividades, os educadores devem considerar as experiências e conhecimentos prévios das crianças, conectando essas vivências ao patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.

Em Palmas, a Educação Infantil valoriza a sondagem dos saberes intrínsecos das crianças mediante atividades que envolvam oralidade, movimento e brincadeiras, além de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

diagnósticos para diferentes níveis da pré-escola. Essa abordagem visa conhecer e elaborar propostas educativas que atendam aos interesses e necessidades das crianças, garantindo que a aprendizagem seja significativa e relevante para elas.

II. Metodologia de Projetos

A adoção de uma metodologia de projetos tem como fundamento o ensino centrado na criança, na qual as atividades propostas são significativas e relevantes para os pequenos aprendizes. Isso implica planejar atividades que sejam integradas à realidade e às experiências vividas pelas crianças, em vez de adotar práticas educativas fragmentadas e desconectadas. Este enfoque pedagógico visa promover uma aprendizagem engajadora e efetiva, facilitando a construção do conhecimento de maneira mais natural e intuitiva.

A Educação Infantil deve ser centrada nas necessidades, interesses e experiências das crianças, servindo não apenas para transmitir conhecimento, mas para fomentar um processo de aprendizado que seja verdadeiramente significativo e relevante.

Ao considerar a vida e o contexto das crianças como ponto de partida para o planejamento educacional, os educadores podem criar um ambiente de aprendizagem que estimule a curiosidade, o desenvolvimento pessoal e a exploração ativa do mundo ao seu redor.

Partindo desse pressuposto, a Metodologia de Projetos na Educação Infantil possibilita que as crianças sejam protagonistas de sua própria aprendizagem. O professor, nesse contexto, atua como um mediador, instigando a curiosidade, fornecendo recursos e organizando o ambiente de aprendizagem para que as crianças possam explorar seus interesses. A partir das curiosidades e questionamentos, o professor pode elaborar projetos investigativos que integrem diferentes áreas do conhecimento, como linguagem, matemática, ciências e artes.

A documentação do processo de aprendizagem, por meio de registros fotográficos, vídeos e produções das crianças, é fundamental para acompanhar o desenvolvimento de cada um e para refletir sobre as práticas pedagógicas.

As unidades educacionais de Palmas que atendem a Educação Infantil elaboram as suas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

propostas pedagógicas a partir dos projetos investigativos que são elaborados de acordo com os interesses das crianças ou da turma, e se entrelaçam com os projetos institucionais da rede. O levantamento das preferências dos estudantes é um processo democrático, no qual são apontados temas e, mediante eleição, é definido o projeto pela turma. Essa proposta não se faz engessada, pelo contrário, é passível de alterações durante o seu percurso. A família e a unidade educacional contribuem para o sucesso dos projetos trabalhados nas turmas e garantem a qualidade na Educação Infantil.

5.2 Formação Continuada dos Profissionais da Educação Infantil

A formação continuada dos professores é uma exigência da LDB (1996) que reflete o reconhecimento da importância do desenvolvimento profissional dos educadores para a melhoria da qualidade da Educação. Esta exigência está fundamentada em princípios como:

- ✓ Qualidade do Ensino;
- ✓ Evolução do Conhecimento;
- ✓ Adaptação às Mudanças Sociais;
- ✓ Valorização da profissão Docente.

Ao promover a formação continuada, a legislação busca assegurar que os professores estejam sempre atualizados e preparados para enfrentar os desafios do contexto educacional em constante transformação. Isso inclui a adaptação às novas tecnologias, a compreensão das diversidades presentes no cotidiano escolar e a capacidade de promover um ensino inclusivo e de qualidade para todas as crianças.

Um processo formativo, que visa ao desenvolvimento profissional docente dos profissionais da Educação Infantil, deve priorizar “a reflexão crítica sobre a prática *que* se torna uma exigência da relação Teoria/Prática, sem a qual a teoria pode ir virando ‘blábláblá’ e a prática ativismo” (Freire, 1999, p. 22).

Desta forma, sua ação deve ser organizada e planejada de forma que o professor compreenda que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, (re)procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Freire, 1996, p. 94).

O processo de refletir sobre a prática, procurar compreendê-la e analisá-la em busca de aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido é o foco da ação formativa. Partindo dos problemas reais enfrentados pelos educadores, é possível, por um lado, valorizar sua experiência, e, por outro, garantir maior participação e uma atitude investigativa com base para novas aprendizagens.

Os conhecimentos teóricos trazidos pelo processo de formação são instrumentos valiosos de ressignificação da prática.

5.3 Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil

As concepções sobre infância e sobre currículo, já anteriormente elucidadas, reverberam diretamente na concepção de avaliação na Educação Infantil. É importante ressaltar a criança como “sujeito potente”, protagonista que, como pessoa, consegue criar e recriar, ressignificar a história individual e social, atuando diretamente na construção de sua aprendizagem. O artigo 3º da DCNEI diz que:

o currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico... de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

De acordo com a BNCC, é necessário acompanhar “(...) as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos, tanto pelos professores, quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

“prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças” (Brasil, 2017, p. 41).

Desta maneira, pensar no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança é complexo, portanto, deve se convergir em uma periodicidade de avaliação, lançando mão de diferentes instrumentos de acompanhamento que se constituem a partir de registros de observação criteriosa, cuidadosa, respeitando a individualidade. Tal observação propicia a indicação de intervenções pedagógicas de intencionalidade necessária às aprendizagens e desenvolvimento das crianças, a serem comunicadas aos pais/responsáveis, possibilitando um conhecimento do processo. Nas turmas pré-escolares, o caderno sem pauta, em respeito à construção dos limites visuais em espaços de escrita espontânea, também se constitui como ferramenta de registro e acompanhamento familiar quanto à evolução do grafismo.

No artigo 31 da LDB:

A Educação Infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
I- avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças sem o objetivo de promoção mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental;
(...)
V- Expedição de documentação que permita testar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, fixadas pela Resolução CNE/CBE n.º 05/09, reafirmam o que a LDB traz de orientação, ratificando que a avaliação deve ser compreendida como parte do trabalho pedagógico, sem o objetivo de promoção ou classificação, portanto é imprescindível a constante de registrar o processo vivido pelas crianças por meio de múltiplos instrumentos.

O Artigo 10 da mesma Resolução, determina:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:
I- observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

II- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.)

IV- Documentação específica que permita às famílias conhecerem o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

Frente aos textos legais e normativos, concebe-se a avaliação como um instrumento metodológico com uma nova perspectiva na Educação Infantil. Ela se difere do enfoque tradicional como Proença afirma:

A avaliação como instrumento metodológico é considerada com um novo olhar, diferenciado do enfoque tradicional de caráter seletivo, autoritário e excludente de julgamento. Ela passa a ser vista sob ótica da formação, como um diagnóstico do que se passou até o momento no processo de ensino-aprendizagem, com a intenção de “checar” o que o grupo construiu como aprendizagem, individual e coletivamente. Ela é decorrente dos registros do professor, das observações, da reflexão posterior do planejamento proposto e das experiências vivenciadas (Proença, p. 53).

A avaliação na Educação Infantil é um processo contínuo e integral que acompanha o desenvolvimento da criança em todas as suas dimensões. Ao contrário da avaliação tradicional, que se baseava em testes e notas, a avaliação contemporânea valoriza a observação sistemática das crianças em suas interações com o ambiente e com os outros; e mediante diversos instrumentos, como registros em diário de campo, portfólios, fotografias e entrevistas, os professores podem acompanhar a evolução das crianças, identificar suas potencialidades e dificuldades, e planejar ações pedagógicas mais adequadas às suas necessidades

Desta maneira, avaliação prioriza o replanejar, o reorganizar o trabalho docente. Ela verifica se os objetivos propostos foram alcançados e/ou precisam ser revisitados. Avaliar inclui não apenas avaliar/medir o conhecimento da criança, mas também é um dos instrumentos disponíveis ao educador para analisar seu fazer pedagógico. Partindo deste pressuposto, a avaliação na Educação Infantil parte da concepção de que a atuação docente se apropria de uma prática pedagógica constante, comprometida com uma aprendizagem permanente, de uma criança holística e protagonista. Logo, torna-se importante adentrar em alguns instrumentos norteadores da avaliação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

5.3.1 Do Índice do Desenvolvimento da Educação Infantil de Palmas (IDEIP)

O Índice do Desenvolvimento da Educação Infantil de Palmas- IDEIP constitui-se como instrumento oficial de avaliação da Rede Municipal de Educação Infantil de Palmas-TO, com o objetivo de garantir o acompanhamento pedagógico, o planejamento formativo e a autoavaliação institucional das unidades, de forma articulada ao currículo, às diretrizes nacionais e aos direitos de aprendizagem das crianças.

O IDEIP será composto por três instrumentos complementares, que possibilitam uma leitura integrada do desenvolvimento infantil e das condições pedagógicas e institucionais oferecidas pelas unidades de Educação Infantil da rede, sendo eles:

I - CADI – Conselho de Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil, instância colegiada composta pelos professores da criança e pela equipe pedagógica da unidade (orientador educacional, supervisor pedagógico e gestor escolar), cuja finalidade é promover a reflexão coletiva, sistemática sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, acolhendo diferentes perspectivas e registros do cotidiano para subsidiar práticas pedagógicas intencionais, fundamentadas e éticas, bem como definir encaminhamentos pedagógicos coerentes com as necessidades e potencialidades de cada criança.

II - Relatório Individual de Aprendizagem, documento de escrituração escolar, de caráter descritivo, reflexivo e não classificatório, elaborado ao final de cada semestre e socializado com os responsáveis, compondo o dossiê individual da criança. Sua construção baseia-se em registros sistemáticos das vivências cotidianas, interações, produções e observações pedagógicas (como o caderno de registro do professor), com a finalidade de dar visibilidade à trajetória de aprendizagem e desenvolvimento da criança e a comunicação qualificada entre a escola e a família sobre o percurso de aprendizagem e desenvolvimento.

III - Diagnóstico de Acompanhamento da Aprendizagem (Escrita e Grafismo), instrumento pedagógico que tem por finalidade subsidiar o planejamento docente, a partir da escuta e observações das hipóteses infantis e das produções das crianças, sem fins de seleção,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

retenção ou classificação, esse diagnóstico é feito com as crianças do Maternal II até o Pré-escolar II.

As unidades educacionais têm a responsabilidade de aplicar os três instrumentos que compõem o IDEIP, sob orientação da Secretaria Municipal da Educação. Além disso, possuem autonomia para elaborar outros procedimentos de registros e instrumentos comunicativos à família e comunidade (painel, folder, mini-histórias, portfólio, narrativas e mural), que estejam alinhados às necessidades e especificidades da própria unidade, conforme previsto em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP). Essa autonomia deve ser exercida em consonância com os princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Tocantins-Educação Infantil (DCT-EI).

6 EDUCAÇÃO INFANTIL: OS ESPAÇOS, TEMPOS, TRANSIÇÕES E PARCERIAS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Este tópico contempla aspectos relacionados aos espaços, tempos, transições e parcerias na perspectiva da educação integral em tempo integral. Nesse sentido, espera-se que os espaços sejam todo e qualquer ambiente educativo fora ou dentro da escola, que os tempos e as transições organizem idade, mudanças de berçário para creche, da creche para a pré-escola, da pré-escola para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Já em relação as parcerias, são todas as ações que envolvem a família, a comunidade escolar, órgãos externos, como saúde, trânsito, meio ambiente, dentre outros.

6.1 Os Sentidos para os Espaços

Os processos educativos encontram-se estreitamente articulados e atravessados por relações espaço-temporais em uma sociedade. Nessa direção, é imprescindível compreender como as práticas pedagógicas estão organizadas em relação espaço e tempo, que constituem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

dimensões fundamentais e “funcionam como vetores que orientam a organização das formas de educar quando são apreendidos a partir de práticas educacionais. Portanto, é possível afirmar que as espacialidades e temporalidades privilegiadas em uma sociedade funcionam como causas inerentes à organização educacional” (Saraiva, 2018, p. 25). Nessa direção, os espaços e tempos produzem efeito concomitante em consonância com os novos perfis de fazer educação.

A organização dos espaços na Educação Infantil em tempo integral exige uma atenção especial. Além de garantir a segurança e o conforto das crianças, os ambientes devem ser flexíveis e convidativos, estimulando a exploração, a criatividade e a interação social.

A utilização de diferentes materiais, como tecidos, almofadas, brinquedos e elementos da natureza, contribui para a construção de espaços ricos em estímulos e que favoreçam ao desenvolvimento integral das crianças. É fundamental que sejam adaptados às diferentes faixas etárias e às necessidades individuais de cada criança, promovendo a inclusão e a diversidade.

De acordo com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, acredita-se que ambientes diversos podem promover diferentes tipos de interações, nas quais o professor é o responsável pela organização dos espaços educacionais. Neste contexto, o(a) educador(a) desempenha um trabalho fundamental na escuta atenta, diálogo e na observação das necessidades e interesses manifestados pelas crianças, convertendo-os em objetivos pedagógicos.

Além disso, as diversidades existentes no Brasil, como a densidade populacional, condições socioeconômicas, contexto cultural, fatores geográficos e climáticos demandam uma abordagem de planejamento que identifique os parâmetros essenciais para garantir a qualidade dos ambientes de Educação Infantil. Essa abordagem deve proporcionar suporte para que as prefeituras desenvolvam uma rede de ensino de excelência, adaptando esses critérios às suas realidades específicas.

O espaço físico não apenas contribui para a realização da educação, mas é em si uma forma silenciosa de educar. Como afirma Antônio Viñao Frago, referindo-se ao espaço escolar, este não é apenas um “cenário” onde se desenvolve a educação, mas sim “uma forma silenciosa de ensino” (Frago, 1995, p. 69).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Os Parâmetros Nacionais para Infraestrutura da Educação Infantil e a Resolução CME-Palmas-TO Nº 001, de 10 de abril de 2007, estabelecem que a área mínima por criança, de 0 a 6 anos, em sala de aula, é de 1,50 m² por criança. Dessa maneira, evidencia a importância da organização dos ambientes educativos e a relevância do fazer pedagógico. Portanto, recomenda-se que a metragem das salas seja respeitada, independentemente da faixa etária, permitindo ajustes nos agrupamentos conforme a demanda da comunidade.

Dessa forma, ao considerar essas diretrizes, a organização das turmas deve respeitar o **limite máximo de 30 crianças por sala**, com base nas dimensões das salas de 43,89 m². Além disso, é necessário considerar que, no caso da educação em tempo integral, há momentos de descanso os quais exigem mais espaço disponível em sala de aula.

Devido ao clima tropical semiúmido predominante na capital tocantinense, cuja principal característica é a presença de uma estação quente e chuvosa, e outra, amena e seca, respeitar a área mínima, por criança, estabelecida na legislação é imprescindível para ofertar um atendimento humanizado às crianças. Faz-se necessário ainda que a infraestrutura predial esteja em consonância com a legislação vigente para assegurar uma educação de qualidade, prezando pela segurança e bem-estar das crianças.

I. Espaços

Para que o planejamento seja eficiente e eficaz, é imprescindível que o(a) professor(a) conheça as crianças e as peculiaridades de cada uma. Além das observações do cotidiano, em sala de aula e nos diversos espaços escolares, o educador pode utilizar entrevistas com os familiares sobre as fases do desenvolvimento infantil para obter mais informações sobre o seu perfil e suas necessidades.

A partir desses conhecimentos, o planejamento pedagógico torna-se mais assertivo, uma vez que contribuirá na dinâmica de organização dos espaços escolares, na seleção dos materiais a serem utilizados e no cálculo do tempo necessário para executá-lo. Faz-se necessário também, pensar nas microtransições (chegada, deslocamentos e despedidas) e nas atividades de atenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

peçoal (alimentação, higiene e descanso) que compõem a rotina escolar.

Espaço pode ser compreendido como o lugar onde ocorrem as propostas de aprendizagem, de acordo com o que é ofertado (Horn, 2017, p. 18). Nele ocorrem as interações entre as crianças e as múltiplas linguagens. Nesse sentido, o espaço comunica às crianças, como se fosse um convite, o que pode ser ali realizado (Gariboldi, 2011) e se torna um terceiro educador (Gandini, 1999) ao mediar a aprendizagem e mobilizar novas relações de poder entre adultos e crianças, o que oferece condições para o desenvolvimento da autonomia e possibilita a ampliação de conhecimentos.

Para se tornar um ambiente de aprendizagem, necessita ser confortável e acolhedor, oferecer segurança e flexibilidade em sua organização. Ao tornar-se o terceiro educador, permite que as interações entre pares e adultos sejam viabilizadas, além de proporcionar bem-estar e experiências significativas. Já a concepção de ambiente, refere-se à junção do espaço físico e das relações possíveis de serem efetivadas, entre crianças e adultos.

Os ambientes devem demonstrar sedução estética, ou seja, ser convidativo à exploração, além de proporcionar continuidade das criações e investigações por parte das crianças, no viés de descentralização da figura do adulto e para isso, precisa conseguir acomodar todos os educandos, dentro daquilo que se propõe.

Outro aspecto importante a ser considerado é a oferta de espaços diferenciados, organizados de forma circunscrita por estantes ou móveis baixos, cercas, painéis, biombos, rebaixamento de tetos por meio de tecidos ou cortinas, elevação do chão por meio de estrados, tapete ou outros materiais levados pelas próprias crianças para brincar e deve ser fechado em pelo menos três lados (Horn, 2017).

A organização das crianças, na sala de aula, pode contar com a elaboração da planta baixa do espaço, para que o(a) professor(a) avalie quais materiais e contextos podem ser incluídos em sala de aula para um melhor aproveitamento desses recursos. A planta baixa pode ser modificada conforme a avaliação do professor sobre as necessidades e interesses das crianças.

É importante pensar quais aprendizagens podem ser proporcionadas às crianças a partir



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

da exploração do espaço escolar, que pode ser destinado a nutrição, estética, a brincadeiras e investigações sem a intervenção direta do adulto; permitindo a possibilidade de escolha de como, onde e com quem brincar, além é claro, da liberdade de locomoção e autocuidado.

II. Espaços na Educação Infantil de Tempo Integral

No cerne dessas percepções em relação ao espaço, é importante destacar que para proporcionar maior desenvolvimento e conforto às crianças, a Educação Infantil de tempo integral requer espaços organizados. Esses ambientes devem facilitar atividades que, por meio de interações e brincadeiras lúdicas, proporcionem condições favoráveis para o desenvolvimento e aprendizagem infantil.

Para isso, além das salas de aula tradicionais da Educação Infantil, é necessário a inclusão de outros espaços adicionais, a saber:

A) Miniquadra coberta

A presença de uma quadra escolar é fundamental para desenvolver as atividades de Educação Física e estimular as crianças a praticarem um esporte ou terem experiências motoras. Praticar atividade física traz diversos benefícios como a prevenção da obesidade infantil, diminuição de problemas sociais e psicológicos, melhora a gestão das emoções, melhora o aprendizado em sala de aula e o desenvolvimento de habilidades sociais.

O espaço físico da quadra poliesportiva pode ser utilizado para apresentações das crianças e de momentos comemorativos, atividades dinâmicas, exposições para feiras, e, até mesmo, cerimônias de encerramento do ano letivo. Ou seja, além de possibilitar a atividade física – que já traz diversos benefícios para os pequenos, a quadra escolar também torna um espaço multiuso para a escola. Ainda sobre o ambiente da quadra escolar, é preciso considerar o conforto acústico e utilizar um material na cobertura que amenize as altas temperaturas, já que no Estado de Tocantins, faz calor o ano inteiro; além disso, priorizar o uso da iluminação e ventilação natural.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

B) Laboratório de Aprendizagem

Caracterizadas como atividades pedagógicas que contribuem com a aprendizagem em suas múltiplas dimensões (cognitivas, motoras, emocionais), as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Aprendizagem possibilitam diálogo transdisciplinar e aprofundam elementos dos temas abordados de forma lúdica, criativa, inovadora e propiciam protagonismo estudantil; considerando que o processo pedagógico é construído a partir do olhar atento dos educadores às curiosidades e interesses de aprendizados das crianças.

Além disso, os Laboratórios de Aprendizagem contemplam a escuta, a percepção do estudante sobre a sua identidade e a integração social, buscando, por meio de metodologias lúdicas e ativas, a construção de aprendizados significativos. Assim, as crianças são convidadas a assumirem o lugar de protagonismo ao terem liberdade de expressar suas ideias em um ambiente educativo, repleto de valores e princípios, que valoriza sua maneira de participar e interagir, por meio da ação do (a) educador (a) desperta a curiosidade e o desejo de aprender.

C) Ateliê

O ateliê, na Educação Infantil, é uma prática e uma experiência que busca dar visibilidade ao pensamento da criança, concretizando-o por meio da arte. Essa materialização do pensamento infantil pode acontecer mediante diversas linguagens, como grafismos, desenhos, pinturas, esculturas, colagens, fotografias, instalações, música e diversas outras.

Em primeiro lugar, o ateliê é uma cultura que conecta tudo que acontece na unidade educacional: o que está acontecendo em sala vai se desdobrar no parque, no ambiente da natureza, no pátio, na hora de comer, na areia, no ateliê, entre outras inúmeras possibilidades e linguagens

Trata-se de uma experiência que promove mais as perguntas que as respostas, a partir da fala e da imaginação da criança, que é protagonista da sua aprendizagem e produtora de cultura. É uma ação que parte do simples, do singelo, dessas miudezas dos achadouros do quintal. São pesquisas que vêm de algo muito próximo da realidade a ao mesmo tempo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

é carregado de uma complexidade muito grande. E o atelierista vai costurando os pensamentos de todas as crianças em propostas e produções artísticas diversas.

D) Biblioteca

A Biblioteca infantil é um espaço cultural organizado, dentro da instituição de ensino, com a finalidade de estimular a leitura e o contato com os livros, proporcionando ao público um acesso fácil e agradável ao fascinante mundo da leitura.

O espaço físico destinado às atividades de leitura deve ser aconchegante, com almofadas, *puffs*, tapete, iluminação adequada, livros e revistas, HQs, entre outros portadores textuais, organizados de modo a garantir o livre acesso às crianças. Esse acervo, preferencialmente, deve conter textos de variados gêneros, oferecidos em seus portadores de origem: livros de contos, poesia, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas (infantis, em quadrinhos, palavras cruzadas), almanaques, entre outros. Também aqueles que são produzidos pelas crianças podem compor o acervo: coletâneas de contos, de trava-línguas, de adivinhas, brincadeiras e jogos infantis, livros de narrativas, revistas, jornais etc. Se possível, é interessante ter também vários exemplares de um mesmo livro ou gibi. Isso facilita os momentos de leitura compartilhada com o professor ou entre as crianças.

A organização desse espaço deve ser planejada de modo a proporcionar aos usuários acesso direto aos livros e às estantes, para que os leitores sintam-se mais à vontade para fazer suas escolhas e até dispensar o olhar a outras obras, despertando, assim, o interesse por outros livros, afinal, "[...] qualquer biblioteca, sem dúvida, é um instrumento de libertação, mas aquelas que recusam ao público a "possibilidade de aceder às estantes e a inteira liberdade de movimentos, não é senão uma arma sem gume, insuficiente e quase inútil." (Martins, 2001: 329).

E para que isso aconteça, precisa-se de um mobiliário próprio à biblioteca infantil: estantes expositoras, estantes duplas face, estantes baixas, caixas, cestos etc. É preciso garantir que os livros estejam ao alcance dos pequenos leitores, que fiquem sempre à mão das crianças para que possam pegar, afagar, cheirar, manusear, folhear o objeto desejado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

É imprescindível que haja um ambiente favorável à prática de leitura aos iniciantes e isso inclui ambiente silencioso, boa iluminação, ventilação ou climatização, e espaços acolhedores para efetuar leituras e descobertas.

E) Área verde

As escolas desempenham um papel essencial na formação das crianças. Não apenas fornecendo educação, mas também com a oferta de um ambiente seguro e estimulante para que elas cresçam e se desenvolvam. O espaço verde é um local de impacto significativo no bem-estar das crianças e, muitas vezes, negligenciado pela unidade educacional.

Estes espaços, nos CMEIs e escolas, são essenciais para a convivência das crianças. Estudos demonstraram que a exposição à natureza pode ter um impacto positivo na saúde física, no bem-estar mental e no desenvolvimento cognitivo. Possuir uma grande área verde proporciona às crianças a oportunidade de praticar atividades físicas, melhorando sua saúde e condicionamento físico. A presença do ar puro e da vegetação também ajudam a reduzir o estresse e melhorar a qualidade do ar, criando um ambiente mais saudável e propício ao aprendizado.

Além disso, os espaços verdes, nas escolas, podem melhorar o desenvolvimento cognitivo. Foi demonstrado que as crianças, que passam tempo em contato com a natureza, melhoram o foco, a atenção e a memória. Isso ocorre porque, estar em contato com natureza, estimula o cérebro, proporcionando uma pausa muito necessária das distrações e estímulos da vida moderna.

F) Sala de Recursos

A Sala de Recursos Multifuncionais é um espaço de natureza pedagógica, de apoio complementar e/ou suplementar, destinado ao Atendimento Educacional Especializado da criança com necessidade educacional especial e/ou altas habilidades (superdotada), sendo este trabalho realizado por professores com formação e/ou especialização em Educação Especial.

As atividades desenvolvidas são definidas em conformidade com o tipo de necessidade educacional especial, quando individualizadas e/ou abrangentes aos grupos; e o horário, organizado conforme a necessidade de cada criança e/ou grupo, no contraturno que esta frequenta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deve identificar, planejar e organizar recursos pedagógicos acerca da acessibilidade, considerando as necessidades específicas e o preenchimento dos dados necessários ao desenvolvimento da criança, sob acompanhamento da Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional, em parceria direta com a família.

Os recursos, equipamentos e materiais adquiridos, por meio de programas específicos, são destinados, exclusivamente, ao Atendimento Educacional Especializado.

III. Materiais

Além de pensar os espaços, é preciso refletir sobre os materiais que são ofertados a bebês e crianças, estes devem ser instigantes e desafiadores e aguçar o potencial criador e a resolução de problemas. Dessa forma, a reflexão sobre o tipo, a quantidade, a variedade, a fisicalidade e a segurança dos materiais a serem oferecidos para cada faixa etária deve pautar a prática do professor (Fochi, 2019a).

Quando o planejamento passa a considerar a relevância dos materiais em suas propostas, é necessário qualificar a “paisagem sensorial”, ou seja, escolher com critérios cada um dos elementos, para que “as crianças tenham acesso a uma amplitude de materialidades para amplificar e complexificar suas percepções e compreensões do seu entorno” (Fochi, 2019a, p. 275).

Os materiais devem ser organizados de forma convidativa à exploração das crianças e isso inclui o cuidado na seleção das cores e na disposição dos mobiliários. As paredes podem possibilitar a comunicação visual e tornar visível o que é feito, valorizando as produções das crianças. Os materiais expostos devem estar à altura do olhar das crianças. É necessária uma diversidade de materialidade para compor os espaços da instituição. A escolha de materiais e experiências precisam apelar aos sentidos, para o desenvolvimento de uma aprendizagem experiencial. Propor a integração de elementos que garantam harmonia estética aos ambientes, como a exposição de fotografias das crianças e de seus grupos de pertencimento favorece o reconhecimento de identidade individual e coletiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

6.2 Os Sentidos para os Tempos

Além do espaço e dos materiais, também é necessário considerar o tempo como elemento organizador da vida cotidiana. Para a criança, o tempo não passa de forma linear e cronológica. Elas vivem o momento presente com muita intensidade, por isso, é preciso refletir sobre a qualidade do tempo ofertado para as suas explorações, considerando que a instituição possui uma rotina que organiza o cotidiano.

Proporcionar às crianças a possibilidade de autogerenciamento em grupos enriquece as interações entre os pares, colabora com a mediação do adulto, minimiza conflitos e respeita o tempo da criança. O ideal é que as situações de aprendizagem não ocorram com o grupo completo, mas sim com a divisão, feita por adultos, de pequenos grupos. Essa ideia é respaldada por Fochi (2019a, p. 259) ao afirmar que:

As crianças aprendem umas com as outras e se ajudam mutuamente. Nos pequenos grupos elas têm oportunidades de experimentar suas ideias e compartilhar das ideias dos outros num ambiente tranquilo e com um adulto atento por perto. Também os pequenos grupos permitem maior visibilidade para as pesquisas individuais que acontecem em um espaço coletivo (Fochi, 2019a, p. 259).

Assim, é preciso pensar o tempo para viver e estar na escola, equilibrando momentos conduzidos e momentos optativos. Para pensar o tempo na instituição deve-se considerar os diferentes momentos da jornada da criança, momentos optativos, os momentos conduzidos, as atividades coletivas e as atividades de atenção pessoal. Como, também, considerar momentos diários na área externa da sala de atividades.

IV. Assembleia Infantil

As assembleias infantis são espaços democráticos que possibilitam às crianças desenvolverem habilidades sociais, como a comunicação, a escuta ativa e a tomada de decisões coletivas. Ao participar ativamente das discussões, elas aprendem a respeitar as diferentes opiniões, a negociar e a encontrar soluções para os conflitos. Além disso, as assembleias contribuem para o desenvolvimento do senso de pertencimento e da identidade coletiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Para garantir o sucesso das assembleias, é fundamental que o professor crie um ambiente acolhedor e seguro, no qual as crianças se sintam à vontade para participar. É importante também que ele utilize uma linguagem clara e acessível, adaptada à faixa etária das crianças, e que ofereça apoio e orientação durante as discussões.

Sendo assim, a Assembleia é uma estratégia para a garantia de um espaço democrático, de fala e escuta, dentro do ambiente escolar. Ela nasce das rodas de conversa e deve ter uma periodicidade, sendo um espaço que garante a participação ativa da criança, inclusive nos momentos de Avaliação dos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. A garantia da frequência é fundamental para que a prática se torne uma cultura da instituição e para que de fato as crianças se apropriem desse espaço e desenvolvam autonomia para se manifestar.

A vivência constante dessas instâncias permite que os pequenos percebam o valor do encontro como estratégia para a gestão do coletivo, aprendendo a perceber e acolher os interesses e individualidades dos colegas na mediação com os próprios interesses e opiniões.

Nos encontros, são discutidas regras, combinados, sugestões, críticas ou até mesmo felicitações sobre acontecimentos ocorridos no convívio diário na UE. As crianças são convidadas a assumirem a condução desses momentos, desde a seleção de pautas para debate, como a inscrição das ordens de fala, controle do tempo e registro da ata, com o apoio do professor.

As assembleias são o momento institucional da palavra e do diálogo. Momento em que o coletivo se reúne para refletir, tomar consciência de si mesmo e transformar o que seus membros consideram oportuno, de forma a melhorar os trabalhos e a convivência (Puig, 2000). Além de ser um espaço para a elaboração e reelaboração constante das regras que regulam a convivência escolar, propiciam momentos para o diálogo, para a negociação e o encaminhamento de soluções dos conflitos cotidianos. Dessa maneira, contribuem para a construção de capacidades psicomorais, essenciais ao processo de construção de valores e atitudes éticas (Araújo, 2004).

Os resultados mostram que a Assembleia com crianças se constitui em um espaço importante para o gestor escolar ouvir as crianças e discutirem juntos algumas iniciativas que podem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

repercutir na vivência delas na escola, como também evidenciar o exercício da democracia.

V. A Vida cotidiana e as microtransições

A vida cotidiana, na Educação Infantil, é compreendida como a rotina da criança dentro do espaço escolar. É através dela que as propostas pedagógicas são elaboradas e a aprendizagem ocorre. As crianças aprendem a partir do momento em que interagem, de diversas formas, com esse espaço, com as crianças e com os adultos. Ao pensar em uma aprendizagem significativa e potente, o professor precisa levar em consideração questões da vida cotidiana no contexto educativo.

As microtransições, na Educação Infantil, são momentos importantes da rotina da unidade educacional, onde acontecem as mudanças de uma atividade para a outra, como hora do sono, hora do brincar, momento do lanche, atividades de movimento, entre outros. Os professores precisam pensar nesses momentos como propícios para o desenvolvimento da autonomia da criança.

Ao iniciar as atividades em rodinha ou através de conversa informal com as crianças, é preciso deixar claro as propostas de atividades do dia e, a partir daí, deixar as crianças fazerem sozinhas essas passagens, através da mediação do professor. As microtransições ocorrem quando as crianças entram em sintonia com o espaço e as propostas a serem desenvolvidas na unidade.

Para Hohmann e Weikart (1997, p. 241), esses momentos de mudanças de uma atividade para outra, nas UEs que atendem Educação Infantil, precisam de apoio, tempos e espaços de qualidade, pois consideram que “transições discretas mantêm a fluência das propostas, enquanto respeitam o ritmo e o estilo de aprendizagem de cada criança”.

As microtransições, no cotidiano escolar, precisam acontecer com qualidade, levando em consideração as múltiplas linguagens, respeitando o tempo da criança e garantindo o seu bem-estar.

VI. Atividade de Atenção Pessoal

A abordagem Pikler, desenvolvida pela médica húngara Emmi Pikler, enfatiza a importância dos cuidados pessoais como momentos privilegiados para a construção do vínculo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

afetivo entre adultos e bebês. Essas atividades de atenção pessoal, definidas por Pikler, envolvem os momentos de alimentação, higiene e descanso como importantes conteúdos culturais da vida cotidiana das crianças e que garantem aprendizagem e bem-estar. Para isso, tais conteúdos “precisam ser estudados e problematizados, tendo em vista a educação de crianças pequenas na vida coletiva” (Brasil, 2009a, p. 82).

Esses momentos são primordiais para atender as necessidades (físicas e emocionais), pois é sabido o cuidar e o educar são indissociáveis. A troca de fraldas/de roupa, o banho, a alimentação ou a preparação para o sono são momentos privilegiados de atenção e cuidado individual. Para além da satisfação das necessidades físicas da criança, é um momento compartilhado de troca afetiva.

Os momentos de cuidar são excelentes oportunidades para a construção do vínculo afetivo. Para que isso ocorra, as tarefas de cuidar não podem ser realizadas de maneira rápida e mecânica, ao contrário do que acontece em muitos espaços coletivos de bebês e crianças. A constância nos cuidados, assim como a regularidade de tempo e espaço criam o clima de confiança necessário para que a criança sinta segurança e possa participar desta relação e aproveitar a experiência.

Emmi Pikler e sua equipe ensinam, também, a importância de realizar gestos delicados, não interromper uma atividade de cuidado, considerar as necessidades individuais e reagir a cada manifestação das crianças. As diferentes sequências de cada atividade de atenção pessoal se realizam sempre de forma igual, como uma “coreografia dos cuidados”, mas o fato do adulto se manter sempre presente na atividade impede que o ato se torne mecânico.

Uma escola pautada em práticas acolhedoras, comprometida com o desenvolvimento das aprendizagens através das vivências cotidianas, necessita de professores que acreditem na capacidade das crianças e que incentivem sua participação e protagonismo e, por meio de um olhar e uma escuta sensíveis, organizem espaços, tempos, materiais, atividades de atenção pessoal e as microtransições da vida cotidiana de modo a qualificar e potencializar as múltiplas experiências e aprendizagens das crianças.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

6.3 Rede de Colaboração na Educação Infantil

A rede de colaboração na Educação é essencial para o sucesso educacional, envolvendo não apenas a equipe diretiva e pedagógica, mas também administrativa, merendeiros, vigias, equipes de limpeza, famílias e apoiadores externos. Todos desempenham papéis importantes, trabalhando juntos para o bem-estar das crianças. Para uma participação efetiva, é vital o conhecimento profundo sobre a unidade educativa, envolvendo-se ativamente nas decisões e na formação contínua. Isso inclui o estudo da BNCC, a participação na elaboração ou atualização do PPP da unidade, além do entendimento da rotina e proposta pedagógica da instituição, garantindo um processo democrático e cooperativo. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil reforçam a importância do PPP na orientação das práticas educativas.

Prever no Projeto Pedagógico e nas jornadas de trabalho, espaços e tempos para a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das crianças e famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização, a relação efetiva com a comunidade local e a constituição de mecanismos que garantam a gestão democrática e os saberes da comunidade, em conjunto com os Professores e profissionais de apoio da Educação Infantil (Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, 2018, p. 55).

Internamente, é essencial que profissionais e a comunidade escolar estejam alinhados com a proposta pedagógica da instituição, promovendo uma visão de infância que encoraja o diálogo e visualiza a criança como um ser capaz e ativo em sua aprendizagem. A equipe deve integrar educação e cuidado, garantindo os direitos de aprendizagem definidos na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, visando enriquecer as experiências e habilidades das crianças. O Documento Curricular do Tocantins - Educação Infantil (2019, p. 37), trata dessa temática e ressalta o esforço da equipe escolar em promover um ambiente acolhedor no qual se “empreendem esforços para que o ambiente escolar seja seguro, harmônico, agradável, promotor de bem-estar”.

A colaboração vai além dos limites escolares, envolvendo órgãos como o Conselho Tutelar, SAMU, Ministério Público e Unidades de Saúde da Família, para oferecer orientações sobre o bem-estar infantil, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

A gestão deve envolver as famílias no processo decisório, promovendo conhecimento sobre a linguagem da Educação Infantil e mantendo uma comunicação efetiva para fortalecer os laços comunitários e prevenir conflitos. Atividades de lazer e culturais incentivam a integração familiar e a confiança no trabalho educacional.

Socialmente, valorizar o contexto cultural da criança e seu entorno comunitário amplia sua compreensão do mundo. A escola deve organizar atividades externas, como visitas a locais comunitários, alinhadas à proposta pedagógica e aos projetos investigativos, enriquecendo o aprendizado infantil.

6.4 Transições na Educação Infantil

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental constitui um momento particularmente sensível no percurso educacional da criança, marcado por mudanças significativas em termos de organização pedagógica, estrutura física e expectativas escolares. Considerando que as crianças ainda se encontram em pleno processo de desenvolvimento socioemocional e cognitivo, é imprescindível que esse período seja conduzido com intencionalidade e sensibilidade. Tanto a escola quanto a família devem atuar de forma articulada, assegurando um ambiente de acolhimento, segurança e continuidade, de modo que as crianças possam se adaptar gradualmente às novas demandas, vivenciando essa etapa com confiança e entusiasmo.

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (Brasil, 2010, p.30)

Nesse sentido, é essencial compreender que essa transição não se resume apenas à mudança de etapa escolar, mas envolve um processo mais amplo de adaptação que deve considerar o desenvolvimento integral da criança. Para que essa passagem ocorra de forma harmoniosa, é preciso garantir a continuidade das experiências pedagógicas, respeitando o ritmo e as características individuais de cada criança, promovendo, assim, um ambiente seguro e acolhedor que favoreça o aprendizado e o bem-estar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (Brasil, 2017, p. 53)

Essa necessidade de planejamento e acolhimento torna-se ainda mais evidente quando consideramos o início do ano letivo, momento em que essa transição se concretiza no cotidiano escolar. É nesse período que se revelam as diferenças entre as estruturas físicas, metodológicas e organizacionais dos dois segmentos, exigindo esforços conjuntos para garantir uma adaptação segura e significativa para a criança.

Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico. (Brasil, 2017, p. 53)

A chegada do novo ano letivo marca essa transição, que pode ser desafiadora devido às diferenças estruturais e metodológicas entre os dois segmentos. Entende-se por transição tanto o último ano da Educação Infantil, no caso o Pré-escolar II, quanto o 1º ano do Ensino Fundamental. Essa transição ocorre entre os 5 e 6 anos de idade da criança, segundo Wallon (2007), esse período do desenvolvimento infantil, denominado "estágio do personalismo", caracteriza-se por uma intensificação da vida afetiva, em que a criança passa a afirmar-se como pessoa, manifestando sentimentos de oposição, desejo de reconhecimento e necessidade de se expressar por meio de suas escolhas e atitudes. Essa busca pela afirmação pessoal precisa ser acolhida pela escola com sensibilidade e responsabilidade, para que a transição não represente uma negação de sua identidade em formação, mas sim uma oportunidade de crescimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

7 AS ESPECIFICIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

O Ensino Fundamental está organizado em duas etapas, o que compreende os anos iniciais, 1º ao 5º ano, e anos finais do 6º ao 9º ano, com duração de 9 anos. É regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, documento que apresenta as diretrizes da educação brasileira, a partir dos princípios da Constituição Federal.

No Ensino Fundamental, crianças e adolescentes desenvolvem habilidades e competências que servem de pilar para as demais etapas da formação educacional acadêmica. Como documento normatizador das aprendizagens prioritárias para o EF de 9 anos, o Ministério da Educação homologou, em 2017, a Base Nacional Comum Curricular, a ser adaptada de acordo com as especificidades do território por meio do currículo.

Nesta etapa da educação, a Lei nº 9.394/96, no artigo 32, apresenta como objetivo a formação básica e integral do estudante. Além disso, são difundidos os valores sociais, os direitos e os deveres dos cidadãos, bem como a noção de respeito ao bem comum e à ordem democrática. Os estudantes são seres multidimensionais, sociais e históricos, detentores de conhecimentos próprios e protagonistas do processo de ensino e aprendizagem. Para atingir este objetivo, é preciso considerar:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender a ler, escrever e calcular;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. o desenvolvimento da capacidade da aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que assenta a vida social.

Na rede municipal de Ensino de Palmas, o EF garante que o ensino e a aprendizagem contemplem a realidade socioeconômica e cultural da comunidade, valorizando os aspectos regionais e as vivências do território.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

As práticas pedagógicas são alinhadas à BNCC e ao DCT, com a finalidade de assegurar os princípios da educação integral, sendo o currículo o eixo estruturante para toda e qualquer política de ensino educacional.

Além do exposto, assegura que a organização e a gestão de tempos e espaços educativos impulsionem a aprendizagem interdisciplinar e/ou transdisciplinar, assim como preconizam a BNCC e o DCT. Fortalece o reconhecimento de saberes das diferentes matrizes éticas, raciais e culturais no currículo, privilegiando o cultivo e a aprendizagem de relações interpessoais saudáveis, éticas e inclusivas.

7.1 Tripé Indissociável: Currículo, Formação e Avaliação no Ensino Fundamental

A rede municipal de ensino de Palmas-TO utiliza, como Currículo Oficial, o Documento Curricular do Tocantins (2019), construído em regime de colaboração pelos 139 municípios, aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Resolução nº 24, de 14 de março de 2019.

As escolhas curriculares na Educação de Palmas direcionam para a formação humana do estudante, com relação direta a contextos sociais, culturais, históricos, ideológicos, socioemocionais e inclusivos, a fim de construir e afirmar espaços de direitos e oportunidades educativas para todos em sua ampla diversidade.

Nesta direção, compreende-se que a assunção de diferentes documentos oficiais (Brasil, 2017, Tocantins, 2019, etc.) permite a reflexão sobre como o conhecimento deve chegar as escolas, de que forma deve ser organizado, como distribuí-lo em tempos e espaços educativos e o que priorizar no contexto educacional. Sendo assim, o que emerge na educação descortina as práticas pedagógicas e interfere nas escolhas do objeto de ensino a partir de competências, habilidades e objetos de conhecimento.

O currículo é o eixo estruturante de toda e qualquer prática educativa, traduz a escola, norteia as relações estabelecidas dentro e fora dela, e é responsável pelo desenvolvimento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

dez competências gerais da BNCC. Pelo currículo, os direitos de aprendizagem são garantidos a todos os estudantes nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica de forma progressiva. Além disso, define o que se deve ensinar e aprender na escola, mobilizando práticas pedagógicas que levem o estudante a solucionar desafios da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Como os currículos consideram um conjunto de conhecimentos, cultura, práticas sociais, valores transgeracionais e experiências dos estudantes, as escolas consideram diferentes questões e temas transversais que emergem na sociedade contemporânea. Nessa direção, o tratamento dado as escolhas curriculares implicam diretamente no processo de Formação Inicial e Continuada dos profissionais da educação integral em tempo integral, bem como na avaliação, tendo em vista que os conhecimentos congregam com temas fora ou nas interfaces das áreas científicas, a construir conhecimentos não disciplinares, marcados por contextos históricos, políticos, sociais, culturais e ideológicos.

Neste cenário, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade rompem com paradigmas e extrapolam as fronteiras que são impostas entre o sujeito e a sociedade na qual está inserido, quando se trata de currículo integrado. Num entrelace científico, o currículo promove o diálogo com várias áreas do conhecimento, em situações legítimas do processo de ensino e aprendizagem, sendo necessário repensar como estes conhecimentos são ensinados, em sua maioria, descontextualizados e distantes do contexto em que foram produzidos. Para tanto, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação precisa ser pensada a partir da inter/transdisciplinaridade, a fim de potencializar e mobilizar outras lógicas curriculares. Ou seja, as práticas pedagógicas vão além da justaposição ou preenchimento de conhecimento de lacunas sob ótica disciplinar.

Nessa lógica, supõe descolonizar os currículos, abrir espaços para Formação Continuada teórica e metodológica que ressignifique tempos e espaços escolares por meio dos saberes, das relações sociais e de ensino e aprendizagem. Assim, supera-se a fragmentação do conhecimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

e extrapolam-se os espaços tradicionais da escola. Ademais, “professores bem formados e atualizados tendem a ser mais motivados, criativos e eficientes em sua atuação na sala de aula, o que resulta em experiências de aprendizagem mais significativas e enriquecedoras para os estudantes” (PEI, ETI, 2024, p. 35).

O PEI-ETI assume a concepção de avaliação formativa. Nessa perspectiva, a avaliação ocorre no processo educativo, sendo assim, tem caráter fundamentalmente formativo. Ela acontece nos modos e nos ritmos de aprendizagem e desenvolvimento próprios e singulares de cada estudante. Assim, “a atividade pedagógica torna-se mais integral quanto mais contínua e integrada estiver ao processo ensino-aprendizagem-desenvolvimento” (PEI, ETI, 2024, p.24).

Compreende-se, portanto, que a avaliação não se resume “à aferição de resultados objetivos com fins de classificação, ranqueamentos, responsabilização ou mérito”. Dessa forma, avaliar deve ocupar lugar central nos sistemas de ensino, a fim de contribuir, expressar e favorecer “o próprio movimento do desenvolvimento humano em seus aspectos sociais, cognitivos, físicos, psíquicos, espirituais, emocionais e afetivos. Avalia-se em razão das pessoas e não dos sistemas”.

7.2 O Currículo do Ensino Fundamental

O currículo se materializa na escola e na sala de aula, por isso o que se ensina e como se ensina deve levar o estudante a ler, escrever, falar, argumentar, refutar, concordar ou não, pensar, julgar, sentir e conviver em sociedade, de forma crítica e reflexiva. Nesse sentido, a rede municipal de ensino de Palmas ancora-se na concepção de currículo em que os estudantes são protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, a fim de ampliar e articular diferentes práticas educativas, sociais, culturais e esportivas dentro e fora da escola.

A organização curricular considera um currículo integrado e integrador de experiências que valorize a diversidade étnico-racial, sociocultural, socioespacial, linguística, sexual e de gênero e da pessoa com deficiência; um currículo atravessado a) pela pesquisa científica,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

b) pelas práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer, c) pelas tecnologias da comunicação e informação, d) pela cultura de paz e direitos humanos, e) pela relação com a natureza e preservação do meio ambiente, f) por práticas de cuidado e saúde integral.

O currículo é responsável pelos direcionamentos e estratégias que visam alcançar o ensino e aprendizagem no contexto de sala de aula e/ou em outros espaços formativos. Estes direcionamentos implicam diretamente no projeto educacional que se pretende construir nas escolas. O currículo, portanto, ancorado na formação integral do educando, deve contemplar as diferentes dimensões (cognitiva, física, social, emocional, cultural e política), efetivando-se pelo(a):

- I. Ciência que explica fatos e fenômenos da natureza de maneira que seja possível formular teorias.
- II. Conhecimento com classificação de saberes (competências e habilidades), - as competências gerais se desdobram em um conjunto de competências específicas para cada componente curricular, imbricadas com tratamento didático proposto para o desenvolvimento dos saberes que os estudantes precisam aprender e conhecer.
- III. Pluralidade cultural e identidade nacional, de acordo a Lei 11/645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas públicas e particulares na Educação Básica.
- IV. Saber cotidiano dos educandos que trata dos conhecimentos que eles já possuem antes de entrar na escola e que utilizam no dia a dia.
- V. Direitos humanos da cultura local, dos valores de transição internacional e das territorialidades.

O Currículo do Ensino Fundamental está organizado em áreas do conhecimento e componentes curriculares, sendo que a área de:

- I. Linguagens trata do conhecimento, na compreensão, na exploração, na análise e na utilização das diferentes linguagens, com a finalidade de ampliar o repertório do estudante sobre as práticas de linguagem, desenvolver o senso estético e a comunicação com o uso das tecnologias digitais, por meio dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Arte, Língua Inglesa e Educação Física.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

II. Matemática trata da compreensão de conceitos e procedimentos em seus diferentes campos e no desenvolvimento do pensamento computacional, com o intuito de resolver e formular problemas em contextos diversos, pelo componente de Matemática.

III. Ciências Humanas trata das aprendizagens centradas no desenvolvimento de competências de identificação, análise, comparação e interpretação de ideias, pensamentos, fenômenos e processos históricos, geográficos, sociais, econômicos, políticos, pelos componentes de Geografia, História e Ensino Religioso.

IV. Ciências da Natureza trata de investigar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural e tecnológico, explorar e compreender alguns de seus conceitos fundamentais e suas estruturas explicativas, além de valorizar e promover os cuidados pessoais e com o outro, o compromisso com a sustentabilidade e o exercício da cidadania, pelo componente de Ciências.

I. Área de Linguagens

As atividades humanas ocorrem nas práticas sociais, mediadas por diversas linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como a Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, atualmente, digital. Essas práticas permitem que as pessoas interajam consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nesse contexto, imbricam-se conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos. Segundo Freire (1996, p. 47), “a linguagem é um meio de interação fundamental na construção do sujeito”.

No Ensino Fundamental, a área de Linguagens, nas ETI's, é composta pelos quatro componentes curriculares dos anos iniciais aos finais — Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa. É essencial que, nessa área, conceba-se a linguagem não apenas como um conjunto de regras, mas também como um meio de interação humana. Por meio da linguagem, estabelecem-se vínculos que permitem comunicar e expressar valores, ideologias e sentimentos (Bakhtin, 1986).

Compreender a linguagem no sistema semiótico implica reconhecer a multiplicidade de práticas verbais (fala e escrita), não verbais (expressão corporal e gestual, linguagem visual e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

musical) e multimodais (articulação entre diferentes linguagens) que se concretizam pelas interações. Como salienta Kress (2003, p. 7), “a comunicação é uma prática social que envolve diversas formas de significação”.

Nos Anos Iniciais, a área de Linguagens busca ressignificar as práticas já vivenciadas pelas crianças, ampliando essas experiências para outros campos de atuação humana nos Anos Finais. Este percurso é fundamentado na relação direta entre desenvolvimento humano e processo de socialização. A interação em diferentes atividades possibilita o conhecimento, reconhecimento e uso de variadas formas de manifestação da linguagem, criando espaços para que os alunos experimentem práticas diversificadas, discutindo-as criticamente e com autonomia (Vygotsky, 1998).

Para a área de linguagens, são apresentadas competências específicas, as quais são desdobradas em habilidades e objetos de conhecimento nos documentos oficiais, sendo que no DCT, encontram-se com a organização em bimestres por ano e de forma progressiva, a saber:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3. Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.
4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. (Brasil, 2017, p. 63).

Dessa forma, os processos educativos orientados pelas múltiplas linguagens consideram o eu e o outro como foco principal da interação, a linguagem em uso dentro de um contexto sociocultural, dialógico (Bakhtin, 2003 [1979]) e social (Moita Lopes, 2009). Nessa perspectiva de linguagens no contexto sociocultural e contextualizada, infere-se que a relação entre os sujeitos deve considerar situações reais, as quais implicam em diálogo mútuo, de forma que possam atribuir significado à sua realidade histórica e social para o enunciado.

II. Área de Matemática

A área de Matemática desempenha um papel essencial na formação integral dos estudantes do Ensino Fundamental, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas que vão além do campo numérico e se conectam a uma compreensão mais ampla do mundo. Como ressalta D'Ambrósio (1996), a Matemática não é apenas um instrumento para resolver problemas quantitativos, mas uma forma de entender e interpretar a realidade.

Sob essa perspectiva, a BNCC estrutura a Matemática com o objetivo de formar cidadãos críticos e aptos a utilizar os conhecimentos matemáticos em diversos contextos, desde a resolução de problemas cotidianos até a tomada de decisões informadas e o uso de ferramentas tecnológicas (Brasil, 2018).

Para atingir esses objetivos, a BNCC define competências específicas, como a capacidade de interpretar e representar situações diversas, utilizando a linguagem matemática,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

desenvolver o raciocínio lógico e crítico, resolver problemas com base em diferentes estratégias, e comunicar de maneira clara e precisa os processos matemáticos envolvidos.

Tais competências são essenciais para a formação do pensamento matemático, que, segundo Perrenoud (1999), envolvem a articulação entre o domínio das operações básicas e a capacidade de resolver problemas de forma criativa e crítica. Além disso, há uma ênfase no uso de tecnologias digitais como uma forma de fortalecer o aprendizado, assim como a promoção de atitudes de colaboração e ética no ambiente educacional, valores que são atraentes para a formação cidadã dos alunos.

A Matemática no Ensino Fundamental é organizada em cinco grandes unidades temáticas: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, e Probabilidade e Estatística (Brasil, 2018). Essas unidades fornecem uma estrutura curricular em espiral, o que significa que os conceitos são introduzidos de forma gradativa e revisitados com profundidade crescente ao longo dos anos escolares. Conforme destaca Zabala (1998), essa abordagem espiralada permite que os alunos consolidem a compreensão dos conceitos fundamentais e se preparem para problemas mais complexos à medida que avançam, garantindo uma progressão coerente e significativa no aprendizado.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que compreendem do 1º ao 5º ano, o foco está no desenvolvimento das noções básicas sobre números, transações, medidas e formas geométricas. Os objetos de conhecimento incluem o sistema de numeração decimal, as operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação e divisão), bem como noções iniciais de frações e medidas.

Segundo a BNCC (Brasil, 2018), as habilidades esperadas para essa fase de desenvolvimento, são a contagem, a comparação de quantidades, a resolução de problemas simples e a capacidade de representar e interpretar dados de maneira simples. A aprendizagem acontece de forma lúdica, utilizando materiais manipulativos e jogos matemáticos, que ajudam a construir uma compreensão concreta dos conceitos.

Para Piaget (1972), essa fase do desenvolvimento cognitivo é crucial, pois a criança



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

começa a construir o pensamento lógico a partir da manipulação de objetos e da exploração ativa do ambiente. As práticas pedagógicas também estimulam a investigação e a curiosidade, permitindo que os alunos explorem diferentes estratégias para a resolução de problemas. A introdução de padrões e regularidades no campo numérico e geométrico favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e da capacidade de abstração inicial.

À medida que os alunos avançam para os anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, o currículo de Matemática torna-se mais desafiador e abstrato, com a introdução de novos temas, como Álgebra, Geometria Analítica, Estatística e Probabilidade. Há um aprofundamento das operações com números inteiros, frações e decimais, bem como o início do estudo formal de equações e funções (Brasil, 2018). De acordo com Ausubel (2003), o ensino matemático nessa fase deve promover uma aprendizagem significativa, em que os novos conceitos se conectam aos conhecimentos previamente adquiridos, permitindo uma compreensão mais profunda.

Os estudantes são incentivados a desenvolver habilidades mais sofisticadas, como a resolução de equações algébricas, a compreensão de relações e padrões matemáticos, e a análise crítica de gráficos e tabelas. Além disso, o uso de tecnologias digitais, como calculadoras e softwares matemáticos, é incentivado a expandir a compreensão dos conceitos e facilitar a resolução de problemas complexos. Como destaca Moran (2015), o uso de ferramentas tecnológicas pode enriquecer o aprendizado ao proporcionar novas formas de interação com os conteúdos e promover a autonomia dos estudantes. Essa abordagem não só facilita a aprendizagem, como também prepara os alunos para a utilização da Matemática em contextos do mundo real.

A aprendizagem dos objetos de conhecimento e das habilidades ao longo dos anos iniciais acontece de maneira gradual e com ênfase na concretude, conforme enfatiza Kamii (1999). Os alunos começam a lidar com os conceitos numéricos básicos e são expostos a situações-problema que exigem a utilização de operações matemáticas em contextos práticos.

A abordagem lúdica e o uso de materiais concretos ajudam a construir uma base sólida



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

para o raciocínio matemático. Essa abordagem é reforçada pela BNCC, que sugere práticas pedagógicas distintas para a resolução de problemas e para o desenvolvimento de estratégias direcionadas de aprendizagem (Brasil, 2018). A intenção é que, ao final do ciclo inicial, os alunos sejam capazes de utilizar a matemática de forma autônoma e crítica em situações do cotidiano, interpretando e resolvendo problemas relacionados ao seu entorno.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a aprendizagem torna-se mais abstrata e sistemática, com foco no raciocínio lógico e na capacidade de generalização. Os conceitos introduzidos nos anos iniciais são revisados e aprofundados, especialmente no que diz respeito às operações numéricas e às propriedades dos números. Segundo Freudenthal (1973), o aprendizado matemático nessa fase deve ser guiado pela resolução de problemas que desafiam os alunos a aplicar os conceitos em diferentes situações. Além disso, áreas de estudo como álgebra e geometria são trabalhadas com maior intensidade, desenvolvendo no aluno a capacidade de abstração e pensamento analítico.

A transição para a álgebra, por exemplo, marca um ponto crucial no desenvolvimento do pensamento matemático, pois introduz um novo conjunto de símbolos e regras que permite a resolução de equações e a análise de padrões complexos (Brasil, 2018). As habilidades associadas a essa fase incluem a capacidade de interpretar e resolver equações, trabalhar com gráficos e funções, e utilizar ferramentas tecnológicas para investigar e resolver problemas. Além disso, a Estatística e a Probabilidade ganham destaque, proporcionando ao aluno a capacidade de lidar com dados e incertezas, competências fundamentais no mundo contemporâneo (Brasil, 2018).

Dessa forma, a Matemática para o Ensino Fundamental visa não apenas à aquisição de conhecimentos teóricos, mas também ao desenvolvimento de competências práticas que capacitam os alunos a aplicarem a Matemática em diversas esferas da vida, ou seja, deve promover o letramento matemático, que engloba as competências de raciocinar, representar, comunicar e argumentar de forma matemática.

Essas habilidades facilitam a formulação de conjecturas e a resolução de problemas em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

diferentes contextos, utilizando conceitos, procedimentos e ferramentas matemáticas. Além disso, o letramento matemático permite aos alunos considerarem a relevância da matemática para a compreensão e atuação no mundo, destacando seu caráter intelectual, que estimula o raciocínio lógico, a investigação e pode tornar o aprendizado mais prazeroso (Brasil, 2018).

Letramento matemático é a capacidade individual de formular, empregar e interpretar a matemática em uma variedade de contextos. Isso inclui raciocinar matematicamente e utilizar conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas para descrever, explicar e prever fenômenos. Isso auxilia os indivíduos a reconhecerem o papel que a matemática exerce no mundo e para que cidadãos construtivos, engajados e reflexivos possam fazer julgamentos bem fundamentados e tomar as decisões necessárias (PISA, 2012).

Skovsmose (2001) afirma que a matemática crítica deve preparar os alunos para uma participação ativa na sociedade, equipando-os com ferramentas para interpretar e transformar o mundo ao seu redor. Dessa forma, desde os anos iniciais até os finais, a progressão curricular permite que os alunos consolidem sua compreensão dos conceitos fundamentais, ao mesmo tempo em que desenvolvem a capacidade de lidar com problemas mais abstratos e complexos, preparando-os para os desafios acadêmicos e sociais futuros, garantindo uma formação matemática sólida e significativa, alinhada às demandas do século XXI.

III. As Ciências da Natureza nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental: Uma Jornada de descoberta

O ensino e a aprendizagem de Ciências da Natureza perpassam toda a Educação Básica, tornando-se fundamental para a formação integral dos estudantes, como defendem Delzoicov (2009) e Santos (2007). Ao longo dos anos, as crianças e os adolescentes desenvolvem habilidades e conhecimentos que os capacitam a compreender o mundo natural, a tomar decisões mais conscientes e a construir uma relação mais próxima com o meio ambiente.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a aprendizagem das Ciências da Natureza tem como objetivo principal despertar a curiosidade natural das crianças e fomentar a exploração



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

do mundo que as cerca. Conforme a teoria de Vygotsky, a criança, ao nascer, já traz consigo uma série de potencialidades que se desenvolvem mediante interação com o meio social e cultural.

As atividades são geralmente mais simples e concretas, utilizando materiais do cotidiano e experiências práticas para facilitar a compreensão de conceitos básicos.

Alguns dos objetivos do ensino de Ciências nos anos iniciais são:

Despertar a curiosidade: Incentivar as crianças a fazerem perguntas, a observar o mundo ao seu redor e a buscar respostas para suas dúvidas.

Desenvolver habilidades básicas: Promover o desenvolvimento de habilidades como observação, classificação, comparação, medida e comunicação.

Construir conhecimentos sobre o mundo natural: Apresentar conceitos básicos sobre os seres vivos, a matéria, a energia e o universo de forma simples e acessível.

Estabelecer relações entre a escola e a vida cotidiana: Utilizar exemplos do cotidiano para contextualizar os conteúdos e tornar a aprendizagem mais significativa.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, o ensino de Ciências da Natureza torna-se mais complexo. Os estudantes exploram temas como a célula, os ecossistemas, as forças e os movimentos, a matéria e suas transformações, e a Terra e o universo. Conforme Delizoicov e Angotti (1994), a complexidade dessa etapa exige do professor uma didática que permita aos estudantes estabelecerem conexões entre os diferentes conceitos e construir uma visão integrada à natureza.

Alguns dos objetivos do ensino de Ciências nos anos finais são:

Desenvolver o pensamento científico: Estimular os estudantes a formular hipóteses, a realizar experimentos, a analisar dados e a construir explicações para os fenômenos naturais.

Compreender os métodos científicos: Apresentar os métodos científicos e incentivar os educandos a utilizarem em suas investigações.

Relacionar os conhecimentos científicos com questões sociais e ambientais: Promover a discussão sobre temas como a bioética, a sustentabilidade e as mudanças climáticas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Preparar os estudantes para o Ensino Médio: Oferecer uma base sólida para o estudo de componentes curriculares como Física, Química e Biologia no Ensino Médio.

A importância de uma abordagem integrada

É fundamental que o ensino de Ciências da Natureza seja integrado a outras áreas do conhecimento, como a Matemática, as Linguagens e as Ciências Humanas, permitindo que as crianças construam uma visão mais completa e interligada do mundo, aplicando os conhecimentos adquiridos em diferentes contextos.

O ensino de Ciências da Natureza desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, reflexivos e capazes de tomar decisões sobre questões que envolvem o meio ambiente e a tecnologia. Ao longo dos anos, a escola tem a responsabilidade de oferecer as ferramentas necessárias para compreender o mundo natural e atuar de forma responsável e sustentável.

A educação integral em tempo integral oferece um cenário propício para a implementação de projetos interdisciplinares que transcendem os limites dos componentes curriculares tradicionais. Conforme a BNCC, a interdisciplinaridade é essencial para a construção de aprendizagens significativas e para o desenvolvimento de competências indispensáveis ao século XXI.

Valente (2009) argumenta que a interdisciplinaridade promove a construção de conhecimentos mais significativos e engajadores, pois permite às crianças estabelecerem conexões entre diferentes áreas do saber como Matemática, Linguagens e Humanas, além de aplicar seus conhecimentos em situações reais. Por meio de atividades práticas, experimentos, visitas a campo e construção de modelos, as crianças desenvolvem habilidades de investigação, comunicação e trabalho em equipe, e permite construir uma visão de mundo mais integrada e abrangente.

Assim, o ensino de Ciências da Natureza, quando incorporado à educação integral em tempo integral, oferece a oportunidade de desenvolver habilidades relevantes para o século XXI, como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a colaboração. Ao conectar a teoria à prática e promover a interdisciplinaridade, a escola contribui para a formação de cidadãos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

mais críticos, conscientes, engajados e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

IV. Área de Ciências Humanas

A investigação científica, a experimentação e a construção de conhecimentos significativos proporcionam uma base sólida para compreender o mundo natural e agir, de forma responsável e sustentável, consolidando um futuro mais justo e equitativo.

A BNCC estabelece um referencial importante para a Educação Básica no Brasil, definindo aprendizagens essenciais em diversas áreas do conhecimento. Em particular, as Ciências Humanas e o Ensino Religioso são destacadas por sua capacidade de contribuir para a formação ampla dos estudantes, promovendo uma educação que valoriza a diversidade cultural e religiosa e incentiva a convivência democrática.

As Ciências Humanas, compreendendo História, Geografia, Sociologia e Filosofia, são áreas do conhecimento que, no contexto escolar e educacional, intentam em desenvolver a reflexão crítica dos estudantes sobre a sociedade, a cultura e o espaço geográfico. A História, por exemplo, oferece uma perspectiva temporal, ajudando estudantes a entenderem os processos históricos que moldaram a sociedade brasileira e mundial. A Geografia, por sua vez, proporciona uma visão espacial, analisando a organização do espaço, as dinâmicas ambientais e sociais, como processos migratórios.

Aspectos estruturais das diversas sociedades são essenciais para a compreensão da nossa própria realidade. Dessa maneira, o conhecimento acerca da formação das diversas religiões, de suas localidades e difusões, suas constituições e dinâmicas de existências, além das suas próprias cosmogonias, trazem à luz a procura pela busca de reflexões amplas, complexas, porém essenciais para as relações sociais estabelecidas pelos estudantes em todo os seus espaços de interações com o próprio ambiente e de aplicações relativamente simples no cotidiano.

O referencial proposto pela BNCC, é distribuído da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

História e Geografia no Ensino Fundamental

1º ao 3º ano: Nesta fase, os alunos são introduzidos aos conceitos básicos de tempo e espaço, desenvolvendo noções de passado, presente e futuro. A história das comunidades locais e a geografia do entorno imediato são temas centrais, facilitando a construção de uma identidade social e espacial.

4º ao 5º ano: O currículo expande-se para incluir a história e geografia regionais e nacionais. As crianças estudam a formação da sociedade brasileira, incluindo a contribuição dos povos indígenas, africanos e europeus. A geografia do Brasil, com seus biomas, recursos naturais e diversidade cultural, também é explorada.

6º ao 9º ano: Os alunos ampliam sua compreensão para uma perspectiva global. Na história, são abordados períodos como a Antiguidade, a Idade Média, a Modernidade e a Contemporaneidade. Em geografia, são estudados os processos de globalização, urbanização, migrações e as questões ambientais globais.

Ensino Religioso e Diversidade Cultural

O Ensino Religioso, conforme a BNCC, é confessional e obrigatório, respeitando a diversidade cultural e religiosa do Brasil. Esse componente curricular promove o diálogo interreligioso e a convivência pacífica, contribuindo para a formação ética e moral dos estudantes.

1º ao 3º ano: Nesta etapa, o foco é o reconhecimento e respeito às diferentes manifestações religiosas presentes na comunidade. Valores como respeito, solidariedade e tolerância são enfatizados.

4º ao 5º ano: Os alunos aprofundam-se no conhecimento das tradições religiosas, suas histórias, símbolos e rituais. A convivência pacífica e o respeito às diversidades são temas centrais.

6º ao 9º ano: A análise das tradições religiosas no contexto global é intensificada, abordando-se as contribuições culturais e espirituais das diferentes religiões. Questões éticas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

morais são discutidas, promovendo a reflexão crítica sobre os valores e princípios que orientam as diferentes tradições religiosas.

A estrutura das discussões que a BNCC propõe às ciências humanas incentiva e contribui para uma abordagem integrada e interdisciplinar, permitindo que os estudantes relacionem conhecimentos e desenvolvam uma compreensão holística dos fenômenos estudados. Ressalta-se que essa integração é fundamental para a formação de cidadãos e cidadãs críticos e conscientes.

Como projetos de práticas interdisciplinares, reflete-se sobre práticas que integrem história, geografia e ensino religioso, como estudos sobre migrações e diásporas culturais, explorando causas, consequências e influências religiosas e culturais desses movimentos. Para a análise crítica de fontes, pode-se utilizar como recursos o uso de documentos históricos, relatos de viagens, cartas e mapas antigos para promover a análise crítica e interpretação dos eventos históricos e geográficos, relacionando-os às perspectivas religiosas e filosóficas da época.

É possível provocar possibilidades de debates e discussões sobre temas contemporâneos como globalização, mudanças climáticas, direitos humanos e justiça social, incentivando os alunos a relacionarem esses temas às diferentes visões de mundo e valores religiosos. Além disso, trabalham-se os contextos dentro e fora da escola, como a educação patrimonial, através de visitas a museus, sítios arqueológicos e centros culturais para vivenciar e compreender a diversidade cultural e religiosa, refletindo sobre a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural.

Dessa forma, a implementação de uma educação interdisciplinar, conforme a BNCC, apresenta desafios, como a necessidade de formação contínua de professores e a adaptação de materiais didáticos que contemplem a diversidade cultural e religiosa. No entanto, essas dificuldades são também oportunidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que valorizem a pluralidade e promovam uma educação inclusiva.

A abordagem interdisciplinar e integrada das Ciências Humanas e do Ensino Religioso,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

conforme a BNCC, é essencial para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de dialogar com a diversidade cultural e religiosa. Através de práticas pedagógicas inovadoras e reflexivas, é possível promover uma educação que valorize e respeite as diferentes tradições, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e abrangedora. A BNCC oferece um caminho para uma educação que não apenas transmite conhecimentos, mas também forma indivíduos preparados para atuar e transformar a sociedade em que vivem.

7.3 Proposta Pedagógica Curricular

A Proposta Pedagógica Curricular (PPC) no contexto educacional organiza o currículo e ancora-se em conceitos, metodologias, avaliações e objetos de conhecimentos indispensáveis ao desenvolvimento integral do estudante. Dentre os elementos de uma proposta curricular, elencam-se, neste documento, a Matriz curricular, Ementas; Metodologia de ensino, Avaliação e Carga horária.

7.3.1 O Caderno de Ementas

A Prefeitura de Palmas-TO, por meio da Secretaria Municipal da Educação, pretende, com o Caderno de Ementas e ações voltadas para a Reorientação Curricular, subsidiar o trabalho desenvolvido nas unidades educacionais em tempo integral, bem como garantir aos estudantes os direitos de aprendizagens indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, cognitivos e culturais em uma escola contemporânea.

As ementas representam momentos de leitura, estudo, tensões, conflitos e reflexões sobre o que ensinar nos componentes do Currículo Integrado e como se ensinar, a considerar a realidade regional, social e local; o cotidiano e as vivências dos estudantes; os conhecimentos científicos, tecnológicos, bem como os que são cobrados na sociedade em avaliações externas, processos seletivos, concurso, dos quais eles têm direito de aprender.

Neste contexto, o Caderno de Ementas destaca a importância da colaboração e fomenta a participação dos educadores a apresentarem sugestões que enriqueçam e aprimorem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

a proposta curricular para as ETI's. Nessa direção, como percurso metodológico, o processo de revisão inclui encontros para debate e reflexão acerca da reorientação curricular, proposta de Matriz Curricular, pensada por professores, gestores e equipe da SEMED. Além disso, para a apreciação e análise detalhada, sugere-se Dia "D" Pedagógico para debates em cada unidade escolar. Essas discussões são fundamentais para a coleta de *feedback* construtivo, as quais serão, posteriormente, consolidadas por meio de e-mail (divisaoce@semed.palmas.to.gov.br) e enviado a Equipe de Currículo da SEMED. Este mecanismo facilita a adequação das ementas de maneira colaborativa, a garantir que o processo seja não apenas participativo, mas também adaptativo a necessidades e realidades locais.

Assim, as ementas representam um convite aberto aos docentes para moldar currículos que reflitam os objetivos educacionais abrangentes e as particularidades locais, com a finalidade de garantir uma educação integral, inclusiva e verdadeiramente adaptada a realidades dos estudantes. Além disso, a introdução dos elementos das ementas no currículo escolar vai ao encontro dos princípios do Programa Educação em Tempo Integral, que visa à formação de jovens autônomos, solidários e competentes. Dessa maneira, a escola se torna um espaço de aprendizagem que respeita e celebra as diferenças, promove o desenvolvimento integral dos estudantes, bem como a participação ativa numa sociedade em constante transformação.

A integração das ementas dos componentes curriculares do Ensino Fundamental, em âmbito da educação integral em tempo integral, representa um passo significativo para a promoção de uma educação mais holística e adaptada com as necessidades contemporâneas dos estudantes. Este texto técnico delinea as estratégias e metodologias para a efetiva implementação das ementas, visando maximizar o potencial educativo e o desenvolvimento integral dos estudantes.

I. Entendimento e Planejamento

Antes de tudo, é crucial que os educadores e gestores compreendam profundamente as ementas dos componentes diversificados. Isso envolve analisar os objetivos, competências e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

habilidades a serem desenvolvidas, bem como os conteúdos específicos propostos. A partir daí, deve-se elaborar um plano de implementação que considere a integração desses componentes ao currículo já existente, garantindo desse modo uma abordagem interdisciplinar e contextualizada.

II. Formação Docente

A formação continuada dos docentes é essencial para que possam desenvolver práticas pedagógicas significativas ao processo de ensino e aprendizagem. Workshops, cursos e seminários sobre metodologias ativas de aprendizagem, estratégias de ensino interdisciplinar e uso de tecnologias educacionais podem garantir o aperfeiçoamento dos professores, a criarem experiências de aprendizagem ricas e engajadoras, alinhadas a ementas dos componentes integrados.

III. Desenvolvimento de Projetos Interdisciplinares

Os projetos interdisciplinares emergem como uma estratégia poderosa para a aplicação das ementas diversificadas. Ao projetar atividades que cruzem os limites tradicionais dos componentes curriculares, os educadores podem promover uma compreensão mais integrada do conhecimento, estimulando a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico dos alunos. Esses projetos devem ser planejados com objetivos claros, critérios de avaliação definidos e oportunidades para que os estudantes explorem seus interesses e conectem o aprendizado escolar com o mundo real.

IV. Uso de Tecnologias Educacionais

A tecnologia é uma aliada importante na implementação das ementas diversificadas. Ferramentas digitais podem ser utilizadas para acessar recursos educacionais variados, criar ambientes de aprendizagem colaborativa e personalizar o ensino para atender a necessidades individuais dos educandos. Plataformas de aprendizagem adaptativa, softwares educacionais e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

recursos multimídia podem enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e interativo.

V. Avaliação Formativa

A avaliação do processo de aprendizagem deve ser contínua e formativa, com foco no desenvolvimento progressivo das competências e habilidades previstas nas ementas. Isso implica utilizar diversas formas de avaliação, como portfólios, apresentações, projetos práticos e autoavaliação, que permitam aos estudantes refletirem sobre seu próprio progresso, e aos educadores ajustarem as estratégias pedagógicas conforme necessário.

VI. *Feedback* Contínuo

Adote práticas de avaliação formativa, fornecendo *feedback* regular e construtivo aos alunos. Isso não apenas apoia o desenvolvimento de habilidades específicas relacionadas aos componentes diversificados, mas também motiva os estudantes a refletirem sobre seu próprio aprendizado e a buscar melhorias contínuas.

VII. Portfólios Reflexivos

Encoraje os alunos a manterem portfólios reflexivos que possam documentar seu progresso, reflexões e trabalhos relacionados aos componentes do Currículo Integrado. Isso não apenas serve como uma ferramenta de avaliação para o professor, mas também promove a autoavaliação e o pensamento crítico entre os estudantes.

VIII. Envolver a Comunidade Escolar

Para garantir o sucesso da implementação das ementas, é fundamental envolver toda a comunidade escolar no processo. Pais, responsáveis e outros membros da comunidade podem contribuir com perspectivas valiosas, recursos e apoio. Além disso, parcerias com instituições locais, como universidades, museus e empresas, podem enriquecer o currículo com experiências práticas e conexões com o mundo fora da sala de aula.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

IX. Integração Curricular

O Currículo Integrado contempla o desenvolvimento integral e o uso de metodologias ativas, com o intuito de garantir o interesse e a curiosidade dos estudantes, além de tematizar e investigar, a partir do território, das identidades, e contextualizar aprendizagens.

X. Mapeamento Curricular

É importante mapear os pontos de conexão entre as ementas já existentes no currículo. Este mapeamento ajuda a encontrar oportunidades para a interdisciplinaridade, permitindo que os objetos de conhecimento complementem e enriqueçam os temas estudados.

XI. Planejamento Colaborativo

O trabalho em equipe com outros professores é de suma relevância para desenvolver projetos e atividades por meio da integração das áreas do conhecimento. A colaboração permite compartilhar ideias, recursos e estratégias, além de promover uma abordagem coesa à implementação curricular.

XII. Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP)

Utilizar a ABP para engajar os estudantes em investigações profundas sobre questões reais e relevantes, aplicando conhecimentos e habilidades de múltiplos componentes curriculares, pode contribuir com o ensino e aprendizagem. Portanto, é de extrema importância a escolha de temas que repercutam com os interesses de todos e estejam alinhados a ementas, incentivando a pesquisa, colaboração e apresentação de soluções criativas.

XIII. Tecnologia como Ferramenta de Aprendizagem

A integração das tecnologias educacionais ao currículo pode enriquecer as experiências de aprendizagem, pois as ferramentas digitais ajudam a explorar os componentes curriculares de maneira inovadora, seja através de simulações, jogos educativos, plataformas de colaboração online ou recurso multimídia, tornando o aprendizado mais interativo e acessível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

XIV. Para Refletir

Ao implementar essas estratégias, os professores podem, de fato, incorporar as ementas dos componentes ao currículo do Ensino Fundamental integral de tempo integral. Nesse sentido, é possível enriquecer a experiência educativa dos estudantes com aprendizados significativos e contextualizados. Essa prática requer compromisso com a formação docente, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, o uso estratégico de tecnologias educacionais e uma abordagem avaliativa formativa. Dessa forma, por meio dessas estratégias, as escolas podem oferecer uma educação que não apenas atenda aos requisitos curriculares, mas que também permitam que os estudantes enfrentem os desafios e oportunidades do século XXI.

7.3.2 Proposta de Matriz Curricular

A Proposta de Matriz Curricular para a educação integral em tempo integral do Município de Palmas-TO - compromete-se com a formação democrática, inclusiva, antirracista, solidária, cidadã, por meio de práticas de liberdade (Freire,1997). O Currículo Integrado “considera o protagonismo do estudante, amplia e articula diferentes experiências educativas, sociais, culturais e esportivas em espaços dentro e fora da escola, com a participação da comunidade escolar nos processos educativos e na gestão escolar”.

Quadro 5 - Currículo Integrado das Escolas de Tempo Integral.

Área do conhecimento	Componentes Curriculares	Currículo Integrado	Sugestão de Formação Inicial²
Ciências da Natureza	Ciências	Letramento Científico	Ciências Biológicas ou Biologia
		Agroecologia e/ou animal	Educação do Campo, Agroecologia ou Ciências Biológicas ou Biologia

²A formação inicial do(a) professor(a) responsável pela regência nos anos iniciais do Ensino Fundamental é o profissional com graduação em Pedagogia ou Normal Superior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Área do conhecimento	Componentes Curriculares	Currículo Integrado	Sugestão de Formação Inicial²	
Ciências Humanas	História	Cultura e Sociedade Projeto de Vida Saberes do Campo	História, Geografia ou Filosofia	
	Geografia			
	Ensino Religioso			
Matemática	Matemática	Educação Financeira	Matemática	
Linguagens	Língua Portuguesa	Leitura e Produção de Texto	Letras/Português	
	Língua Inglesa	Língua Inglesa	Letras/Língua Inglesa	
	Libras	Libras	Letras/Libras	
	Arte	Teatro / Música / Artes Visuais	Arte - Teatro / Arte - Música / Arte - Artes Visuais	
	Educação Física/Arte	Dança	Arte/Dança ou Educação Física	
	Educação Física		Esportes	Educação Física
			Jogos	Educação Física
Lutas			Educação Física	

Fonte: Elaboração própria, SEMED/Palmas-TO.

A Matriz Curricular da educação integral em tempo integral do Município de Palmas considera as proposições a seguir:

I. A organização curricular da rede municipal de ensino de Palmas ancora-se na concepção de Currículo Integrado e integrador de experiências, que valoriza a diversidade étnico-racial, sociocultural, socioespacial, linguística, sexual e de gênero e da pessoa com deficiência. O currículo atravessado a) pela pesquisa científica, b) pelas práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer, c) pelas tecnologias da comunicação e informação, d) por uma cultura de paz e direitos humanos, e) pela relação com a natureza e preservação do meio ambiente, f) por práticas de cuidado e saúde integral.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

II. O currículo da escola do campo é desenvolvido em regime de alternância, no modo tempo escola - compreendendo quatro dias letivos semanais de aula, no âmbito escolar e no âmbito da comunidade/sociedade e tempo comunidade, que constitui um dia da semana em que o estudante permanece com sua família, participando das atividades e vivências do seu núcleo familiar e de vizinhança (esse dia é computado como dia letivo, pois, além da integração à rotina do cotidiano familiar, o estudante realizará atividades de pesquisa relacionadas aos eixos temáticos, sob orientação do professor, as quais serão registradas e formalizadas no caderno do campo.

III. O monitoramento da aprendizagem no Ciclo Sequencial de Alfabetização (CSA) não deve ter caráter classificatório no final do ciclo.

IV. Os Temas Contemporâneos Transversais (TCT's), na BNCC, permeiam as diferentes áreas do conhecimento e não se limitam a componentes curriculares específicos, estes, por sua vez, devem ser abordados de forma inter/transdisciplinar e integrada à educação integral.

V. Os TCT's estão organizados em 6 (seis) macro áreas temáticas, a saber: Meio Ambiente (Educação Ambiental e Educação para o consumo); Ciência e Tecnologia; Multiculturalismo (Diversidade Cultural, Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras); Cidadania e civismo (Vida Familiar e Social; Educação para o trânsito; Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso); Economia (Trabalho, Educação financeira, Educação Fiscal); Saúde (Saúde, Educação Alimentar e Nutricional).

VI. História e Geografia do Tocantins compõem os programas de História e Geografia, respectivamente, da área de Ciências Humanas.

VII. O componente Curricular Ensino Religioso é de oferta obrigatória por parte da unidade educacional e de matrícula facultativa pelo estudante.

VIII. A música (Educação Musical) deve ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo (contemplado também a linguagens artísticas), conforme a Lei Nº 11.769/08 que foi acrescida na Lei de Nº 9394/96, art. 26 § 6º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

IX. Esportes é uma unidade temática do Componente Curricular de Educação Física, que contempla todas as práticas corporais mais institucionalizadas, com regras formais e comparações de desempenho entre indivíduos ou grupos que competem entre si. Em relação ao esporte, cabe adequação à realidade da unidade educacional, de acordo com as seguintes categorias dos esportes: a) rede, b) marca, c) precisão, d) invasão, e) taco, f) combate e g) técnicos-combinatórios.

O componente pode ser trabalhado como natação nas unidades educacionais que possuem piscina.

X. O(A) professor(a) de Educação Física, dos Anos Finais, pode ter de 4 (para a jornada de trabalho de 20 horas semanais) a 6 horas aulas (para a jornada de trabalho de 40 horas semanais) de sua carga horária destinada ao projeto de TEE (Art. 19, Instrução Normativa nº 01/2019, publicada no Diário Oficial do Município de Palmas nº 2.381, em 29 de novembro de 2019).

XI. As aulas de Projeto de Vida buscam desenvolver o autoconhecimento, valores, habilidades e o hábito de sonhar nos estudantes, a fim de melhorar as relações sociais e a vida em sociedade, promovendo o respeito, a solidariedade e o protagonismo social.

XII. A oferta de ensino da língua brasileira de sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica é obrigatória.

XIII. O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório em todas as escolas públicas e particulares da Educação Básica (Lei 11/645/08).

Isto posto, é preciso reafirmar o lugar e a função social da educação integral, tendo em vista que visa garantir além do acesso à escola, o reconhecimento de diferentes formas de aprender por meio da articulação entre escola e território, esporte, lazer, cultura, artes e educação ambiental.

A seguir, dispõem-se as Matrizes Curriculares das escolas de tempo integral, nas diferentes etapas do ensino.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
 Telefones: (63)3212-7512/7503

MATRIZ CURRICULAR DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DO CAMPO - ANOS INICIAIS EF (1º AO 5º ANO)

Dias Letivos Anuais: 200 Duração da hora-aula: 60 minutos			Regime: Anual Carga Horária: 7.000				
CURRÍCULO INTEGRADO	Área do Conhecimento	Componente Curricular	CARGA HORÁRIA SEMANAL (1º AO 5º ANO)		CARGA HORÁRIA ANNUAL (1º AO 5º ANO)		CARGA HORÁRIA TOTAL
			TEMPO ESCOLA	TEMPO COMUNIDADE	TEMPO ESCOLA	TEMPO COMUNIDADE	
CURRÍCULO INTEGRADO	Linguagens	Língua Portuguesa	4	1	160	40	1.000
		Arte	1	-	40	-	200
		Educação Física	2	-	80	-	400
		Língua Inglesa	1	-	40	-	200
	Matemática	Matemática	5	1	200	40	1.200
	Ciências Humanas	História	2	1	80	40	600
		Geografia	2	1	80	40	600
	Ciências da Natureza	Ciências	2	1	80	40	600
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	1	-	40	-	200
	SUBTOTAL			20	5	800	200
CURRÍCULO INTEGRADO	Linguagens	Leitura e Produção de Texto	1	1	40	40	400
		Libras	1	-	40	-	200
		Esportes e/ou Lutas	1	-	40	-	200
		Teatro	1	-	40	-	200
		Artes Visuais	1	-	40	-	200
	Matemática	Educação Financeira	1	-	40	-	200
	Ciências da Natureza	Educação Agroecológica e/ou Animal	1	1	40	40	400
	Ciências Humanas	Saberes do Campo	1	-	40	-	200
SUBTOTAL			8	2	320	80	2.000
CARGA HORÁRIA TOTAL			28	7	1.120	280	7.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

OBSERVAÇÕES:

- I. A organização curricular da rede municipal de ensino de Palmas ancora-se na concepção de Currículo Integrado e integrador de experiências, que valoriza a diversidade étnico-racial, sociocultural, socioespacial, linguística, sexual e de gênero e da pessoa com deficiência. O currículo atravessado a) pela pesquisa científica, b) pelas práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer, c) pelas tecnologias da comunicação e informação, d) por uma cultura de paz e direitos humanos, e) pela relação com a natureza e preservação do meio ambiente, f) por práticas de cuidado e saúde integral.
- II. O currículo da escola do campo é desenvolvido em regime de alternância, no modo tempo escola - compreendendo quatro dias letivos semanais de aula, no âmbito escolar e no âmbito da comunidade/sociedade e tempo comunidade, que constitui um dia da semana em que o estudante permanece com sua família, participando das atividades e vivências do seu núcleo familiar e de vizinhança (esse dia é computado como dia letivo, pois, além da integração à rotina do cotidiano familiar, o estudante realizará atividades de pesquisa relacionadas aos eixos temáticos, sob orientação do professor, as quais serão registradas e formalizadas no caderno do campo.
- III. O monitoramento da aprendizagem no Ciclo Sequencial de Alfabetização não deve ter caráter classificatório no final do ciclo.
- IV. Os Temas Contemporâneos Transversais (TCT's), na BNCC, permeiam as diferentes áreas do conhecimento e não se limitam a componentes curriculares específicos, estes, por sua vez, devem ser abordados de forma inter/transdisciplinar e integrada à educação integral.
- V. Os TCT's estão organizados em 6 (seis) macro áreas temáticas, a saber: Meio Ambiente (Educação Ambiental e Educação para o consumo); Ciência e Tecnologia; Multiculturalismo (Diversidade Cultural, Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras); Cidadania e civismo (Vida Familiar e Social; Educação para o trânsito; Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso); Economia (Trabalho, Educação financeira, Educação Fiscal); Saúde (Saúde, Educação Alimentar e Nutricional).

VI. História e Geografia do Tocantins compõem os programas de História e Geografia, respectivamente, da área de Ciências Humanas.

VII. O componente Curricular Ensino Religioso é de oferta obrigatória por parte da UE e de matrícula facultativa pelo estudante.

VIII. A música (Educação Musical) deve ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo (contemplado também a linguagens artísticas), conforme a Lei Nº 11.769/08 que foi acrescida na Lei de Nº 9394/96, art. 26 § 6º.

IX. Esportes é uma unidade temática do Componente Curricular de Educação Física, que contempla todas as práticas corporais mais institucionalizadas, com regras formais e comparações de desempenho entre indivíduos ou grupos que competem entre si. Em relação ao esporte, cabe adequação à realidade da unidade educacional, de acordo com as seguintes categorias dos esportes: a) rede, b) marca, c) precisão, d) invasão, e) taco, f) combate e g) técnicos-combinatórios. O componente pode ser trabalhado como natação nas unidades educacionais que têm piscina.

X. O(A) professor(a) de Educação Física, dos Anos Finais, pode ter de 4 (para a jornada de trabalho de 20 horas semanais) a 6 horas aulas (para a jornada de trabalho de 40 horas semanais) de sua carga horária destinada ao projeto de TEE (art. 19, Instrução Normativa nº 01/2019, publicada no Diário Oficial do Município de Palmas nº 2.381, de 29/11/2019).

XI. As aulas de Projeto de Vida buscam desenvolver o autoconhecimento, valores, habilidades e o hábito de sonhar nos estudantes, a fim de melhorar as relações sociais e a vida em sociedade, promovendo o respeito, a solidariedade e o protagonismo social.

XII. A oferta de ensino da língua brasileira de sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica é obrigatória.

XIII. O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório em todas as escolas públicas e particulares da Educação Básica (Lei 11/645/08).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

MATRIZ CURRICULAR DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL URBANAS - ANOS INICIAIS EF (1º AO 5º ANO)

Vigência: a partir de 2025		Dias Letivos Anuais: 200					Regime: Anual						
Dias Letivos Semanais: 05		Duração da hora-aula: 60 minutos					Carga Horária: 8.000						
CARGA HORÁRIA SEMANAL							CARGA HORÁRIA ANUAL					CARGA HORÁRIA TOTAL	
Área do Conhecimento	Componentes Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano		
CURRÍCULO INTEGRADO	Linguagens	Língua Portuguesa	6	6	6	6	6	240	240	240	240	240	1.200
		Arte	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
		Educação Física	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	400
		Língua Inglesa	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
	Matemática	Matemática	6	6	6	6	6	240	240	240	240	240	1.200
	Ciências Humanas	História	3	3	3	3	3	120	120	120	120	120	600
		Geografia	3	3	3	3	3	120	120	120	120	120	600
	Ciências da Natureza	Ciências	3	3	3	3	3	120	120	120	120	120	600
Ensino Religioso	Ensino Religioso	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200	
SUBTOTAL		26	26	26	26	26	1.040	1.040	1.040	1.040	1.040	5.200	
CURRÍCULO INTEGRADO	Linguagens	Leitura e Produção de Texto	3	3	3	3	3	120	120	120	120	120	600
		Libras	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
		Teatro	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
		Dança	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
		Música	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
		Esportes	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	400
		Jogos	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
		Lutas	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
	Matemática	Educação Financeira	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
	Ciências da Natureza	Letramento Científico	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
Ciências Humanas	Cultura e Sociedade	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200	
SUBTOTAL		14	14	14	14	14	560	560	560	560	560	2.800	
CARGA HORÁRIA TOTAL		40	40	40	40	40	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	8.000	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

OBSERVAÇÕES:

I. A organização curricular da rede municipal de ensino de Palmas ancora-se na concepção de Currículo Integrado e integrador de experiências, que valoriza a diversidade étnico-racial, sociocultural, socioespacial, linguística, sexual e de gênero e da pessoa com deficiência. O currículo atravessado

- a) pela pesquisa científica,
- b) pelas práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer,
- c) pelas tecnologias da comunicação e informação,
- d) por uma cultura de paz e direitos humanos,
- e) pela relação com a natureza e preservação do meio ambiente,
- f) por práticas de cuidado e saúde integral.

II. O currículo da escola do campo é desenvolvido em regime de alternância, no modo tempo escola - compreendendo quatro dias letivos semanais de aula, no âmbito escolar e no âmbito da comunidade/sociedade e tempo comunidade, que constitui um dia da semana em que o estudante permanece com sua família, participando das atividades e vivências do seu núcleo familiar e de vizinhança (esse dia é computado como dia letivo, pois, além da integração à rotina do cotidiano familiar, o estudante realizará atividades de pesquisa relacionadas aos eixos temáticos, sob orientação do professor, as quais serão registradas e formalizadas no caderno do campo.

III. O monitoramento da aprendizagem no Ciclo Sequencial de Alfabetização não deve ter caráter classificatório no final do ciclo.

IV. Os Temas Contemporâneos Transversais (TCT's), na BNCC, permeiam as diferentes áreas do conhecimento e não se limitam a componentes curriculares específicos, estes, por sua vez, devem ser abordados de forma inter/transdisciplinar e integrada à educação integral.

V. Os TCT's estão organizados em 6 (seis) macro áreas temáticas, a saber: Meio Ambiente (Educação Ambiental e Educação para o consumo); Ciência e Tecnologia; Multiculturalismo (Diversidade Cultural, Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras); Cidadania e civismo (Vida Familiar e Social; Educação para o trânsito; Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso); Economia (Trabalho, Educação financeira, Educação Fiscal); Saúde (Saúde, Educação Alimentar e Nutricional).

VI. História e Geografia do Tocantins compõem os programas de História e Geografia, respectivamente, da área de Ciências Humanas.

VII. O componente Curricular Ensino Religioso é de oferta obrigatória por parte da UE e de matrícula facultativa pelo estudante.

VIII. A música (Educação Musical) deve ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo (contemplado também a linguagens artísticas), conforme a Lei Nº 11.769/08 que foi acrescentada na Lei de Nº 9394/96, art. 26 § 6º.

IX. Esportes é uma unidade temática do Componente Curricular de Educação Física, que contempla todas as práticas corporais mais institucionalizadas, com regras formais e comparações de desempenho entre indivíduos ou grupos que competem entre si. Em relação ao esporte, cabe adequação à realidade da unidade educacional, de acordo com as seguintes categorias dos esportes: a) rede, b) marca, c) precisão, d) invasão, e) taco, f) combate e g) técnicos-combinatórios. O componente pode ser trabalhado como natação nas unidades educacionais que têm piscina.

X. O(A) professor(a) de Educação Física, dos Anos Finais, pode ter de 4 (para a jornada de trabalho de 20 horas semanais) a 6 horas aulas (para a jornada de trabalho de 40 horas semanais) de sua carga horária destinada ao projeto de TEE (art. 19, Instrução Normativa nº 01/2019, publicada no Diário Oficial do Município de Palmas nº 2.381, de 29/11/2019).

XI. As aulas de Projeto de Vida buscam desenvolver o autoconhecimento, valores, habilidades e o hábito de sonhar nos estudantes, a fim de melhorar as relações sociais e a vida em sociedade, promovendo o respeito, a solidariedade e o protagonismo social.

XII. A oferta de ensino da língua brasileira de sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica é obrigatória.

XIII. O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório em todas as escolas públicas e particulares da Educação Básica (Lei 11/645/08).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

MATRIZ CURRICULAR DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL URBANAS - ANOS FINAIS EF (6º AO 9º ANO)

Vigência: a partir de 2025 Dias Letivos Semanais: 05		Dias Letivos Anuais: 200 Duração da hora-aula: 60 minutos								Regime: Anual Carga Horária: 6.400	
CURRÍCULO INTEGRADO	Área do Conhecimento	Componentes Curriculares	CARGA HORÁRIA SEMANAL				CARGA HORÁRIA ANUAL				CARGA HORÁRIA TOTAL
			6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	
CURRÍCULO INTEGRADO	Linguagens	Língua Portuguesa	5	5	5	5	200	200	200	200	800
		Arte	1	1	1	1	40	40	40	40	160
		Educação Física	2	2	2	2	80	80	80	80	320
		Língua Inglesa	2	2	2	2	80	80	80	80	320
	Matemática	Matemática	5	5	5	5	200	200	200	200	800
	Ciências Humanas	História	3	3	3	3	120	120	120	120	480
		Geografia	3	3	3	3	120	120	120	120	480
	Ciências da Natureza	Ciências	3	3	3	3	120	120	120	120	480
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	1	1	1	1	40	40	40	40	160
SUBTOTAL			25	25	25	25	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
CURRÍCULO INTEGRADO	Linguagens	Leitura e Produção de Texto	2	2	2	2	80	80	80	80	320
		Libras	1	1	1	1	40	40	40	40	160
		Artes visuais	1	1	1	1	40	40	40	40	160
		Teatro	1	1	1	1	40	40	40	40	160
		Dança	1	1	1	1	40	40	40	40	160
		Música	1	1	1	1	40	40	40	40	160
		Esportes	2	2	2	2	80	80	80	80	320
		Jogos	1	1	1	1	40	40	40	40	160
		Lutas	1	1	1	1	40	40	40	40	160
	Matemática	Educação Financeira	1	1	1	1	40	40	40	40	160
	Ciências da Natureza	Letramento Científico	1	1	1	1	40	40	40	40	160
	Ciências Humanas	Cultura e Sociedade	1	1	1	1	40	40	40	40	160
		Projeto de Vida	1	1	1	1	40	40	40	40	160
SUBTOTAL			15	15	15	15	600	600	600	600	2.400
CARGA HORÁRIA TOTAL			40	40	40	40	1.600	1.600	1.600	1.600	6.400



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

OBSERVAÇÕES:

I. A organização curricular da rede municipal de ensino de Palmas ancora-se na concepção de Currículo Integrado e integrador de experiências, que valoriza a diversidade étnico-racial, sociocultural, socioespacial, linguística, sexual e de gênero e da pessoa com deficiência. O currículo atravessado:

- a) pela pesquisa científica,
- b) pelas práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer,
- c) pelas tecnologias da comunicação e informação,
- d) por uma cultura de paz e direitos humanos,
- e) pela relação com a natureza e preservação do meio ambiente,
- f) por práticas de cuidado e saúde integral.

II. O currículo da escola do campo é desenvolvido em regime de alternância, no modo tempo escola - compreendendo quatro dias letivos semanais de aula, no âmbito escolar e no âmbito da comunidade/sociedade e tempo comunidade, que constitui um dia da semana em que o estudante permanece com sua família, participando das atividades e vivências do seu núcleo familiar e de vizinhança (esse dia é computado como dia letivo, pois, além da integração à rotina do cotidiano familiar, o estudante realizará atividades de pesquisa relacionadas aos eixos temáticos, sob orientação do professor, as quais serão registradas e formalizadas no caderno do campo.

III. O monitoramento da aprendizagem no Ciclo Sequencial de Alfabetização não deve ter caráter classificatório no final do ciclo.

IV. Os Temas Contemporâneos Transversais (TCT's), na BNCC, permeiam as diferentes áreas do conhecimento e não se limitam a componentes curriculares específicos, estes, por sua vez, devem ser abordados de forma inter/transdisciplinar e integrada à educação integral.

V. Os TCT's estão organizados em 6 (seis) macro áreas temáticas, a saber: Meio Ambiente (Educação Ambiental e Educação para o consumo); Ciência e Tecnologia; Multiculturalismo (Diversidade Cultural, Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras); Cidadania e civismo (Vida Familiar e Social; Educação para o trânsito;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso); Economia (Trabalho, Educação financeira, Educação Fiscal); Saúde (Saúde, Educação Alimentar e Nutricional).

VI. História e Geografia do Tocantins compõem os programas de História e Geografia, respectivamente, da área de Ciências Humanas.

VII. O componente Curricular Ensino Religioso é de oferta obrigatória por parte da UE e de matrícula facultativa pelo estudante.

VIII. A música (Educação Musical) deve ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo (contemplado também a linguagens artísticas), conforme a Lei Nº 11.769/08 que foi acrescida na Lei de Nº 9394/96, art. 26 § 6º.

IX. Esportes é uma unidade temática do Componente Curricular de Educação Física, que contempla todas as práticas corporais mais institucionalizadas, com regras formais e comparações de desempenho entre indivíduos ou grupos que competem entre si. Em relação ao esporte, cabe adequação à realidade da unidade educacional, de acordo com as seguintes categorias dos esportes: a) rede, b) marca, c) precisão, d) invasão, e) taco, f) combate e g) técnicos-combinatórios. O componente pode ser trabalhado como natação nas unidades educacionais que têm piscina.

X. O(A) professor(a) de Educação Física, dos Anos Finais, pode ter de 4 (jornada de trabalho de 20 horas semanais) a 6 horas aulas (jornada de trabalho de 40 horas semanais) de sua carga horária destinada ao projeto de TEE (art. 19, Instrução Normativa nº 01/2019, publicada no Diário Oficial do Município de Palmas nº 2.381, de 29/11/2019).

XI. As aulas de Projeto de Vida buscam desenvolver o autoconhecimento, valores, habilidades e o hábito de sonhar nos estudantes, a fim de melhorar as relações sociais e a vida em sociedade, promovendo o respeito, a solidariedade e o protagonismo social.

XII. A oferta de ensino da língua brasileira de sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica é obrigatória.

XIII. O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório em todas as escolas públicas e particulares da Educação Básica (Lei 11/645/08).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

MATRIZ CURRICULAR DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DO CAMPO – ANOS FINAIS EF (6º AO 9º ANO)

Vigência: A partir de 2025 Dias Letivos Semanais: 05		Dias Letivos Anuais: 200 Duração da hora-aula: 60 minutos		Regime: Anual Carga Horária: 5.600			
CURRÍCULO INTEGRADO	Área do Conhecimento	Componente Curricular	CARGA HORÁRIA SEMANAL 6º AO 9º ANO		CARGA HORÁRIA ANUAL 6º AO 9º ANO		CARGA HORÁRIA TOTAL 6º AO 9º ANO
			TEMPO ESCOLA	TEMPO COMUNIDADE	TEMPO ESCOLA	TEMPO COMUNIDADE	
CURRÍCULO INTEGRADO	Linguagens	Língua Portuguesa	4	1	160	40	800
		Arte	1	-	40	-	160
		Educação Física	2	-	80	-	320
		Língua Inglesa	2	-	80	-	320
	Matemática	Matemática	4	1	160	40	800
	Ciências Humanas	História	2	1	80	40	480
		Geografia	2	1	80	40	480
	Ciências da Natureza	Ciências	2	1	80	40	480
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	1	-	40	-	160
	SUBTOTAL		20	5	800	200	4000
CURRÍCULO INTEGRADO	Linguagens	Leitura e Produção de Texto	1	-	40	-	160
		Libras	1	-	40	-	160
		Esportes e/ou Lutas	1	-	40	-	160
		Teatro	1	-	40	-	160
	Matemática	Educação Financeira	1	-	40	-	160
	Ciências da Natureza	Educação Agroecológica e/ou Animal	1	1	40	40	320
	Ciências Humanas	Projeto de Vida	1	1	40	40	320
		Saberes do Campo	1	-	40	-	160
SUBTOTAL		8	2	320	80	1600	
CARGA HORÁRIA TOTAL		28	7	1120	280	5600	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

OBSERVAÇÕES:

- I. A organização curricular da rede municipal de ensino de Palmas ancora-se na concepção de Currículo Integrado e integrador de experiências, que valoriza a diversidade étnico-racial, sociocultural, socioespacial, linguística, sexual e de gênero e da pessoa com deficiência. O currículo atravessado a) pela pesquisa científica, b) pelas práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer, c) pelas tecnologias da comunicação e informação, d) por uma cultura de paz e direitos humanos, e) pela relação com a natureza e preservação do meio ambiente, f) por práticas de cuidado e saúde integral.
- II. O currículo da escola do campo é desenvolvido em regime de alternância, no modo tempo escola - compreendendo quatro dias letivos semanais de aula, no âmbito escolar e no âmbito da comunidade/sociedade e tempo comunidade, que constitui um dia da semana em que o estudante permanece com sua família, participando das atividades e vivências do seu núcleo familiar e de vizinhança (esse dia é computado como dia letivo, pois, além da integração à rotina do cotidiano familiar, o estudante realizará atividades de pesquisa relacionadas aos eixos temáticos, sob orientação do professor, as quais serão registradas e formalizadas no caderno do campo.
- III. O monitoramento da aprendizagem no Ciclo Sequencial de Alfabetização não deve ter caráter classificatório no final do ciclo.
- IV. Os Temas Contemporâneos Transversais (TCT's), na BNCC, permeiam as diferentes áreas do conhecimento e não se limitam a componentes curriculares específicos, estes, por sua vez, devem ser abordados de forma inter/transdisciplinar e integrada à educação integral.
- V. Os TCT's estão organizados em 6 (seis) macro áreas temáticas, a saber: Meio Ambiente (Educação Ambiental e Educação para o consumo); Ciência e Tecnologia; Multiculturalismo (Diversidade Cultural, Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras); Cidadania e civismo (Vida Familiar e Social; Educação para o trânsito; Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso); Economia (Trabalho, Educação financeira, Educação Fiscal); Saúde (Saúde, Educação Alimentar e Nutricional).

VI. História e Geografia do Tocantins compõem os programas de História e Geografia, respectivamente, da área de Ciências Humanas.

VII. O componente Curricular Ensino Religioso é de oferta obrigatória por parte da UE e de matrícula facultativa pelo estudante.

VIII. A música (Educação Musical) deve ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo (contemplado também a linguagens artísticas), conforme a Lei Nº 11.769/08 que foi acrescida na Lei de Nº 9394/96, art. 26 § 6º.

IX. Esportes é uma unidade temática do Componente Curricular de Educação Física, que contempla todas as práticas corporais mais institucionalizadas, com regras formais e comparações de desempenho entre indivíduos ou grupos que competem entre si. Em relação ao esporte, cabe adequação à realidade da unidade educacional, de acordo com as seguintes categorias dos esportes: a) rede, b) marca, c) precisão, d) invasão, e) taco, f) combate e g) técnicos-combinatórios. O componente pode ser trabalhado como natação nas unidades educacionais que têm piscina.

X. O(A) professor(a) de Educação Física, dos Anos Finais, pode ter de 4 (para a jornada de trabalho de 20 horas semanais) a 6 horas aulas (para a jornada de trabalho de 40 horas semanais) de sua carga horária destinada ao projeto de TEE (art. 19, Instrução Normativa nº 01/2019, publicada no Diário Oficial do Município de Palmas nº 2.381, de 29/11/2019).

XI. As aulas de Projeto de Vida buscam desenvolver o autoconhecimento, valores, habilidades e o hábito de sonhar nos estudantes, a fim de melhorar as relações sociais e a vida em sociedade, promovendo o respeito, a solidariedade e o protagonismo social.

XII. A oferta de ensino da língua brasileira de sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica é obrigatória.

XIII. O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório em todas as escolas públicas e particulares da Educação Básica (Lei 11/645/08).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

7.4 Aperfeiçoamento Profissional à Luz da Educação Integral em Tempo Integral

Diante da Proposta Pedagógica Curricular para o Ensino Fundamental, compreende-se que a rede de ensino de Palmas, acolhe as diferentes áreas do conhecimento pelo currículo integrado e integrador, valorizando a pluralidade cultural e social, a ciência, a tecnologia, o lazer, os esportes, o teatro, a dança, a música e os saberes do território, com um projeto educativo de formação integral do sujeito.

Neste contexto, o projeto de aperfeiçoamento profissional continuado deve considerar as particularidades da educação integral em tempo integral, tendo como ponto de partida e chegada os saberes e os conhecimentos que os profissionais da educação mobilizam nas salas de aula e nas escolas para desenvolver habilidades e competências dos estudantes.

Nessa direção, reverbera a emergência de se pensar na formação continuada dos profissionais da educação, visto que são eles que colocam em prática o que é previsto para o ensino na sala de aula por meio da ação pedagógica. É preciso, segundo Celani, (2000, p. 26), fornecer ao docente “os instrumentos básicos conceituais e operacionais, em caráter de urgência e de emergência”. Para isso, os professores

[...] devem desenvolver um conjunto de competências profissionais que os qualifiquem para colocar em prática as dez competências gerais, bem como as aprendizagens essenciais previstas na BNCC, cuja perspectiva é a de oferecer uma educação integral para todos os estudantes, visando não apenas superar a vigente desigualdade educacional, mas também assegurar uma educação de qualidade para todas as identidades sobre as quais se alicerça a população brasileira (Brasil, CNE, 2019, p. 1).

O currículo da escola em tempo integral exige reflexão sobre como ressignificar o tempo, os saberes, os espaços, as relações sociais e de ensino e aprendizagem nas escolas, tendo em vista que se almeja a superação do modelo de ensino voltado para a transmissão do conhecimento. Para a educação integral em tempo integral, faz-se necessário que se ofereça formação continuada a fim de superar os desafios enfrentados pelos profissionais nas escolas. Nesse sentido, requer “tempo para refletir, planejar, trocar experiências entre os pares e organizar as práticas na escola” (PEI, p. 34), a fim de fortalecer e ampliar a cultura democrática



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

e cidadã para a formação multidimensional.

O aperfeiçoamento profissional, à luz da educação integral, baseia-se na inter/transdisciplinaridade, na integração dos saberes. Nessa lógica, exige que o docente esteja preparado para viver integralmente no tempo e espaço, de forma crítica, participativa e politizada. Para tanto, é preciso dar condições ao professor para que a prática pedagógica esteja além do processo formal de ensino, dos conteúdos disciplinares.

Quando o professor integra os componentes curriculares e áreas do conhecimento, ressignifica e estimula o ato criativo do estudante e abandona o ensino fragmentado que perdura ao longo do tempo no fazer pedagógico. É preciso quebrar paradigmas, repensar a prática docente, a fim de construir e reconstruir a apropriação do conhecimento pela articulação de novos saberes, novos conceitos e metodologias, tendo como finalidade o desenvolvimento do sujeito em sua totalidade.

De acordo com o PEI (2024, p. 35), as formações continuadas devem oferecer suporte aos profissionais que trabalham em escolas de tempo integral que superem a fragmentação do conhecimento e extrapolem os espaços tradicionais da escola, com o intuito de superar os desafios que emergem no contexto educacional. Nessa dimensão, “requer a formação de um professor que compreenda o seu trabalho como uma prática social; que tenha pré-disposição para mudanças e realize ensaios de novos modos de trabalho pedagógico, refletindo criticamente sobre sua prática”.

O trabalho na perspectiva da educação integral em tempo integral implica na necessidade de professores que se adequem as mudanças que emergem na educação, a fim de que o ensino e a aprendizagem sejam significativos e enriquecedores para os estudantes, superando os desafios da Educação Básica. Nesse sentido,

a formação para professores em atividade deve ser pensada na perspectiva do seu desenvolvimento profissional e isso requer não só considerar o professor como sujeito da formação, como também problematizar elementos do seu contexto específico de trabalho. Para isso, devem-se valorizar períodos de estudo, pesquisa, planejamento, teorização, troca de experiências, o desenvolvimento da autonomia do professor, a importância do trabalho em equipe e o contexto político e social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Um dos principais objetivos da formação continuada é auxiliar os professores a enfrentar os desafios contemporâneos da educação e da sociedade: as desigualdades sociais, a diversidade sociocultural, a inclusão de estudantes e grupos sociais historicamente vulnerabilizados, como, por exemplo, pessoas com deficiência (PEI, 2024, p. 35).

Neste contexto, o(a) professor(a) que trabalha na escola de educação integral em tempo integral se depara diariamente com diferentes desafios, principalmente, porque a prática pedagógica vai além da sala de aula, dos muros da escola. Assim, a formação continuada depende substancialmente das questões que emergem da atuação direta da prática docente, visto que os educadores estão em um real contexto de aprendizagem onde “se aprende a fazer fazendo”: errando, acertando, tendo problemas a resolver, discutindo, construindo hipóteses, observando, revendo, argumentando, tomando decisões, pesquisando, olhando outras práticas e realidades, e se inspirando com experiências exitosas. Portanto, é preciso considerar:

- a escuta e o diálogo com a categoria docente e os profissionais da educação da rede na busca de arranjos e soluções que devem se adequar à realidade local;
- a valorização profissional garantida pela gestão pública local por meio do compromisso e instrumentos para a melhoria das condições laborais, do plano de carreira e da formação,
- a elevação ou compatibilização da remuneração do professor em face da jornada de tempo integral para que possa exercer suas funções em uma única escola e participar efetivamente da vida da comunidade;
- a melhoria da infraestrutura física das escolas com ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e o desenvolvimento integral;
- o debate curricular nos cursos de formação inicial e continuada (PEI, 2024, p. 35).

No conjunto de ações voltadas ao aperfeiçoamento profissional, podem-se destacar cursos de extensão, especialização, pós-graduação, workshops, seminários, relato de experiências, formação em serviço, dentre outras modalidades de capacitação. Tudo isso deve atender aos diferentes profissionais que atuam na escola, “como aqueles dedicados ao apoio aos estudantes, à alimentação escolar, à limpeza, ao atendimento à comunidade”, tendo em vista que eles exercem função educadora.

Diante da realidade de educação integral em tempo integral, a Secretaria Municipal de Educação de Palmas, juntamente com as unidades educacionais, integra e ampara os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

profissionais que exercem suas funções em jornada integral, tendo em vista a necessidade que os processos formativos atendam às diretrizes da Educação Básica, com a finalidade de promover educação de qualidade, além de contribuir com melhoria do ensino e da aprendizagem.

Face a essas colocações, compreende-se que os processos formativos contribuem para ressignificar experiências educativas no contexto de educação integral, sendo necessário um plano de formação em serviço que apresente possibilidades de superação do conhecimento fragmentado e disciplinar. Para tanto, a partir da Proposta Pedagógica Curricular, projetam-se os processos de aperfeiçoamento profissional, a contemplar diferentes temas, a exemplo:

- ✓ Currículo Integrado e Integrador;
- ✓ Educação Integral;
- ✓ Escola em Tempo Integral;
- ✓ Temas Contemporâneos Transversais no contexto de sala de aula;
- ✓ Produção de materiais pedagógicos: sequências de atividades didáticas;
- ✓ Saberes docentes;
- ✓ Complexidade e transdisciplinaridade;
- ✓ Cultura de colaboração profissional;
- ✓ Clima e convivência escolar;
- ✓ Práticas pedagógicas por área do conhecimento;
- ✓ Direitos de aprendizagem;
- ✓ Práticas pedagógicas inclusivas;
- ✓ Avaliação e monitoramento da aprendizagem: da teoria à prática de avaliar na perspectiva de educação integral;
- ✓ Os profissionais da Educação com jornada de trabalho em tempo integral;
- ✓ Protagonismo estudantil;
- ✓ O estudante e sua multidimensionalidade;
- ✓ Educação Escolar Indígena;
- ✓ Educação Especial;
- ✓ Educação Escolar Quilombola;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ Educação Escolar do Campo;
- ✓ Educação Profissional;
- ✓ Relações étnico-raciais e currículo;
- ✓ O desenvolvimento da aprendizagem de bebês, crianças e adolescentes;
- ✓ O cérebro dos adolescentes;
- ✓ Letramento literário;
- ✓ Letramento científico;
- ✓ Letramento matemático;
- ✓ A organização dos componentes curriculares na Base Nacional Comum Curricular;
- ✓ Os eixos de conhecimento e unidades temáticas dos componentes curriculares;
- ✓ Competências e habilidades: o que se espera que os estudantes aprendam?
- ✓ Materiais pedagógicos inter/transdisciplinar;
- ✓ Tipos de avaliação e a realidade escolar;
- ✓ A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP);
- ✓ Diversidade no Brasil e no território;
- ✓ Educação antirracista;
- ✓ Educação antissexista;
- ✓ Educação ambiental;
- ✓ Ciência e tecnologia no contexto escolar;
- ✓ Educação em Direitos Humanos;
- ✓ Educação Socioambiental;
- ✓ Ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa;
- ✓ Ensino e aprendizagem de Matemática;
- ✓ Ensino e aprendizagem de História;
- ✓ Ensino e aprendizagem de Geografia;
- ✓ Ensino e aprendizagem de Ciências;
- ✓ Ensino e aprendizagem de leitura e produção de texto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ Ensino e aprendizagem de Arte;
- ✓ Ensino e aprendizagem de Educação Física;
- ✓ Descolonização dos currículos e educação integral.

As formações em contextos, ou formações em serviço nas unidades, possibilitam um planejamento formativo baseado no protagonismo, interesse e necessidade do estudante. Além disso, a formação continuada permite mais protagonismo e interação entre os professores, por meio de grupos de estudo, compartilhamento de experiências, observação das vivências pedagógicas, entre outras estratégias. Para Libâneo, a formação continuada ocorre

[...] no exercício do trabalho que, de fato, o professor produz sua profissionalidade. Esta é hoje a ideia-chave do conceito de formação continuada. Colocar a escola como local de aprendizagem da profissão de professor significa entender que é na escola que o professor desenvolve saberes e as competências do ensinar, mediante um processo ao mesmo tempo individual e coletivo (2004, p.34-35).

Os momentos de aperfeiçoamento profissional em rede são essenciais para a equidade do conhecimento adquirido e para apoiar a continuidade da excelência educacional no ambiente de ensino. O trabalho em rede, seja em âmbito interno, entre os pares profissionais, junto aos estudantes e famílias, seja externo, em diálogo com profissionais e órgãos de diversas áreas do conhecimento, entre as quais destacam-se especialmente a Saúde, Assistência Social e Cidadania, torna-se um diferencial nos momentos de formações continuadas, fortalecendo linguagens multiprofissionais e transversais.

Nesse sentido, é imprescindível a oferta de uma política de formação que atenda aos anseios da sociedade e, em especial, no contexto da educação integral em tempo integral. Os profissionais que atuam neste contexto e ensino, sejam eles pedagógicos ou técnico-administrativos, necessitam de um processo de formação continuada que contemple a educação escolar em seus aspectos sociais, econômicos, individuais, antropológicos, históricos, filosóficos e políticos.

Portanto, afirma-se que a política de formação deve contemplar a educação integral em tempo integral no seu aspecto multirreferencial, ou seja, deve considerar as múltiplas variáveis



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

e as peculiaridades inerentes à educação escolar no Brasil, no Tocantins, em Palmas.

A formação continuada dos professores da educação integral em tempo integral deve ser um processo dinâmico e colaborativo, que promova a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e o desenvolvimento de novas competências. Para tanto, é fundamental que a formação seja contextualizada, ou seja, que esteja conectada com as necessidades e os desafios da realidade escolar. Além disso, a formação deve ser baseada em uma abordagem colaborativa, que permita aos profissionais da educação compartilharem experiências, aprenderem uns com os outros e construir conhecimentos de forma coletiva.

Essa complexidade do processo educativo é percebida pela rede municipal de ensino de Palmas, com o intuito de oferecer as ferramentas possíveis para que os profissionais tenham as condições de realizar um atendimento educacional às crianças e aos adolescentes, com equidade e qualidade.

A rede municipal de ensino de Palmas têm buscado desenvolver a sua política de formação alinhada aos anseios mais prementes da sociedade, compreendendo que esse processo interfere positivamente na qualidade do atendimento educacional de toda a população e, conseqüentemente, fazer com que esses profissionais desenvolvam as suas práticas, seja em sala de aula, seja no atendimento pedagógico, seja no atendimento técnico-administrativo, de forma a implementar a educação de tempo integral em tempo integral verdadeiramente focada nos três aspectos do desenvolvimento do ser.

Na perspectiva freiriana, os três aspectos da formação humana são: a formação política (entendimento do porquê de as coisas acontecerem como acontecem); a formação técnica (conhecimento das habilidades básicas para o desenvolvimento da atividade laboral); e a formação humana (compreensão de que somos seres vinculados ao nosso contexto social) (Freire, 1986, 1987, 1997).³

³ SHOR, I.; FREIRE, P. Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Assim, a rede municipal de ensino de Palmas assume a política de formação dos profissionais da Rede e, em especial, das escolas municipais de tempo integral na concepção de Paulo Freire, portanto, multirreferenciada, transformadora e, conseqüentemente, libertadora.

Essa concepção, nas palavras do autor significa que

enquanto seres humanos conscientes, podemos descobrir como somos condicionados pela ideologia dominante. Podemos distanciar-nos da nossa época. Podemos aprender, portanto, como nos libertar através da luta política na sociedade. Podemos lutar para ser livres, precisamente porque sabemos que não somos livres! É por isso que podemos pensar na transformação (Shor e Freire, 1986, p. 25).

Desse modo, o processo de formação continuada dos profissionais pedagógicos e técnico-administrativos da rede municipal de ensino de Palmas, na perspectiva da educação integral em tempo integral, constitui-se de uma política que aborda os sentidos e as experiências humanas, na perspectiva libertadora de Paulo Freire, no sentido de compreender o contexto educacional e político como uma prática que deve fomentar a emancipação do indivíduo em todos os aspectos da sua existência, para além dos conhecimentos e habilidades pertinentes para o aprendizado técnico.

Com isso, a política de formação dos profissionais pedagógicos e técnico-administrativos promove

[...] a participação da comunidade escolar local, a educação, direito de todos e dever da família e do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Palmas, 2019).⁴

Portanto, a política de formação é construída com base nos seguintes princípios:

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO

[...]

Art. 7º A educação na UE será ministrada com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições de acesso e permanência na educação;
- II - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - preservação dos valores da Nação, da Região, do Estado e do Município;
- IV - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

⁴ PALMAS, Regimento Escolar – Ensino Fundamental. Palmas-TO: SEMED, 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

V - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
VI - gratuidade do ensino público;
VIII - garantia do padrão de qualidade;
IX - valorização da experiência extraescolar;
X - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
XI - valorização do profissional da educação escolar;
XII - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (Palmas, 2019).

Neste sentido, a prática dos profissionais pedagógicos e técnico-administrativos, bem como a sua formação concebe o processo educacional a partir da sua dimensão contextual e, assim, problematiza as diversas variáveis inerentes à educação escolar.

Portanto, a formação é considerada a partir da perspectiva multirreferencial, voltada à profissionalização e à qualificação profissional. O Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação Básica do Município de Palmas (PCCRS), aprovado em 2023, considera como princípios básicos para a evolução na carreira profissional os seguintes aspectos:

[...] II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com afastamento periódico remunerado para tal fim; V - profissionalização, que pressupõe vocação, dedicação e qualificação profissional, com remuneração justa e condições adequadas de trabalho; e, VI - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento [...] (Palmas, 2023).⁵

Essa profissionalização e a qualificação profissional estão organizadas – teórica, metodológica e didaticamente – no sentido de instituir os módulos e conteúdos numa sequência que contemple os conhecimentos específicos de cada um dos cargos e funções exercidas pelos profissionais da rede municipal da ensino de Palmas e, mais ainda, as dimensões humana e política.

Considera-se, portanto, que as funções exercidas pelos profissionais pedagógicos e técnico-administrativos são, na prática, diferentes em suas especificidades, o processo de formação também se faz distinto, didaticamente. Isso não significa dizer que essa formação seja construída somente a partir dos fundamentos técnicos inerentes ao exercício de cada função, ou seja, as habilidades e os conhecimentos inerentes ao processo formativo desses profissionais

⁵ PALMAS, Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação Básica do Município de Palmas-TO: SEMED, 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

compreendem os fundamentos teóricos e metodológicos a partir da diversidade e das necessidades do público atendido, estudantes, pais e toda a comunidade escolar e local, no sentido holístico e dialógico.

7.5 Educação Integral e Avaliação no Ensino Fundamental

O Programa Escola em Tempo Integral assume a concepção curricular-formativa no processo educativo, o que interfere diretamente no projeto pedagógico e político de avaliação. Nessa lógica, “defende que os modos e os ritmos de aprendizagem e desenvolvimento são próprios e singulares em cada pessoa humana e que a atividade pedagógica se torna mais integral quanto mais contínua e integrada estiver ao processo de ensino-aprendizagem-desenvolvimento” (PEI, 2024, p.25).

Nessa perspectiva, a avaliação não se resume a comensurar o conhecimento, nem ao ranqueamento, responsabilização ou mérito frente aos resultados. É preciso reduzir as desigualdades na educação e favorecer o desenvolvimento integral do estudante em todos os aspectos sociais, cognitivos, físicos, psíquicos, espirituais, emocionais e afetivos.

O projeto educativo de avaliação prioriza e assegura os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento pleno do educando, além de promover ações voltadas para a Recomposição da Aprendizagem, considerando desde a avaliação diagnóstica, resultados de avaliações internas e externas e mediações pedagógicas a serem implementadas nas escolas e nas redes.

Dessa forma, compreende-se que o desenvolvimento integral da pessoa está vinculado à valorização, compreensão e desenvolvimento dos saberes histórico, social e culturalmente construídos; ao exercício da curiosidade e conseqüente utilização da linguagem própria das ciências, o que possibilita a investigação, elaboração e testagem de hipóteses.

Tudo isso, vinculado à ideia de utilização consciente das tecnologias digitais de informação e comunicação, as quais permitem a fruição de diferentes manifestações do pensamento humano, em diferentes tempos, culturas e contextos; ao exercício da empatia, do diálogo, do respeito e cuidado consigo mesmo, com o outro e com o meio ambiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

A avaliação educacional é essencial no processo educativo, fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento contínuo dos sistemas educacionais como um todo. Ela desempenha, portanto, um papel crucial em diversas áreas. No Ensino Fundamental, deve ser compreendida como um processo contínuo e formativo, que acompanha o desenvolvimento integral dos estudantes.

Nessa lógica, além da avaliação do desempenho acadêmico, é fundamental considerar aspectos como o desenvolvimento socioemocional, a criatividade, a colaboração e a autonomia. Para tanto, é necessário utilizar uma variedade de instrumentos de avaliação, como observação sistemática, portfólios, projetos e autoavaliação que permitam uma visão mais completa do aprendizado dos estudantes.

Sob esse aspecto, para garantir a eficácia da avaliação, é fundamental adotar uma abordagem holística, que considere tanto o desempenho acadêmico quanto o desenvolvimento de competências socioemocionais e habilidades cognitivas (Souza, 2014). Dentre os principais⁶ tipos de avaliação, quatro perpassam o contexto escolar com maior frequência, a fim de obter informações sobre o desempenho do estudante durante a sua trajetória acadêmica, a saber:

I A avaliação formativa é aquela que ocorre ao longo do processo de ensino e aprendizagem, a fim de identificar as dificuldades e os avanços dos estudantes, bem como as necessidades de ajustes na metodologia ou nos objetos de conhecimento.

II A avaliação somativa consiste em verificar o nível de domínio dos objetos de conhecimento pré-estabelecidos ao final de um período de ensino, como um bimestre, semestre ou ano.

III A avaliação diagnóstica analisa o desenvolvimento dos estudantes ao longo do processo educativo. Ela é realizada no início do período letivo ou de uma nova unidade de ensino, para identificar os conhecimentos prévios, as dificuldades e as necessidades de cada estudante.

IV A avaliação comparativa tem como objetivo medir e comparar o desenvolvimento e as habilidades dos estudantes em relação a um padrão ou critério estabelecido. Pode ser usada para qualificar o ensino, possibilitando a reflexão sobre o que foi aprendido e o que ainda precisa, a exemplo, a prova padronizada. Esta, por sua vez, é conhecida como avaliação externa de larga escala, elaborada com base em um currículo ou matriz de referência, aplicadas a uma amostra representativa ou para todos de um determinado nível ou etapa de ensino.

⁶ Disponível em: <https://www.modernacompartilha.com.br/tipos-de-avaliacao-escolar/> (Adaptado). Acesso em: 14 fev. 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Nesse sentido, ampliar tal visão sobre avaliação é de suma importância, uma vez que ela se vincula aos objetivos da educação pública estabelecidos de forma clara em diversos instrumentos normativos. Na rede municipal de ensino de Palmas, além dos tipos de avaliação e instrumentos avaliativos já utilizados pelas escolas, orienta-se que, no PPP das ETI's, conste:

- I. Avaliação diagnóstica e interdisciplinar, por área do conhecimento, a ser aplicada no início do ano letivo, elaborada pela escola ou pela SEMED, em consonância com as matrizes e habilidades do Sistema de Avaliação da Educação Básica;
- II. Avaliação comparativa e interdisciplinar, em relação à diagnóstica por área do conhecimento, no final do ano letivo, elaborada pela escola ou SEMED, em consonância com as matrizes e habilidades do Sistema de avaliação da Educação Básica;
- III. Avaliação contínua e formativa na escola durante todo o processo de ensino e aprendizagem;
- IV. Avaliação somativa, elaborada pela escola, ao final de cada bimestre.

Durante o processo avaliativo, é necessário considerar que o currículo, organizado na lógica de habilidades, e as relações entre evasão escolar, lacunas de aprendizagem e reorganização curricular precisam ser alinhadas aos processos educativos. Nessa direção, a avaliação que deve predominar nas escolas deste município é a contínua, com foco em monitorar a aprendizagem e o progresso dos estudantes, a fim de propor ações que fortaleçam as aprendizagens prioritárias durante o percurso,

Sob uma perspectiva estritamente pedagógica, a avaliação permite acompanhar o progresso dos estudantes em relação a objetivos de aprendizagem previamente estabelecidos. Assim, uma vez munidos de informações relevantes sobre o desempenho escolar, os professores podem identificar potencialidades e fragilidades, bem como escalonar e estabelecer os pontos mais urgentes a serem trabalhados, a fim de rever e adaptar sua prática pedagógica sempre que necessário.

Portanto, no contexto do Ensino Fundamental, para garantir que a avaliação seja eficaz, é abranger não apenas o desempenho acadêmico dos alunos, mas também seu desenvolvimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

socioemocional e habilidades de pensamento crítico e criativo. Além disso, ela deve ser formativa e contínua, fornecendo informações oportunas aos estudantes e professores de forma a orientar o processo educativo.

A avaliação no Ensino Fundamental também deve ser inclusiva, considerando as necessidades individuais de cada estudante, a partir de adaptação dos métodos e instrumentos de avaliação conforme necessário. Na educação inclusiva, a avaliação desempenha um papel fundamental para a garantia de que todos, incluindo aqueles com necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Ao adotar abordagens inclusivas e holísticas, podemos garantir que a avaliação seja uma ferramenta eficaz para promover o desenvolvimento e o sucesso de todos os estudantes. Para avaliar, sem incidir em um processo excludente em seu percurso educativo, é importante adotar algumas práticas específicas, como a utilização de instrumentos de avaliação acessíveis, adaptados às necessidades individuais desse público, como provas ampliadas, uso de tecnologias assistivas e tempo adicional para a realização de testes.

Com base nas informações obtidas pelas avaliações, os educadores podem identificar as potencialidades e fragilidades dos estudantes, promovendo a adaptação da prática pedagógica e o planejamento de intervenções direcionadas (Silva, 2008). Essa adaptação contínua é uma característica fundamental da avaliação formativa, que busca não apenas medir, mas também promover o aprendizado de forma proativa e eficaz (Black & Wiliam, 1998).

A avaliação é também uma importante ferramenta para a prestação de contas, pois permite que governos, instituições educacionais e outras partes interessadas avaliem a eficácia do sistema educacional e identifiquem áreas que necessitam de investimento e intervenção.

Em suma, a avaliação educacional constitui-se como ferramenta para a promoção da equidade e a justiça social. Ao monitorar o desempenho escolar de estudantes advindos dos mais diversos contextos, pode-se identificar disparidades e implementar medidas para garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

A avaliação na educação integral proporciona uma experiência educacional abrangente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

que ultrapassa o ensino acadêmico e incorpora aspectos como o desenvolvimento socioemocional, físico e cultural dos estudantes. Nesse contexto, é importante utilizar instrumentos sensíveis às habilidades socioemocionais, os quais permitam aos sujeitos do processo educativo a autoavaliação e reflexão das vivências em sala de aula.

Avaliação de habilidades físicas e de competências culturais, também devem ser contempladas, por meio de projetos de pesquisa e apresentações sobre temas culturais diversos. Na avaliação da educação integral, é vital respeitar alguns princípios-chave, como a valorização da diversidade, a promoção da inclusão e o respeito à individualidade dos estudantes.

Na perspectiva da educação integral, o ensino e a aprendizagem ancoram-se no currículo integrado, portanto, a avaliação é de caráter interdisciplinar e/ou transdisciplinar, em que os componentes curriculares se imbricam e estabelecem relação de diálogo, interação entre as áreas do conhecimento.

7.5.1 O Sistema de Avaliação Educacional de Palmas

A rede de ensino de Palmas dispõe de um sistema de avaliação próprio, o Sistema de Avaliação Educacional de Palmas (SAEP). Este, por sua vez, tem por finalidade fornecer informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre a situação da Educação Básica – Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) na rede pública municipal de ensino de Palmas, capazes de orientar os agentes envolvidos no processo educacional quanto ao monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade da Educação.

Os resultados obtidos nas avaliações do SAEP permitem a categorização e a estratificação de dados, como o desempenho dos educandos, das turmas e também das unidades educacionais. Dessa maneira, oportuniza um olhar macro do sistema de ensino no município nos seus mais variados aspectos, mapeando o desempenho educacional, ao mesmo tempo que expõe suas demandas e permitem traçar horizontes mais ousados, com objetivos, metas e estratégias bem fundamentados, em atendimento ao que rege o Sistema de Avaliação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

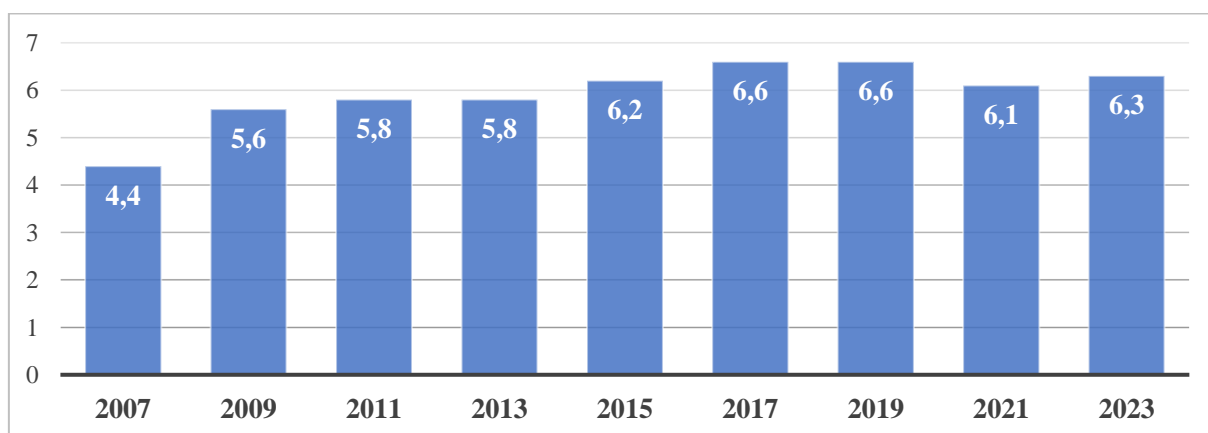
Educação Básica (SAEB), Plano Nacional da Educação (PNE), Plano Municipal de Educação (PME), Ações do Plano Plurianual (PPA) de Palmas-TO, a BNCC, o Documento Curricular do Tocantins-DCT e Plano de Ação dos setores da SEMED que atuam diretamente no campo pedagógico.

Desde os anos 90, o Brasil tem adotado a aplicação de avaliações externas estruturadas, visando obter indicadores educacionais para implementação de políticas de melhoria do processo ensino-aprendizagem e da educação como um todo. Nesse contexto, a Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal da Educação, desde 2012, tem gerido o SAEP.

Nessa trajetória, anualmente são aplicadas diversas avaliações nas turmas do ensino fundamental (1º ao 9º ano), produzidas e disponibilizadas aos professores vários materiais de suporte, trabalhando os descritores/habilidades contemplados na Matriz de Referência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e Matrizes de Referências do SAEP, elaborados a partir do DCT.

Ao longo desses anos, o SAEP, tem sido fundamental para o trabalho das unidades educacionais, bem como tem sido um dos instrumentos responsáveis pelos excelentes resultados obtidos pela rede municipal de ensino nas médias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme demonstram os gráficos.

Gráfico 2 - Evolução nos Anos Iniciais.



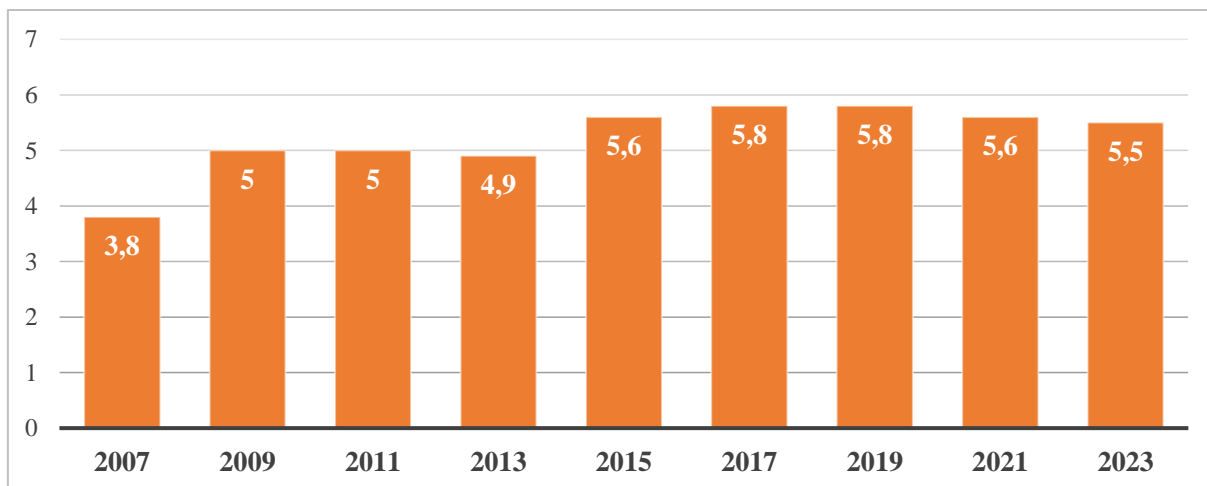
Fonte: Portal Qedu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Gráfico 3 - Evolução nos Anos Finais.



Fonte: Portal Qedu

Com base nos dados apresentados, pode-se concluir que a rede municipal de ensino de Palmas tem realizado um trabalho sólido no processo educativo de seus estudantes. É nesse contexto que o SAEP desempenha um importante papel para a educação pública municipal de Palmas. As avaliações realizadas durante todo o ano letivo servem de parâmetro para mensurar não só a aprendizagem dos estudantes, mas também o trabalho da equipe docente, a relação entre Secretaria e escolas, bem como serve de diretriz para as ações de curto e longo prazo, tanto no âmbito da unidade escolar, quanto da rede municipal de ensino como um todo.

Nesse sentido, o SAEP busca oferecer uma análise pormenorizada do desempenho escolar no Ensino Fundamental através da criação de indicadores educacionais que permitam o estabelecimento de metas. Além disso, visa à melhoria do ensino, à detecção de déficits, das ações a serem planejadas e executadas junto às unidades educacionais. Também é objetivo do SAEP produzir informações relevantes para subsidiar o trabalho dos gestores públicos na tomada de decisões relativas às políticas educacionais, com vistas à equidade e à melhoria da qualidade da educação do município.

Ao longo do tempo, o SAEP passou por inúmeras mudanças até chegar ao seu desenho atual. Desde sua gênese, o objetivo principal desse sistema é servir de fator unificador das ações



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

e balizador do trabalho de todas as unidades educacionais. Ao definir critérios claros e isonômicos de avaliação, é possível que todos trabalhem em conjunto e alcancem os objetivos almejados.

Quadro 6 - Panorama Organizacional do SAEP.

Público-Alvo	Estudantes do 1º ao 9º ano
Áreas Avaliadas	<ul style="list-style-type: none">▪ Linguagens (Língua Portuguesa, Arte e Educação Física)▪ Matemática▪ Ciências Humanas (História e Geografia)▪ Ciências da Natureza
Avaliação Diagnóstica	Fevereiro
Avaliações Processuais	Março, junho, setembro e novembro
Matriz de Referência	As Matrizes de Referência são elaboradas conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Tocantins (DCT). Os elaboradores fazem um recorte das habilidades essenciais.
Blocos	As avaliações são divididas em três blocos: <ul style="list-style-type: none">▪ Bloco I: Linguagens (Língua Portuguesa, Arte e Educação Física);▪ Bloco II: Matemática e Ciências da Natureza;▪ Bloco III: Ciências Humanas.
Itens	Os itens elaborados são inéditos e/ou adaptados.
Gestor	É o responsável pela unidade educacional como um todo, assim deve indicar um interlocutor para atuar entre o SAEP e a Unidade Educacional (Coordenador de Aplicação).
Coordenador de Aplicação	Organiza a logística de aplicação na UE: horários de início e fim da aplicação, materiais necessários, trocas de professores, horário do lanche e organização do material para devolução. Acompanha e divulga, no âmbito da comunidade escolar, os índices de desenvolvimento/aprendizagens e resultados mensurados por meio das avaliações
Professor Aplicador	Aplica os instrumentos de avaliação nas turmas para as quais foi designado, seguindo rigorosamente as Orientações do SAEP (conforme Manual 2022), a fim de garantir a uniformidade dos procedimentos da aplicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

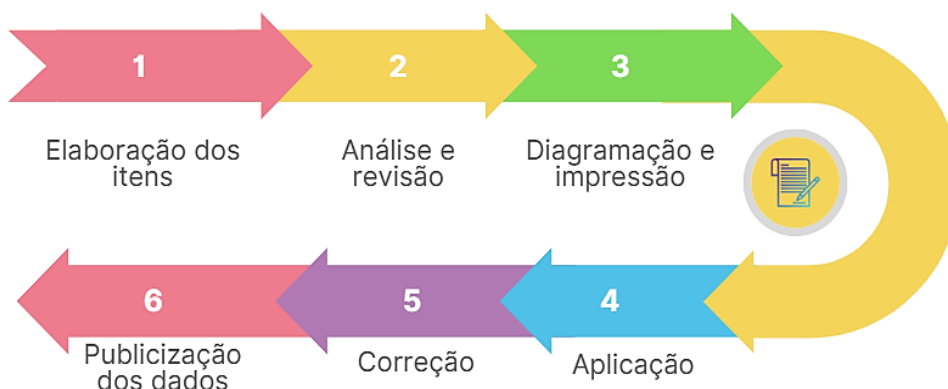
Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Diretoria de Avaliação, Estatística e Formação	Setor da Secretaria Municipal da Educação responsável pela elaboração e processamento dos dados das avaliações do SAEP, além da criação de relatórios pedagógicos e divulgação dos resultados.
---	--

Fonte: SEMED, Palmas.

As avaliações do SAEP seguem um fluxo desde a elaboração dos itens até a aplicação na sala de aula.

Figura 1 - Processos logística SAEP.



Fonte: Elaboração própria, SEMED/Palmas-TO.

Quadro 7 - Logística das Avaliações.

Nº	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS
01	Elaboração da Avaliação Diagnóstica e processual;	<ul style="list-style-type: none">▪ Pesquisar;▪ Elaborar;	Elaboradores
02	Correção;	<ul style="list-style-type: none">▪ Corrigir coletivamente cada item da avaliação;	Equipe DAEF
03	Conferir Boneco;	<ul style="list-style-type: none">▪ Conferir minuciosamente cada item da avaliação;	Elaboradores
04	Última conferência do Boneco;	<ul style="list-style-type: none">▪ Conferir antes do envio para gráfica;	Equipe DAEF



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Nº	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS
05	Entregar Avaliação para impressão;	▪ Enviar para gráfica;	Gerência
06	Confeccionar cartões-resposta atualizados com o Sige;	▪ Solicitar lista atualizada do SIGE;	Equipe DAEF
07	Entrega de cartões atualizados;	▪ Enviar para gráfica;	Equipe DAEF
08	Frequências atualizadas de todas as turmas;	▪ Imprimir frequências;	Equipe DAEF
09	Informar as escolas, via ofício, sobre como será a Avaliação;	▪ Elaborar ofício para as escolas da aplicação;	Gerente
10	Requisitar materiais;	▪ Enviar ofício para DAGE (requisitar materiais);	Gerente
11	Organizar envelopes e enviar para a gráfica;	▪ Pegar envelopes da DAGE e levar a gráfica;	Gerente
12	Organizar Planilha dos aplicadores da avaliação;	▪ Enviar planilha aos departamentos para preenchimento;	Gerente
13	Fazer formação com os coordenadores da SEMED sobre avaliação;	▪ Reunir para formação com coordenadores da SEMED;	Diretor Gerente
14	Organizar transporte para o dia da aplicação (Escolas do campo);	▪ Enviar ofício solicitando transporte;	Gerente
15	Aplicação da Avaliação Bimestral.	▪ DAEF/DEF/DMEI.	Equipe DAEF/ SEMED/ Escolas

Fonte: SEMED, Palmas-TO.

As datas das avaliações são definidas no Calendário Escolar, e as unidades educacionais são organizadas em Parciais e Integrais. Assim, cada uma pode organizar-se antecipadamente para sua aplicação. Todo o processo é acompanhado por servidores da Secretaria Municipal da Educação. Após a divulgação dos resultados, é possível proceder à análise do desempenho escolar de forma setorizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

7.5.2 Avaliação e Monitoramento do Programa Escola em Tempo Integral

A avaliação na educação integral é uma ferramenta que auxilia na interpretação e entendimento de seu progresso, considerando os elementos contextuais que influenciam sua aplicação na rede de ensino.

Sendo assim, a avaliação e o monitoramento do Programa Escola em Tempo Integral são essenciais para garantir que os seus objetivos sejam atingidos, principalmente no que concerne ao atendimento às necessidades de estudantes, professores e comunidade escolar. Para tanto, deve-se buscar uma ação continuamente, identificar os pontos de melhoria e assegurar que seus objetivos educacionais e sociais sejam alcançados, garantindo que o programa se adapte às necessidades das unidades educacionais e que os objetivos de oferecer uma educação de qualidade em tempo integral sejam alcançados com sucesso.

Assim, a implementação de uma estratégia de avaliação e monitoramento consistente é crucial para que o PEI alcance seus objetivos educacionais e sociais de forma eficiente e equitativa. Nesse contexto, a utilização de ferramentas variadas, como a definição clara de indicadores de desempenho, a metodologia de avaliação e o desenvolvimento de ferramentas, desenvolvem-se conforme descritas abaixo:

Indicadores de Desempenho - Aprendizagem:

- ✓ Avaliações diagnósticas e formativas regulares para acompanhar o progresso dos alunos em diferentes áreas do conhecimento por meio do SAEP e avaliações internas da própria UE;
- ✓ Análise dos resultados das avaliações externas (SAEP, UE);
- ✓ Monitoramento da frequência e participação dos alunos nas atividades propostas (formulários SEMED e da UE).

Participação e Engajamento

- ✓ Pesquisa de satisfação com os alunos, professores, famílias e comunidade escolar;
- ✓ Monitoramento da frequência dos alunos nas atividades extracurriculares (Acompanhamento na UE);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ Análise da participação dos pais nas atividades escolares (Relatórios);

Implementação

- ✓ Verificação periódica da adequação da infraestrutura e recursos das escolas para o Programa (visitas às UEs);
- ✓ Monitoramento da implementação do currículo;
- ✓ Avaliação da Formação continuada dos professores.

Coleta de Dados - Sistemas de Informação

- ✓ Implementação de um sistema integrado para coleta e análise de dados sobre os alunos, professores, escolas e o programa em geral;
- ✓ Utilização de ferramentas tecnológicas para facilitar a coleta e o cruzamento de dados.

Visitas e Monitoramento *In Loco*:

- ✓ Realização de visitas periódicas às escolas para acompanhar o desenvolvimento do programa e identificar desafios;
- ✓ Observação direta das atividades e interação com os alunos e professores.

Grupos Focais:

- ✓ Promoção de grupos focais com diferentes atores da comunidade escolar para coletar *feedback* e sugestões.

Avaliação Contínua - Formativa:

- ✓ Utilização de instrumentos de avaliação formativa para acompanhar o progresso dos alunos e ajustar as atividades pedagógicas;
- ✓ *Feedback* constante aos professores sobre seus desempenhos.

Avaliação Contínua - Somativa:

- ✓ Realização de avaliações somativas periódicas para medir o impacto do programa a longo prazo.

Participação da Comunidade Escolar - Conselhos Escolares, reuniões e eventos

- ✓ Fortalecimento dos conselhos escolares para garantir a participação da comunidade na gestão do programa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ Promoção de reuniões e eventos para discutir o programa com pais, professores e comunidade em geral.

Formação Continuada - Oficinas e Cursos

- ✓ Oferta de oficinas e cursos de formação continuada para os professores sobre as metodologias e práticas do programa;
- ✓ Promoção de espaços para troca de experiências entre os professores das diferentes escolas.

Parcerias: Universidades, Institutos de Pesquisa, Organizações da Sociedade Civil

- ✓ Estabelecimento de parcerias com universidades e institutos de pesquisa para realizar estudos e pesquisas sobre o programa;
- ✓ Articulação com organizações da sociedade civil para ampliar o alcance do programa e fortalecer as ações.

8 ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental compreende uma das etapas da Educação Básica, sendo caracterizado por um período de nove anos que no seu decorrer atende crianças e adolescentes, a partir dos 6 anos de idade, estudantes em constantes transformações físicas, cognitivas e emocionais. Nesse contexto, esta etapa, como as demais, requer problematizarmos e pensarmos o currículo à luz do público atendido, de suas histórias, necessidades, seus tempos humanos, sem perder de vista os direitos de aprendizagem a eles garantidos de acordo com a BNCC.

É neste período que a maioria dos estudantes tem o primeiro contato com o ambiente escolar formal e começa a adquirir habilidades e competências básicas. Certamente, essa etapa da educação tem um papel crucial no desenvolvimento e formação dessas crianças e adolescentes.

Portanto, o Ensino Fundamental não é apenas uma etapa isolada, mas um alicerce para o futuro educacional dos estudantes. Ao fornecer os conhecimentos e habilidades essenciais, ele prepara os mesmos para os desafios que enfrentarão nas etapas seguintes da sua vida acadêmica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Ao desenvolver habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e capacidade de aprendizado autônomo, os estudantes se tornam mais preparados para lidar com novos desafios e se adaptar às mudanças que ocorrem constantemente no mundo.

8.1 O Tempo nas Escolas em Tempo Integral

Educação integral para atendimento aos estudantes do Ensino Fundamental é uma proposta educacional que objetiva integrar as diversas áreas do conhecimento humano pela oferta de uma proposta pedagógica em que prevê a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola, oferecendo auxílio pedagógico específico e uma variedade de atividades extracurriculares.

Diferente do modelo educacional com aulas tradicionais, a educação integral objetiva oportunizar aos estudantes um processo de ensino e aprendizagem com recursos e práticas que vão além dos pressupostos teóricos sustentados em práticas de regências sustentadas na explanação dialogada e a demonstração de conceitos e teorias.

O tempo escolar é pensado e planejado para que seja possível a participação efetiva em vivências, práticas, práticas criativas, intelectuais e formativas utilizando-se de didáticas e metodologias diversificadas capazes de ampliar as possibilidades de superação de suas dificuldades em relação aos componentes curriculares e o desenvolvimento de competências e habilidades que envolvem aprendizado de novos idiomas participação em oficinas, atividades como artesanato, artes plásticas, pintura, desenho, música, expressão corporal, dança, teatro, culinária, esportes e robótica.

Nesta abordagem, a educação integral na perspectiva de ensino em tempo integral refere-se à ampliação específica e intencional de uma proposta pedagógica de educação que tende a suprir, em sua grande parte, as especificidades da formação dos sujeitos, de forma a torná-lo capaz de compreender seu papel social, na perspectiva da cidadania e para a vida “no sentido amplo”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Para melhor compreensão do que vem a ser o pensar sobre o espaço e o tempo necessários e específicos para a escola de educação integral em tempo integral, recorreremos à Jaqueline Moll, que assim a descreve:

Escola de tempo integral. Em sentido restrito refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo, abrange o debate da educação integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros – no qual a categoria “tempo escolar” reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar (MOLL, 2010, apud CAMPOS, BRANCO e DANIEL, 2016, P.103).

8.2 Os Espaços nas Escolas em Tempo Integral

Sobre a implantação da educação integral na rede municipal de ensino de Palmas-TO, para atendimento aos estudantes do Ensino Fundamental, a pesquisadora Alves (2012), em sua dissertação de mestrado, revela que o espaço escolar foi pensando a partir de um processo de construção específica, determinado por um projeto arquitetônico e pedagógico diferenciados para que educação integral em tempo integral garantisse a permanência de 7 a 9 horas do aluno na escola.

Neste contexto, concebendo o espaço da infraestrutura do prédio escolar como elemento fundamental para a oferta de educação integral em tempo integral com excelência qualitativa, os bons resultados obtidos com a iniciativa e a crescente demanda de matrículas pela comunidade local, a gestão municipal, percebendo a urgência da necessidade de ampliação da oferta, diagnosticou as possibilidades naturais de promover a adequação da infraestrutura de outras unidades educacionais construídas para a oferta de educação em regime parcial, conferindo a continuidade do processo de aumento da oferta de vagas conservando o rigor qualitativo da proposta educacional, enquanto novos prédios de escolas municipais de tempo integral (ETI) foram sendo construídas ao longo do tempo, em consonância com o aprimoramento dos projetos arquitetônicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Contudo, vale ressaltar que a concepção de “espaços escolares” vai além da infraestrutura arquitetônica, por estes serem constituídos também pelos territórios da comunidade local e pelos ambientes subjetivos das relações estabelecidas entre os sujeitos formadores e em formação e que, portanto, não se esgotam na materialidade de seus ambientes. Ou seja, dito em outras palavras, os tempos escolares são entendidos sob duas dimensões, a cronológica de ampliação da jornada escolar em horas e a subjetiva que compreende a ampliação das relações e aprendizagens.

A disponibilidade de espaços físicos e instalações adequadas às especificidades da oferta de educação em tempo integral em turno único, levando em conta a diversidade do currículo e carga horária diária que o aluno permanecerá na escola, ou seja: salas de aulas suficientes para todas as turmas em período integral, laboratórios para ciências e informática, refeitório (área coberta) e cozinha adequados para servir 2 (dois) lanches e 1 (um) almoço no turno, totalizando 3(três) refeições. Além disso, pátios e dependências para prática de esporte, jogos, brincadeiras e lazer constituem-se elementos de grande necessidade para boa condução do processo de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo que remetem à dimensão da gestão, que por sua vez, é entendida como instância institucional decisória e de harmonização entre a organização curricular, o melhor aproveitamento criativo dos espaços pedagógicos e a mobilização integradora entre o fazer pedagógico, o espaço, o tempo de formação e produção de conhecimentos e as habilidades e competências dos estudantes.

8.3 Ações Intersetoriais

Se na década de 90 os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) eram recomendações para a Educação Básica (no escopo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), hoje os assuntos que deveriam atravessar as mais diversas disciplinas são referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas, pois eles estão presentes na BNCC e são parte obrigatória das obras didáticas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) como ferramentas do processo de contextualização do que é ensinado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

A BNCC aborda os TCTs indicando que “cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (Brasil, 2017, p. 19).

O desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes não pode ser enfrentado sem um trabalho articulado de atores sociais e institucionais, ou seja, entre as pessoas, instituições e políticas que constituem a vida dos estados, municípios e comunidade. É o diálogo entre esses diversos setores que permite construir um conjunto de ações integradas, capazes de responder com maior eficiência aos desafios propostos pela educação integral.

Assim, as políticas intersetoriais de educação integral exigem articulação de saberes, tempos e espaços, planejamento, avaliação e o alcance de resultados por meio do enfrentamento de uma realidade extremamente complexa.

Nessa perspectiva, o trabalho em rede se torna chave em todas as ações centrais da Política de Educação Integral – do planejamento à execução, monitoramento e avaliação.

A integração dos TCTs à educação integral em Palmas-TO, é um passo fundamental para formar cidadãos mais conscientes e preparados para os desafios do século XXI.

A seguir apresentamos algumas sugestão de planejamento de ações intersetoriais para Palmas, com base nos TCTs da BNCC.

Para o planejamento são estabelecidos os seguintes passos:

1. Diagnóstico e mapeamento:

- ✓ Realizar um diagnóstico da realidade local: identificar as principais demandas e desafios da comunidade escolar e do município, considerando os TCTs.
- ✓ Mapear os recursos disponíveis: analisar os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis para a implementação das ações.
- ✓ Estabelecer parcerias: buscar parcerias com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil para ampliar o alcance das ações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

2. Elaboração do plano de ação:

- ✓ Definir objetivos claros: estabelecer metas e indicadores para avaliar o sucesso das ações.
- ✓ Priorizar temas: considerar a relevância de cada tema para a comunidade local e os recursos disponíveis.
- ✓ Elaborar projetos: desenvolver projetos pedagógicos que integrem os TCTs às diferentes áreas do conhecimento.
- ✓ Estabelecer um cronograma: definir prazos para a execução das atividades e a avaliação dos resultados.

3. Implementação das ações:

- ✓ Capacitação dos profissionais: oferecer formação continuada aos professores e demais profissionais da educação para a abordagem dos TCTs.
- ✓ Inclusão da comunidade: promover a participação da comunidade escolar e local na elaboração e execução das atividades.
- ✓ Utilização de metodologias ativas: adotar metodologias que estimulem a participação, a colaboração e a resolução de problemas.
- ✓ Monitoramento e avaliação: acompanhar o desenvolvimento das ações e avaliar os resultados de forma contínua.

Quadro 8 - Plano de ação – Ações intersetoriais de Palmas-TO.

Áreas	Ações	Parcerias
Meio Ambiente	Campanhas de coleta seletiva, criação de hortas escolares, projetos de educação ambiental em áreas verdes	Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Saneamento e Agricultura, empresas de coleta e reciclagem
Ciência e Tecnologia	Feiras de ciências, oficinas de programação, visitas a museus e laboratórios	Universidades, instituições de pesquisa, empresas de tecnologia
Multiculturalismo	Celebração de datas comemorativas, projetos interculturais, rodas de conversa sobre diversidade	Comunidades tradicionais, instituições culturais, movimentos sociais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

Áreas	Ações	Parcerias
Cidadania e Civismo	Simulações de eleições, debates sobre direitos humanos, projetos de voluntariado	Poder Judiciário, Ministério Público, organizações da sociedade civil
Economia	Feiras de economia solidária, oficinas de educação financeira, simulações de negócios	Cooperativas, bancos, empresas
Saúde	Campanhas de saúde bucal, alimentação saudável e atividade física, palestras sobre sexualidade	Secretarias Municipais de Saúde, profissionais de saúde, nutricionistas

Fonte: Elaboração própria – SEMED/Palmas-TO.

Sugestões de Temas Transversais:

- ✓ Sustentabilidade e uso consciente dos recursos naturais: Considerando a importância da preservação do Cerrado.
- ✓ Valorização da cultura local: Promovendo as tradições e o conhecimento das comunidades tradicionais.
- ✓ Cidadania digital: Desenvolvendo habilidades para o uso seguro e crítico das tecnologias digitais.
- ✓ Prevenção e combate às desigualdades sociais: Promovendo ações que visem à inclusão e à equidade.

Um ponto fundamental é a articulação intersetorial com Políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da educação integral e proteção de direitos dos bebês, das crianças, dos adolescentes, jovens e adultos.

Sugere-se a construção de uma agenda de ações conjunta intersetorial ainda durante a formulação da Política, para que se identifiquem potenciais ações em comum com outras pastas, tais como saúde, assistência social, esportes e cultura, e também com organizações da sociedade civil e a academia. Para isso, pode-se promover diálogos e parcerias para identificar as áreas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

de colaboração e desenvolver um plano de ação que inclua responsabilidades claras, recursos necessários e prazos para implementação.

O estudante imbuí-se de uma dimensão pessoal, compartilhando e associando suas trajetórias vivenciais e experiências em família aos processos de ensino, e uma dimensão coletiva enquanto ser social que se integra e modifica os contextos da vida escolar com comportamentos e percepções.

A unidade educacional se caracteriza como espaço complexo que reúne demandas e necessidades do sujeito individual, mediando os avanços quanto ao convívio social, pelo reconhecimento de direitos e deveres, os quais normatizam as relações interpessoais.

A família, responsável primeira pela formação de valores sociais, une-se ao ambiente escolar para que as habilidades de convívio sejam potencializadas, para que a dimensão cidadã seja incorporada à formação cognitiva, psicossocial e física dos estudantes.

O fortalecimento da participação da família no ambiente escolar manifesta-se como possibilidade de mediação e provocação dos profissionais da Educação no sentido de esclarecimento social dos deveres familiares e motivação sociocultural quanto à construção de um projeto educacional enquanto direito.

A perspectiva de Autonomia da unidade educacional é primordial para que, conforme a realidade local, sejam planejadas e implementadas estratégias possíveis com resultados a longo prazo, considerando perspectivas comuns às ações pedagógicas desenvolvidas.

8.4 Regime de Colaboração: Interna, entre Redes, com a Família e Social, Grêmios Estudantis

A colaboração entre escola, família e sociedade civil, instituições públicas e privadas e organizações diversas, sem sombra de dúvidas, pode fortalecer a educação e a formação cidadã.

Conforme Gadotti (2001), a educação não se restringe aos muros da escola, mas se estende a todos os espaços da vida social. É nesse contexto que os projetos intersetoriais ganham relevância, pois permitem uma ação integrada entre a educação e outras áreas, como saúde,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

cultura, assistência social, entre outras. Essa abordagem intersetorial, como defendem diversos autores, contribui para a superação de uma visão fragmentada da educação e promove a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Os Projetos intersetoriais são iniciativas que envolvem diferentes setores do governo e da sociedade civil, com o objetivo de solucionar problemas complexos que afetam a comunidade. Na educação, esses projetos visam promover o desenvolvimento integral dos estudantes, levando em consideração aspectos como saúde, bem-estar social, cultura e meio ambiente.

O regime de colaboração proposto no Sistema Nacional de Educação (SNE) foi pensado principalmente para melhor articular os esforços de diferentes entes federativos, mas essa cultura de colaboração (para além de uma rede ou setor) pode também acontecer a partir do trabalho da gestão escolar.

As escolas cotidianamente também se deparam com questões que extrapolam a sua área de competência, mas que afetam o desempenho escolar dos estudantes: a extrema vulnerabilidade social de algumas famílias, violência doméstica, abuso sexual, tráfico de drogas, problemas de saúde física e mental são algumas delas. Para lidar com tamanha variedade de situações, a Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal da Educação, tem estabelecido parcerias com órgãos de outras áreas, como saúde, assistência social, segurança pública e cultura para atuação na Educação.

Desde 2015 foi celebrado um convênio com os órgãos: Corpo de Bombeiros, Exército, Marinha e Polícia Rodoviária Federal, os quais atuam diretamente nas ETIs de Palmas com ações pedagógicas, de suporte, logística e segurança, destacando-se como uma parceria de sucesso para a melhoria do processo educativo nestas escolas.

Outra frente importante que vem sendo implementada é o fortalecimento dos grêmios estudantis, compreendendo-se a importância destes e que, ao estimularmos essas agremiações a participarem e a criarem debates, estimulamos a participação ativa na escola e na sociedade, o que proporciona interações valiosas e desenvolvimento de habilidades sociais e pessoais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

8.5 Transições no Ensino Fundamental

Os estudantes da Educação Básica passam por diversas transições etárias enquanto percorrem seu processo educativo nas etapas Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Ainda na infância, iniciam seus estudos, passam pela adolescência e chegam à juventude vivenciando, durante todo esse percurso, diferentes formas de organização escolar e de trabalho pedagógico. Enquanto vivem transformações próprias da idade, os estudantes experimentam também importantes mudanças contextuais, configuradas na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e deste para o Ensino Médio.

No âmbito escolar, essa transição é composta de diversas transformações que repercutem na aprendizagem dos estudantes, como as mudanças na organização dos tempos e dos espaços, nas metodologias e nas práticas pedagógicas. Além disso, a referida transição ainda pode ser acompanhada pela mudança de escola e, até mesmo, de rede de ensino – municipal para estadual. Há uma grande mudança na organização da dinâmica das aulas e de todo o processo educacional.

A BNCC orienta que o mesmo cuidado e atenção empregados na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental sejam considerados na transição dos estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais para os Anos Finais e dos Anos Finais para o Ensino Médio.

Diante disso, apresentam-se diretrizes pedagógicas para transição escolar de estudantes que ingressam no 1º ano e no 6º ano do Ensino Fundamental. A transição, entre etapas da Educação Básica, ou na mesma etapa, como no caso do Ensino Fundamental, precisa ser trabalhada pela equipe escolar por meio de ações que visem a harmonia entre as mudanças vivenciadas pelos estudantes e a natureza das relações em cada etapa de ensino, bem como o acolhimento dos estudantes com empatia e afetividade respeitando suas singularidades e as diferentes conexões que estabelecem com os conhecimentos em cada uma das etapas.

Um verdadeiro divisor de águas no aprendizado das crianças do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a transição para os anos finais é marcada por uma fase de novos amigos, professores e, conseqüentemente, rotinas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

O que antes era definido pelo lúdico, por momentos de descobertas e interatividade, dá espaço para uma rotina pautada em mais disciplina, novos formatos de material didático e objetivos.

O fato é que tanto para pais, quanto para as crianças, é um momento de mudança desafiador que exige atenção e cuidado para que não prejudique o aprendizado dos estudantes.

A transição deve ter como preceito uma oportunidade para ajudar os alunos a compreenderem suas novas responsabilidades e deveres e avançarem para uma nova fase de suas vidas.

Seguem-se algumas sugestões para realizar a transição de maneira menos abrupta:

- ✓ Manutenção da composição da turma: manter a composição de estudantes da turma para os casos de transição em etapas que ocorrem na mesma escola.
- ✓ Sensibilização da equipe escolar: realizar, durante a Jornada de Planejamento Pedagógico (JPP), a sensibilização de toda a equipe escolar, principalmente dos professores, quanto à importância de uma atuação acolhedora e mediadora do processo de transição dos estudantes.
- ✓ É importante a escola se atentar para estudantes com deficiência, fazer o levantamento prévio, e, no momento de sensibilização, falar da importância da educação inclusiva.
- ✓ Organização de um ambiente acolhedor: sinalizar e transformar o espaço educativo em um ambiente ainda mais acolhedor. Para isso, pode-se fixar cartazes de boas-vindas com frases inspiradoras, motivadoras e informativas, facilitando o reconhecimento dos locais e a circulação dos estudantes nos diversos espaços escolares (entrada, corredores, banheiros, salas de aulas, entre outros).
- ✓ Presença da família: incentivar que os pais (responsáveis) dos estudantes do 1º e 6º anos do Ensino Fundamental estejam presentes nos primeiros dias letivos para ajudá-los na adaptação até que se sintam seguros e integrados. A familiaridade com o ambiente é um dos fatores que influenciam no processo educativo, e a participação da família nos primeiros dias letivos contribui para o estabelecimento do vínculo entre família e escola, fortalecendo as bases da educação escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

- ✓ É possível construir um mural com fotografias dos integrantes da equipe identificando-os com seus nomes e funções na escola para que o estudante saiba a quem buscar quando for necessário.
- ✓ É importante também que a equipe escolar inicie a organização de materiais e dos locais necessários para o desenvolvimento das ações que serão realizadas após o início das aulas.
- ✓ Importante ressaltar a educação inclusiva como garantia de direitos.
- ✓ Apresentação da equipe escolar: realizar a apresentação de todos os integrantes da equipe escolar aos estudantes com o objetivo de promover a aproximação e o entrosamento destes com a equipe e para que os estudantes saibam a quem buscar quando for necessário. É possível, por exemplo, no primeiro dia letivo, receber os estudantes e seus pais/responsáveis em um espaço adequado, fazendo a apresentação da equipe de forma dialógica e descontraída.
- ✓ Professor referência na transição: promover a escolha de um professor referência que ficará responsável por observar e acompanhar o comportamento dos estudantes em transição em cada turma de 1º e 6º ano do ensino fundamental. Este professor deverá informar à equipe gestora sobre pontos de atenção que observar durante a participação desses estudantes nas atividades, tais como: falta de interesse em interagir com os colegas de turma, falta de interesse em realizar as atividades individuais e/ou coletivas, irritabilidade, vergonha excessiva, agressividade repentina, insegurança, medo, entre outros.

Nessa transição também é fundamental observar:

- ✓ a integração e a continuidade dos processos de aprendizagem de modo que a nova etapa se construa a partir do que os estudantes sabem e são capazes de fazer, evitando assim a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico;
- ✓ a promoção das altas expectativas e a valorização dos estudantes considerando que todos são capazes de aprender e de alcançar os níveis de aprendizagem previstos.

Essas ações que têm como objetivo a harmonia entre as mudanças, o acolhimento dos estudantes, a integração e a continuidade dos processos de aprendizagem são fundamentais durante a transição escolar, mas também precisam fazer parte de todo o percurso educativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

REFERÊNCIAS

Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post, Volume 2, / Casa Civil da Presidência da República ... [Et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. • Formação Continuada de Secretários(as) e Equipes Técnicas de Secretarias de Educação - Módulo IV “Tópicos para a Elaboração de Políticas de Educação Integral em Tempo Integral em Nível Local ou Estadual” (Universidade Federal de Goiás), Secretaria de Educação Básica/MEC, 2024.

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Formulação de Políticas / Ana Cláudia Niedhardt Capella. - Brasília: ENAP, 2018. • Política Pública em Dez Passos / Tribunal de Contas da União. – Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo (segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (soma), 2021.

Guia para a Alocação e Distribuição de Matrículas em Tempo Integral com Eficiência e Equidade, Brasília: Secretaria de Educação Básica/MEC, 2023.

Manual de Avaliação de Políticas Públicas - Guia Prático de Análise Ex Ante, Volume 1, Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: IPEA, 2018.

Manual de Execução Financeira do Programa Escola em Tempo Integral, Brasília: Secretaria de Educação Básica/MEC, 2023.

ALVES, Roneidi Pereira de Sá. Os caminhos da Educação Integral em Palmas-Tocantins. 2013. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/30887efc-b07d-445f-a464-d4ebe17b19f6/full> - Acesso em: 12/02/2024.

ARAÚJO, U.F. **Assembleia Escolar: Um caminho para a resolução de conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004. Acessado em: 19/04/2024. Disponível em: <http://www.ulissesaraujo.com/livros/>.

ARROYO, Miguel. **Educação básica e movimento social do Campo**. In: ARROYO, M.G.; ARROYO, Miguel. **Currículo: território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARBOSA, M. C. S. **Práticas cotidianas na Educação Infantil: Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília: MEC, SEB, 2009.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

BRASIL. Assembleia Legislativa. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069, de 13-07-1990: Constituição e Legislação relacionada. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: DF, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei n.º 9394/96**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 10/11/2022.

BRASIL. MEC. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 10/11/2022.

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CEB n.º 2, de 28 de abril de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/1101. Acesso: 20/06/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação do Campo**. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-do-campo>>. Acesso em: 28 de out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Escolar quilombola**. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/etnico-racial/educacao-escolar-quilombola%20>. Acesso em: 28 de out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação indígena**. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/educacao-escolar-indigena/normas>>. Acesso em: 25 de out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação para as relações étnico-raciais**. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/etnico-racial/legislacao>>. Acesso em: 26 de out. 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Quilombola**. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/component/content/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18694-educacao-quilombola-sp-1000400393>>. Acesso em: 26 de out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf.
Acesso em: 19/04/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em:
https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb/pdf/publicacoes/educacao_infantil/Public_MEC_WEB_ISBN_2019_003.pdf.
Acesso em: 18/04/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. 6. ed. Brasília/DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: 2013. Disponível em: <
https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_basica_diversidade_e_inclusao_2013.pdf>. Acesso em: 26 de out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Educação Escolar Quilombola**. 2020. <https://www.gov.br/mec/pt-br/etnico-racial/educacao-escolar-quilombola>

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CALDART, R.; MOLINA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAMPOS, Marília Andrade Torales; BRANCO, Verônica; DANIEL, Leziany Silveira. **A organização do espaço e do tempo educativo-escolar: análise de uma experiência de educação integral**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 100-118, mai./Ag. 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 08/04/2024.

DCT-TOCANTINS, Estado do. **Documento Curricular do Tocantins**. Secretaria Estadual de Educação; Undime. 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

FOCHI, Paulo Sergio. **A documentação pedagógica como estratégia para a construção do conhecimento praxiológico**: o caso do Observatório da Cultura Infantil- OBECI. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: SP, 2019.

FÔLHA, Jardilene Gualberto Pereira; ROCHA, José Damião Trindade. **Quilombolas amazônidas nas pesquisas de pós-graduação em educação**. Educar em Revista, Curitiba, v. 39, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/GJ9hr9QsN8hhcqkFgBYFQ4N/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 de out. 2024.

FÔLHA, Jardilene Gualberto Pereira; ROCHA, José Damião Trindade. **Infâncias urbanas, indígenas, quilombolas, de assentamentos e ribeirinhas na Amazônia tocantinense**. Revista Cocar. Edição Especial. N. 25/2024 p. 1-19. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9029>>. Acesso em: 21 de out. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil – Inovações em processo**. Ed. L: São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/7891/3079/FPF_PTPF_12_076.pdf>. Acesso em: 27/12/2023.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias da reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GIUVANNUCCI, Gleiva. **A Agroecologia como Caminho para uma Nova Educação do Campo: ETI Fidêncio Bogo**. Dissertação de Mestrado - UFT – Palmas/TO. 2019.

GOBBI, Márcia. **Múltiplas linguagens de meninos e meninas no cotidiano da Educação Infantil. Brasília: MEC**, 2010.

HOHMANN, Mary; WEIKART, David. **Educar a criança**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997

IABELBERG, R. **Para Gostar de Aprender Arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Lei nº 13.005/2014: BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

OLIVEIRA, Zilma Ramos (org.). ABBUD, Damaris M. ZURAWSKI, Maria Paula. FERREIRA, Silvana A. **O trabalho do Professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil**. 8 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

PIVA, Luciane Frosi Piva. **Transições Cotidianas nos modos de ser e de viver dos bebês e crianças bem pequenas na creche**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: RS, 2019.

PROENÇA, Maria Alice. **O registro e a documentação pedagógica: entre o real e o ideal... o possível**. 1ed. São Paulo: Panda Educação, 2022.

PROENÇA, Maria Alice. **Prática docente: a abordagem de Reggio Emilia e o trabalho com projetos, portfólios e redes formativas**. 1. ed. – São Paulo: Panda Educação, 2018.

PUIG, J.M. e outros. **Democracia e Participação Escolar**. São Paulo: Moderna, 2000.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da Educação Escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. Paidéia-FFCLRR-USP, RP – SP, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjvnLDdfDb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso:29/12/2023.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e Estudo da Infância. *In*: VASCONCELLOS, V. M. R. de; SARMENTO, M. J. **Infância (In)visível**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2007.

SEMED-PALMAS. **Referencial Político Pedagógico da Educação do Campo – pelas veredas da práxis**. Palmas/TO, 2016.

SPADA, Ana Corina. GONÇALVES, Luciano de Jesus. PASSOS, Vânia Maria de Araújo. (Org). **Educação Infantil e Formação de Professores**. Campinas: Autores Associados, 2015.

TOCANTINS, Secretaria Estadual de Educação do. **Documento Curricular do Tocantins-Educação Infantil**. 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, CEP: 77.020-450, Palmas -TO
Telefones: (63)3212-7512/7503
